

Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais - Volume 8 - Número 1**TABLE OF CONTENTS / SUMÁRIO**

Text in [PDF/MS Word](#)

EDITORIAL

Machado, Marília Novais da Mata; Queiroz e Melo, Maria de Fátima Aranha de; & Vieira Silva, Marcos.

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

ARTIGOS

**Ética del Reconocimiento y Derechos Humanos: espacio para pensar novedades discursivas
(Ética do reconhecimento e direitos humanos: um espaço para pensar novos discursos)
(Ethics of recognition and human rights: a space to think about new discourses)**

Ripa, L.

[Abstract in spanish/portuguese/english](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**O que oculta o silêncio epistemológico da Psicologia?
(What the psychology's epistemological silence hides?)**

González Rey, F. L.

[Abstract in portuguese/english](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**Construção do Conhecimento em Psicologia: Análises Críticas sobre a Avaliação Psicológica
(Construction of Knowledge in Psychology: Critical Analysis on Psychological Assessment)**

Soares, P. G. & Daufemback

[Abstract in portuguese/english](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**Psicologia comunitária e política: entre a autonomia e o Estado
(Community Psychology and Politics: between autonomy and the State)**

Hur, D. U.

[Abstract in portuguese/english](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**O abuso e dependência de drogas no território: desafios e limites dos Agentes Comunitários de Saúde de uma Unidade de Saúde da Família
(Drug abuse and addiction in the territory: challenges and limitations of Community Health Workers in a Family Health Unit)**

 TABLE OF CONTENTS/SUMÁRIO

Habimorad, P. H. L. & Martins, S. T. F.

[Abstract in portuguese/english](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Promoção de saúde bucal de crianças e adolescentes: experiência interdisciplinar no programa saúde na escola

(Oral health promotion of children and adolescents: interdisciplinary experience on health program in school)

Torales, A. P. B., Vieira, I. S. & Oliveira, C. C. da C.

[Abstract in portuguese/english](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Escala de empatia focada em grupos: Evidência psicométrica em jovens civis e militares

(Empathy scale focused on groups: psychometric evidence in young civilians and military)

(Escala de empatía centrada en grupos (EEG): evidencia psicométrica de su estructura en jóvenes civiles y militares)

Formiga, N. S., Galvão, L. K. de S., Barboza, M. da S. S., & Camino, C. dos S.

[Abstract in portuguese/english/spanish](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Oficinas de *videogame* como dispositivo de compartilhamento em um serviço de saúde mental
(Video game workshop as a sharing apparatus in a mental health care service)

Baum, C. & Maraschin, C.

[Abstract in portuguese/english](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Prisioneiros do sem-sentido: o sofrimento psicossocial e existencial de adolescentes autores de ato infracional

(Prisoners of the meaningless: the psychosocial and existential suffering of law-breaking adolescents)

Jost, M. C.

[Abstract in portuguese/english](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

Consumo e Subjetividade: uma Análise do Encantamento Narcísico na Publicidade de Coloração Capilar

(Consumption and Subjectivity: An Analysis of the Narcissistic Enchantment in Hair-Dye Publicity)

(Consommation et Subjectivité: L'analyse de L'enchantement Narcisiste dans la publicité de colorations des cheveux)

Queiroz Neto, V. P. de & Severiano, M. F. V.

[Abstract in portuguese/english/french](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

TABLE OF CONTENTS/SUMÁRIO

PUBLICAÇÕES RECENTES

Text in [PDF](#)/[MS Word](#)

Buscando dar continuidade à tarefa de analisar criticamente as pesquisas e práticas psicossociais em seu potencial para construir conhecimentos e métodos para compreender, analisar e intervir na realidade, a revista PPP reúne, neste número, múltiplos temas que, em seu conjunto, nos revelam o quanto a Psicologia vem se expandindo em suas questões e em seus âmbitos de pesquisa e atuação. Teoria e prática, pesquisa e experiência, abordagens qualitativas e quantitativas, as mais variadas expressões do saber/fazer se encontram acolhidas e contempladas, tendo como autores profissionais e pesquisadores de contextos e olhares diversos.

O leitor encontrará, aqui, alguns artigos mais marcadamente teóricos, privilegiando uma reflexão crítica sobre a construção do saber psicológico, como também terá a oportunidade de conhecer dispositivos de compreensão/intervenção sobre realidades que provocam o profissional da Psicologia.

Os artigos deste número estão agrupados em blocos, considerando-se abordagens relativas a princípios éticos e perspectivas teóricas, práticas psicossociais na comunidade, bem como práticas, falas e sentimentos que dizem respeito aos jovens. Por último, um olhar a partir da Teoria Crítica sobre publicidade e subjetividade.

Luisa Ripa, da Universidad Nacional de Quilmes, Argentina, em *Ética do reconhecimento e direitos humanos: um espaço para pensar novos discursos*, retoma teses de Paul Ricoeur sobre ética, reconhecimento, direitos humanos e sofrimento. Vê nessa última tese a reunião de propostas ético-antropológicas anteriores, voltadas a novos sentidos de mundo e humanidade.

Fernando Luis González Rey, da UniCEUB, Distrito Federal, em *O que oculta o silêncio epistemológico da Psicologia?*, analisa, na história da Psicologia, os usos da teoria, da epistemologia e do método. Alerta contra distorções atóricas, dogmáticas e instrumentalistas que desembocam no mau uso tanto da teoria quanto da empiria e propõe a realização de pesquisas qualitativas

cultural-históricas, com ênfase na subjetividade.

Em *Construção do Conhecimento em Psicologia: Análises Críticas sobre a Avaliação Psicológica*, Pollianna Galvão Soares e Valdirene Daufemback (UNB - Universidade Nacional de Brasília) discutem os pressupostos epistemológicos que subsidiaram a construção de algumas abordagens do conhecimento psicológico no seu curso histórico, destacando contrapontos críticos e reflexivos acerca da ciência psicológica predominante.

Em *Psicologia Comunitária e Política: entre a autonomia e o Estado*, Domenico Uhng Hur, da UFG, Goiás, problematiza a atuação de psicólogos em serviços de políticas públicas, vendo-os na intermediação entre população e Estado, entre o fomento à autonomia e a prática heterônima. Distingue o psicólogo comunitário, aquele voltado à autoanálise e à autogestão, do psicólogo na comunidade, segundo ele, um técnico apolítico.

Em *O abuso e dependência de drogas no território: desafios e limites dos Agentes Comunitários de Saúde de uma Unidade de Saúde da Família*, os autores Pedro Henrique Leonetti Habimorad e Sueli Terezinha Ferreira Martins (UNESP - Universidade Estadual Paulista), problematizam as políticas públicas brasileiras de atenção à saúde do usuário de drogas, buscando compreender como os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de uma Unidade de Saúde da Família de município no interior paulista concebem suas práticas de atenção ao usuário abusivo ou dependente de drogas.

O relato *Promoção de saúde bucal de crianças e adolescentes: experiência interdisciplinar no programa saúde na escola* apresenta experiência interdisciplinar em que uma intervenção grupal desenvolvida em Aracaju por Andréia Poschi Barbosa Torales, Igor Soares Vieira e Cristiane Costa da Cunha Oliveira (UNIT - Universidade Tiradentes) foi determinante para a obtenção de menor resistência e maior aceitação por parte dos alunos da avaliação de sua saúde bucal.

No artigo *Escala de Empatia Focada em Grupos: Evidência Psicométrica em Jovens Civis*

e *Militares*, Nilton S. Formiga; Lilian K. de S. Galvão; Miriane da S. Santos Barboza; Cleonice P. dos S. Camino (UFPB - Universidade Federal da Paraíba) consideraram amostras distintas de jovens estudantes do ensino médio da cidade de João Pessoa-PB para estudar o fenômeno da empatia com relação a grupos em sofrimento através da Escala de Empatia focada em Grupos (EEG).

Oficinas de videogame como dispositivo de compartilhamento em um serviço de saúde mental é o título do artigo de Carlos Baum e Cleci Maraschin, da UFRGS, Rio Grande do Sul, que analisaram os efeitos de compartilhamento envolvendo jogos, jogadores, participantes das oficinas e cultura de *videogame* em mudanças no dispositivo psiquiátrico, produzindo novos discursos e novos espaços de afinidade no hospital.

O artigo de Maria Clara Jost de Moraes Vilela, da PUC-Minas, *Prisioneiros do sem-sentido: o sofrimento psicossocial e existencial de adolescentes autores de ato infracional*, busca compreender, a partir de uma abordagem teórica multidisciplinar com ênfase fenomenológica e de entrevistas com rapazes-adolescentes autores de ato infracional, o sofrimento psicossocial e existencial deles. Suas queixas de esvaziamento do horizonte de sentido levam a autora a propor caminhos de intervenção psicossocial visando ao enfrentamento dessa problemática.

Tomando a Teoria Crítica como eixo teórico-metodológico, Valdemir Pereira de Queiroz Neto, Maria de Fátima Vieira Severiano (UFC - Universidade Federal do Ceará), autores de *Consumo e Subjetividade: uma Análise do Encantamento Narcísico na Publicidade de Coloração Capilar*, analisam o discurso da publicidade de cosméticos e suas implicações psicossociais como instância legitimadora da subjetividade humana, sob a égide da "Cultura do Narcisismo".

A Revista, como de hábito, encerra-se com a seção Publicações Recentes, listando livros novos dedicados a pesquisas e práticas psicossociais.

Nesse número, despedimo-nos de Cláudio Domingos de Souza que, por cerca de três anos

secretariou a revista e, com dedicação, a enriqueceu, buscando indexadores e outros aprimoramentos. Desejamos a ele sucesso em suas novas funções em Formosa, Goiás. A revista passou a ser secretariada por Thales Alberto Fonseca Vicente, ainda "aprendiz de feiticeiro". Conta também, agora, com parcerias com o Núcleo de Ensino a Distância (Nead), da Universidade Federal de São João del-Rei, que promete apoio tanto nas revisões de língua portuguesa quanto técnicas.

Desejamos que vocês se sintam provocados à leitura e à discussão.

Maria de Fatima Aranha de Queiroz e Melo
Marcos Vieira-Silva
Marília Novais da Mata Machado

Endereço para correspondência:
Laboratório de Pesquisa e Intervenção
Psicossocial (Lapip/UFSJ)
Praça Dom Helvécio, 74
São João del-Rei - MG - CEP: 36.301-160

Ética del Reconocimiento y Derechos Humanos: espacio para pensar novedades discursivas

Ética do reconhecimento e direitos humanos: um espaço para pensar novos discursos

Ethics of recognition and human rights: a space to think about new discourses

Luisa Ripa¹

Resumen

La ética de Paul Ricoeur construida en distintas obras y perspectivas culmina en su obra póstuma dedicada al reconocimiento. Allí recoge sus tesis anteriores en las que la eticidad se vinculaba estrechamente a la identidad y a la definición de lo humano como homo capax y como un sí mismo como otro, es decir, como "inevitabilmente" referido al otro. Los derechos humanos, por su parte, constituyen una novedad de sentido y de posición humana que nos obliga a pensar cada vez más seriamente en la emergencia de un mundo nuevo y de una nueva humanidad, signada y signado por estos derechos humanos. El trabajo de Ricoeur, por fin, sobre el sufrimiento nos permite hacer un puente entre las apuestas ético-antropológicas de las obras anteriores y la obligación fuerte y novedosa de la instalación plena de los derechos humanos.

Palabras clave: Paul Ricoeur, ética, reconocimiento, derechos humanos, sufrimiento.

Resumo

A ética construída por Paul Ricoeur em diversas obras e manifestações culmina com a obra póstuma dedicada ao reconhecimento, em que ele recorre às suas teses anteriores nas quais a ética se vincula estreitamente à identidade e à definição do humano como homo capax e como um si mesmo como outro, isso é, "inevitavelmente" referido como outro. Os direitos humanos, por sua vez, ganham um sentido e uma posição humana novos, o que nos obriga a pensar, cada vez mais seriamente, na emergência de um mundo novo e de uma nova humanidade marcada pelos direitos humanos. Por fim, o trabalho de Ricoeur sobre o sofrimento nos permite unir as propostas ético-antropológicas das obras anteriores e a obrigação forte e inovadora do pleno estabelecimento dos direitos humanos.

Palavras-chave: Paul Ricoeur, ética, reconhecimento, direitos humanos, sofrimento.

Abstract

The ethics built by Paul Ricoeur in various works and demonstrations culminates in the posthumous publication dedicated to recognition, in which he resorts to his previous theses in which ethics is closely linked to the identity and to the definition of the human being as homo capax and as a self like the other, that is, "inevitably" referred to as the other. Human rights, in turn, gain a new human sense and position, which forces us to think more and more seriously about the emergency of a new world and of a new humankind marked by human rights. Finally, Ricoeur's work on suffering allows us to unite the ethical-anthropological proposals of the previous works and the strong and innovative obligation to fully establish human rights.

Keywords: Paul Ricoeur, ethics, recognition, human rights, suffering.

¹ E-mail: luisa@unq.edu.ar - Universidad Nacional de Quilmes - UNQ

PRESENTACIÓN

La ética de Paul Ricoeur revela un atractivo y fuerza especial gracias a la complejidad con que la piensa y la honestidad con que integra perspectivas deontológicas y teleológicas. Me refiero específicamente a la ética propuesta en dos obras: *El problema del fundamento de la moral* (1975-2000a) y *Sí mismo como un otro* (1990-1996). En ambas construye una ética compleja que reconoce diversos niveles: el de la libertad en primera, segunda y tercera persona (1975-2000a) o el del deseo de vivir bien, con y para los otros, en instituciones justas (1990-1996). Pero también el nivel de la norma moral y la ley, que regula el deseo que no ha podido evitar el homicidio y la esclavitud y, por fin, el nivel de la vuelta sobre el caso concreto o apertura que impide que cualquier sistema normativo se cierre sobre sí mismo. Estas tesis sobre la eticidad se cruzan y se imbrican con sus tesis sobre la identidad – desarrolladas en el mismo texto – ya que, por dar un solo ejemplo, la mismidad que construimos se funda en la fidelidad a la promesa y consiste en poder asegurar modos en que el otro pueda confiar en que soy el mismo, pese a mis cambios.

Seis años después de publicar *Sí mismo...*, en una conferencia en Moscú, Ricoeur entra en la discusión sobre el universalismo y lo histórico (2000b), tensionando las distintas ofertas teóricas de las éticas presentes. Vuelve a plantear su compleja ética en tres niveles y cierra sus tesis pidiendo se preste atención al fenómeno de la traducción, al que carga de sentido y significación ética propositiva. En efecto, es un hecho universal que carecemos de una lengua universal. La ausencia de un lenguaje común para todos y todas puede afirmarse como un dato que corresponde al universo de los hablantes. Pero de la misma dimensión de universalidad es el fenómeno de la traducción: en todos los tiempos y en todas las culturas se ha traducido. La universalidad de la traducción media sobre la variedad de las lenguas transgrediendo la equivocidad plena hacia formas del compartir y del comprender que

no deberían tomarse como algo secundario sino como modelo de resolución de conflictos. Nos permite no tener que optar entre la pura dispersión lingüística o el sometimiento a las lenguas imperiales. La descripción se llena de categorías éticas de la hospitalidad.

Una meditación sobre la diversidad de las lenguas, aspecto fundamental de la diversidad de las culturas, puede conducir a un interesante análisis de la manera como son resueltos prácticamente todos los problemas planteados por este fenómeno masivo de que el lenguaje no existe en ninguna parte bajo una forma universal sino solamente en una fragmentación del universo lingüístico. Sin embargo, en ausencia de toda super lengua no estamos completamente desprovistos; nos queda el recurso de la traducción que merece algo mejor que ser tratada como un fenómeno secundario, permitiendo la comunicación de un mensaje de una lengua en otra; bajo el título de la traducción se trata de un fenómeno universal que consiste en decir de otra manera el mismo mensaje. En la traducción el locutor de una lengua se transfiere al universo lingüístico de un texto extranjero. A la inversa, él acoge en su espacio lingüístico la palabra del otro. Este fenómeno de hospitalidad lingüística puede servir de modelo a toda comprensión en la cual la ausencia de lo que podría llamarse un tercero de sobrevigilancia pone en juego las mismas operaciones de transferir en..., y de acogen dentro de..., de los cuales el acto de la traducción es el modelo. [...] es cierto que la humanidad no existe sino en culturas múltiples como lo son las lenguas – en lo que consiste fundamentalmente la tesis de los contradictores de Rawls y de Habermas – las identidades culturales presuntas por esos autores no están protegidas contra el retorno de la intolerancia y el fanatismo más que por un trabajo de comprensión mutua para la cual la traducción de una lengua en otra constituye un modelo remarcable. (Ricoeur, 2000b, pp. 37-38).²

² En muchos otros lugares trata el tema como puede verse, por ejemplo, en P. Ricoeur *Sur la traduction*, Paris, Bayard, 2004.

Destaco, por fin, la fuerte apuesta que Ricoeur hace a la *reciprocidad*, a la solicitud y el cuidado del otro, al punto de acusar de narcisismo a la corrección moral aislada. Al momento de hablar de la identidad narrativa como mediadora de la construcción del sí mismo nos dice que si “el arte de narrar es el arte de intercambiar experiencias”, estas experiencias hechas en el “laboratorio de lo imaginario” son también “exploraciones” respecto del bien y del mal: “la angustiada pregunta “¿quién soy?”... se convierte en “¿quién soy, yo, tan versátil, para que *sin embargo*, cuentas conmigo?” Esta dimensión nueva

... constituye la diferencia entre la modestia del mantenimiento de sí y el orgullo estoico de la inflexible constancia a sí. [...] la caracterización de la ipseidad mediante la relación con la posesión (o pertenencia) entre la persona y sus pensamientos, sus acciones, sus pasiones, en una palabra, sus “experiencias”, no carece de ambigüedad en el plano ético. [...] es una dialéctica de la posesión y del desposeimiento, del cuidado y de la despreocupación, de la afirmación de sí y del oscurecimiento de sí (1990-1996, pp. 171-172).

La narratividad, además, cura del narcisismo estoico:

La obligación de mantenerse a sí mismo *cumpliendo* sus promesas corre el riesgo de petrificarse en la rigidez estoica de la simple *fidelidad*, si no es regada por el deseo de responder a una expectativa, incluso a una solicitud venida del otro (1990-1996, p. 292).

Su libro sobre los *Derroteros del Reconocimiento* amplía las ideas anteriores recorriendo en un estudio integral las múltiples huellas que sobre el *reconocimiento* encuentra en la historia de la filosofía y del pensamiento y avanza en su propia tesis al respecto. La amplitud de su escucha de otros se acompaña de una decidida elaboración sobre los sentidos filosóficos del *reconocimiento* y sus elementos destacables.

Este desarrollo es un buen fundamento teórico para los derechos humanos y su expansión discursiva. Intentaré mostrar que el reconocimiento expresa a la vez la profunda demanda de la humana dignidad y el profundo dolor que se acusa cuando los derechos son inexistentes, ignorados o vulnerados. No es menor el aporte que hace cuando funda tan estrechamente su ética a la identidad del sí y del sí ante y como otro. De este modo un desarrollo teórico filosófico, el primero totalmente dedicado al reconocimiento, según su autor, y a sus vueltas nocionales e implicancias prácticas, confirma y enriquece la anterior ética ricoeuriana y suma un suelo firme, marco teórico interesante, para los múltiples discursos en torno a los derechos humanos y sus entrelazamientos.

Por otro lado, en una obra anterior, pero que para nuestro análisis debe seguir a la del reconocimiento, Ricoeur trabaja la experiencia del *sufrimiento* y la manera como hiere tanto la capacidad como los vínculos humanos. Esta tesis, poco extensa y nada conocida entre los estudiosos de este filósofo, aporta igualmente a la teoría de los derechos humanos en cuya determinación histórica juega un papel fundamental el dolor de hombres y mujeres a lo largo del tiempo y a lo ancho de las culturas. El sufrimiento, distinto del dolor, puede ser comprendido en relación al vínculo consigo mismo y con el otro y a la tensión entre el hacer y el padecer. El sufrimiento “enseña”: como pregunta, reclamo y preciosa experiencia del perseverar en el deseo de ser y el esfuerzo por existir.

Estas tesis ofrecen un interesante “lugar duro” donde asentar la necesidad de reconocimiento de nuevos sistemas de derechos y de regímenes de garantías en discusiones que todavía es preciso dar.

La presentación aislada y paralela de ambos textos traslada a la tercera parte, situada precisamente en la cuestión del “fenómeno de los derechos humanos”, la exposición de algunos vínculos y conclusiones provisionales y parciales.

1 - ÉTICA DEL RECONOCIMIENTO EN PAUL RICOEUR

En el último libro³ que publicara Paul Ricoeur (2004-2006)⁴ y que dedicara al tema del "reconocimiento"⁵ el filósofo ofrece lo que entiende es una novedad del pensamiento – una obra dedicada íntegra y totalmente al reconocimiento – y, para hacerlo, ofrece también una verdadera síntesis de sus propuestas éticas y antropológicas desarrolladas en *Sí mismo como otro*. Esta relación es la que me permite titular este apartado como "ética" del reconocimiento y no como "derroteros"⁶ tal como reza el nombre del libro.

Ricoeur introduce las cuestiones teóricas – y de fuertes conclusiones prácticas – asombrándose de la falta de una obra que trate integralmente el tema mientras que abundan en la filosofía teorías completas sobre el *conocimiento*. Por cierto, no desconoce la multitud de lugares en que se trata el tema, como en la *Fenomenología del Espíritu* de Hegel o en los trabajos de Charles Taylor. Pero es por esa falta de obra integral que inicia la indagación – por primera vez, confiesa – en los *diccionarios* que le ofrecen una multiplicidad de significaciones. Este pasaje por los diccionarios abre una multitud de nociones y variaciones de sentido en las entradas *reconocer*, como verbo, y *reconocimiento* como nombre. Elige dos a los que llama "diccionarios razonados": "el *Dictionnaire de la langue française*, compuesto y publicado por Émile Littré de 1859 a 1872, y el *Grand Robert de la langue française*, en su segunda edición, bajo la dirección de Alain Rey, publicado en 1985" (2004-2006, p. 17).

³ P. Ricoeur falleció el 20 de mayo de 2005.

⁴ Las referencias indican la publicación original y la de la traducción castellana. La paginación corresponde a la segunda, salvo el caso del artículo (1992) que solamente ha sido publicado en francés.

⁵ La publicación del texto *Viviente hasta la muerte* (2007-2008) que se hizo después de su fallecimiento es el fruto de una recopilación de sus colegas y equipo cercano, que reunieron sus apuntes y textos, algunos a medio terminar, otros apenas insinuados, para conformar la publicación.

⁶ Creo que este término, "derroteros" traduce mejor la palabra "parcours" que la de "caminos".

Todo sucede como si el término *reconocimiento* tuviese una estabilidad léxica que justificase su lugar como cabeza de grupo en el léxico, con todos los derechos, ante la falta de cualquier apadrinamiento filosófico a la medida de la amplitud del cambio en sus apariciones. Ésta parece ser la situación inicial que justifica que la investigación lexicográfica se prolongue más de lo habitual (2004-2006, pp. 15-16).

A partir de allí su trabajo intentará mostrar: 1) que es posible elevar a nivel de tratamiento filosófico lo que encuentra como desarrollo lexicográfico y 2) que la secuencia de significaciones lexicográficas, con sus tránsitos – las más de las veces implícitos –, es paralela a un desarrollo de nociones filosóficas – *filosofemas* – que explicitarán a este nivel, las *razones* de los tránsitos de un sentido a otro.

[...] el paso de una significación a otra se hace mediante saltos imperceptibles, ya que el principio de estas desviaciones ínfimas reside en lo no dicho, en lo implícito de la definición anterior en el que se oculta la generación misma de la serie ordenada de significaciones bajo el régimen de lo que acabamos de llamar polisemia regulada (2004-2006, p. 16).

Mi hipótesis de trabajo descansa en la convicción de que el filósofo no debe renunciar a constituir una teoría digna de este nombre del reconocimiento [...] El filósofo puede encontrar un estímulo del lado del lexicógrafo en la búsqueda de los pilares [...] que garantizan la transición de una definición a otra. [...] crear y superar las desviaciones ocultas bajo la apariencia de una generación continua de las significaciones nuevas a partir de las precedentes [...] con la esperanza de compensar el efecto primero de dislocación producido por la problematización, por un efecto de concertación entre filosofemas que el trabajo sobre las transiciones ha hecho consonantes (2004-2006, pp. 32-33).⁷

⁷ En atención al sentido total de este trabajo concluimos en este punto la presentación del método seguido por el autor, sin continuar su recorrido que nos distraería de nuestro objetivo central. Sin embargo la propuesta metodológica y su desarrollo tiene una novedad y

La tesis general es la de que estos sentidos se encadenan desde su expresión en voz activa – “reconocer” – hasta aquella de la voz pasiva – “ser reconocido” –, mediados por la forma reflexiva del “reconocer-se”. Despliega entonces esos sentidos encontrados en los diccionarios y postula un “recorrido” que encuentre la unidad oculta de los distintos sentidos en un proceso que arranca del reconocimiento en tanto casi que mero conocimiento, en la forma del “darse cuenta” de ciertas tesis y fenómenos de mundo (primer estudio); pasa por el reconocimiento de sí mismo y sus avatares (segundo estudio), para culminar en el reconocimiento muto y las formas de la pretensión, la lucha y el logro de esta mutualidad del reconocer (tercer estudio) (2004-2006, pp. 11-36).

Como ha sido habitual en este autor, el despliegue combina un largo diálogo con distintos autores en quienes encuentra los hitos de su camino y un fino cuestionamiento de las tesis que le permite avanzar en combinaciones teóricas y en aperturas reflexivas de las tensiones conflictivas que encuentra en cada codo del camino, para continuar con la metáfora itinerante. Los tres estudios recorren paciente y atentamente – según su metodología de la “vía larga” – el pensamiento de filósofos y científicos sociales y de las humanidades en búsqueda de esos sentidos, sus coherencias, oposiciones, saltos y oscuridades.

El primer estudio, referido al sentido activo del verbo reconocer, recoge las significaciones del identificar, distinguir, tener por verdadero, admitir, aún aceptar... Aquí el *reconocer* es casi idéntico en su noción al “conocer”, en tanto que “identificar”.

Del “distinguir lo verdadero de lo falso”, tal como lo enseñara Descartes, pasando por el sentido crítico en el que Kant introduce la variable del tiempo en el acto de reconocer, Ricoeur culmina con la fenomenología – Husserl y Heidegger – que encarna la “ruina de

la representación” tal como la entendieron los modernos anteriores y finaliza mostrando que en el camino del reconocer en tanto que conocer, distinguir e identificar se tensa en la dialéctica reconocer-desconocer gracias al efecto del *cambio* (2004-2006, pp. 37-94). Escuchemos un curioso texto, no exento de humor, que introduce su cita de la obra de Proust, con la que cierra el capítulo:

Existe como una gracia de las cosas que “quieren” gustosamente volver; pero existe también la fantasía de las cosas que desaparecen y reaparecen a su capricho: las llaves de la casa o del coche, por ejemplo... En el caso más favorable, el de las idas y venidas habituales [...] la cadena del aparecer, del desaparecer y del reaparecer está tan bien trabada que da a la identidad perceptiva un aspecto de seguridad, incluso de garantía, con respecto a la fe perceptiva; la distancia temporal, que la desaparición estira y distiende, se integra en la identidad por la gracia misma de la alteridad. Escapar por un tiempo a la continuidad de la mirada hace de la reaparición de la misma un pequeño milagro (2004-2006, p. 89).

El segundo estudio – auténtico mediador hacia el tercero –, dedicado a la forma reflexiva del verbo, reconocer-se, comienza en las figuras de Ulises y Edipo y las tramas de sus reconocimientos para desembocar en la teoría de la decisión de la ética aristotélica con quien se introduce en la fenomenología del hombre *capaz* en la cuádruple figura del poder decir, el poder hacer, el poder narrar y narrarse y, por fin, el poder reconocerse como sujeto imputable, esto es, capaz de acción responsable. Este despliegue le permite detenerse en la especial forma de auto reconocerse en la memoria y la promesa – de la mano de la tradición griega y de Bergson – y criticar – de la mano de Sen –, la abstracta noción liberal de capacidad y la necesidad de vincularla a las *capabilities*, en tanto que capacitaciones reales a las que se tiene derecho, individual y colectivamente (2004-2006, pp. 95-195).

Intento responder [...] reflexionando sobre las *capacidades* que, juntas, dibujan el

fecundidad que puede ser interesante. Se puede ver en la “Introducción” de este trabajo en su totalidad (2004-2006, pp. 15-36).

retrato del hombre capaz. [...] Al recortarse en la certeza y en la garantía del "puedo", los dos campos semánticos de la atestación y del reconocimiento de sí aportan sus armónicos respectivos, dando así su riqueza y su consistencia a lo que propongo llamar reconocimiento-atestación. Precisamente de este combinado nace la certeza de las aseveraciones introducida por el verbo modal *puedo*. [...] El rodeo por el "qué" y el "cómo", antes de volver al "quién", es exigido, a mi entender, por el propio carácter reflexivo del sí, que, en el momento de autodesignación, se reconoce a *sí mismo* (2004-2006, pp. 123-125).⁸

Pero es en el tercer estudio, dedicado a las formas pasivas del verbo en tanto que ser reconocido por otro en el que Ricoeur entrará de lleno en la propuesta hegeliana de la fenomenología del espíritu donde planteara la famosa dialéctica del amo y del esclavo. Las profundizaciones en este sentido fuerte y culminante del reconocimiento Ricoeur apela a Mauss con su estudio del *don* para terminar mostrando que la *gratitud* es la forma que culmina y supera la lucha por el reconocimiento, a la vez que debe reconocer la imposibilidad de superar toda asimetría (2004-2006, pp. 191-207).

Es, entonces, en este estudio donde podemos reconocer una ética, aunque ya presente en algunos momentos anteriores, sobre todo en su análisis de la promesa. Entra en el tema del reconocimiento *mutuo* y, por ello, en el tema – como Hegel – de la *lucha* por el reconocimiento y en el de la *asimetría* necesaria – que le enseña Levinas.

De esos derroteros sugerentes que exploran los sentidos en tantos lugares antes de llegar al clásico capítulo de la *Fenomenología del Espíritu* en que Hegel consagrara la lucha por el reconocimiento, quisiera rescatar la reflexión final en torno al "don y contradon", categorías de M. Mauss con la que piensa este "ser reconocido". La cuestión se plantea acerca de si este "comercio" de dones no significa la

postura de "do ut des": te doy para que me des. La reciprocidad en bienes materiales o simbólicos viciaría así de muerte el sentido del "do", convirtiéndolo en mera mercancía. Después de una búsqueda prolija Ricoeur llega a sentar que la expectativa de recibir es profundamente reconocedora del otro. En tanto de *capaz* el otro es reconocido por mí, precisamente, como tan capaz de dar como lo soy yo. Esta postura, que termina en una especie de himno amoroso de celebración de la existencia del otro, cura de todo mercantilismo caritativo y explota la intención estratégica en un lenguaje nuevo y definitivo: la felicidad de que seas, la felicidad de ser (2006, pp. 306-308). Culmina con una especial noción de *gratitud* como espacio de encuentro de los que luchan por ser reconocidos, hacia una mutualidad fecunda y respetuosa.

[...] en lo festivo, escapa a la moralización. Su carácter excepcional [...] ocurre en las prácticas [...] a la manera del gesto del canciller Brandt arrodillándose al pie del monumento de Varsovia en memoria de las víctimas de la *Shoah*. Estos gestos [...] no pueden crear institución, pero, al hacer emerger los límites de la justicia de equivalencia y al abrir un espacio de esperanza en el horizonte de de la política y del derecho en el plano posnacional e internacional, estos gestos ponen en marcha una onda de irradiación y de irrigación que, de modo secreto e indirecto, contribuye a la progresión de la historia hacia estados de paz. [...] se une así al conjunto de fórmulas que me gustaría colocar bajo el patrocinio gramatical del optativo, ese modo que no es ni descriptivo ni normativo... (2004-2006, pp. 306-307).

Las similitudes con las problemáticas que se planteara en el libro sobre la memoria (Ricoeur, 2000-2003) se encuentran en las distensiones entre sujeto individual y colectivo, memoria y olvido/reconocimiento y desconocimiento y llegan a un cierto paralelo entre el – "difícil" – tema del perdón, en orden a la memoria y el recuerdo del pasado y la complicada "gratitud" en el intercambio de dones que expresan el reconocimiento mutuo. Memoria y reconocimiento se imbrican en una

⁸ También aquí puede percibirse el inmenso mundo reflexivo que se abre en torno al hombre capaz que se reconoce tal y que estamos obligados a sortear.

compleja actividad que comienza por el darse cuenta o recordar individualmente para terminar en los cruces complicados de los unos y los otros, de los unos, los otros y los todos en la construcción de sentido con las apuestas, los límites y las aceptaciones. Construcción no ya de un “estado de lucha” sino de un “estado de paz” (2004-2006, pp. 277-308). Cerramos este tránsito por Ricoeur con dos textos que sintetizan su propuesta de cierre de la *lucha* pero victoria del reconocimiento y el himno final de celebración del *otro*.

Quizá la lucha por el reconocimiento sigue siendo interminable: al menos, las experiencias de reconocimiento efectivo en el intercambio de los dones, principalmente en su fase festiva, confieren a la lucha por el reconocimiento la seguridad de que no era ilusoria ni inútil la motivación que la distingue del apetito del poder, y la pone al abrigo de la fascinación de la violencia [...].

Montaigne [...] escribía [...]: "En la amistad de la que hablo [las almas] se mezclan y se confunden una con otra en una unión tan universal que borran y ya no se vuelve a encontrar la sutura que las unió. Si se me fuerza a decir por qué yo lo quería, siento que sólo se puede expresar respondiendo: porque era él; porque era yo" (2004-2006, pp. 307-308 y 326).

2 - EL SUFRIMIENTO NO ES EL DOLOR

En lo que Ricoeur llamara “un pequeño texto”⁹ escrito para sus “amigos psiquiatras” encontramos reflexiones que entiendo valiosas, como ya lo adelantara, para algunas de las discusiones más fuertes en las que estamos embarcados hombres y mujeres preocupados por los derechos humanos. Propongo entonces hacer un recorrido por el texto y sus sugerencias para aplicarlas después a los debates presentes. Insisto en mi interés en que este “pequeño texto” opere como

⁹ En una ocasión Ricoeur lo refiere como un “pequeño texto”, escrito para sus “amigos psiquiatras” (*J'ai écrit une fois un petit texte (plutôt pour des amis psychiatres)*. Bulletin de Psychiatrie Edition du 24.05.05)

puente entre el reconocimiento y los derechos humanos.

En el contexto de su diálogo con los psiquiatras comienza aclarando que su contribución se inscribe en el interés de “esclarecer la comprensión que tenemos de lo humano, en tanto que ser capaz de padecer, de soportar el sufrimiento” y que recurre “a la experiencia humana del sufrir, la más común y la más universal” (1992: 9), diferenciándose así tanto de la experiencia como del interés de la clínica. Fenomenología y clínica, sin embargo, se proporcionan una “instrucción mutua y cruzada” aportando respectivamente la comprensión del dolor, subyacente a la terapéutica y la específica competencia de los terapeutas. La común atención a los *signos* permite reservar el término *dolor* “para las afecciones sentidas como localizadas en los órganos particulares del cuerpo o en el cuerpo todo entero” y el término sufrimiento para “las afecciones manifiestas en la reflexividad, el lenguaje, la relación consigo mismo, la relación con el otro” aunque esta distinción de “lugares” a los que corresponden la semántica enseguida se relativiza en las “vacilaciones del lenguaje ordinario” para reducir las diferencias no tanto a una radicalidad de inserción sino al estatuto de dos “ideas-tipo” (1992, p. 10).

En un sentido más profundo y para “no perderse en la letanía interminable de los males” propone Ricoeur trabajar sobre dos ejes: el de la relación sí-mismo-otro y el del hacer-padecer. Cierra su propuesta metodológica afirmando que “se puede adoptar como hipótesis de trabajo que el sufrimiento consiste en la disminución del poder de hacer”, ya que “sólo los agentes pueden padecer” y por eso

[...] buscaremos sucesivamente los signos de esta disminución en los registros de la palabra, de la acción propiamente dicha, del relato, de la estima de sí” pero advirtiendo que “el eje del hacer-padecer corta perpendicularmente el eje sí-mismo-otro” y de ese modo multiplica las formas y el sentido del sufrimiento (1992, p. 10).

En cuanto al eje sí mismo-otro Ricoeur advierte la paradoja de que el sufrir, por un lado, intensifica en forma tal la referencia a sí, en la suspensión de toda representación que “el mundo aparece no ya como habitable sino como desierto [...] el sí mismo aparece arrojado sobre sí mismo” (1992, p. 11) e intensifica así “el sentimiento vivo de existir” o el sentimiento de existir vivamente, casi como puro “yo sufro”.

Pero, a la vez, se intensifica también la relación con el otro, aunque con sentido negativo: “al modo de una crisis de alteridad que se puede resumir por el término de *separación*”. Esta separación observa la siguiente graduación: primero es experiencia de lo insustituible, “el sufrimiento es único” para el que lo sufre; también es “incomunicable: el otro no puede ni comprenderme ni ayudarme [...] la soledad del sufrir”. El grado de la “herida del sufrir” es el que ve al otro como “el que hace sufrir”, al que se le recrimina e insulta por eso. Y en el grado “más alto de virulencia se desencadena el sentimiento fantasmal de ser elegido para el sufrimiento”, es el responsable de las preguntas del estilo del “por qué yo” y constituye lo que Ricoeur llama el “infierno del sufrir” (1992, p. 11).

Concluye con la referencia al fenómeno del “hacerse sufrir” aunque reconoce que este fenómeno es mejor conocido para la clínica.¹⁰

En cuanto al eje hacer-padecer el sufrimiento se despliega en correspondencia con la “grilla” del poder obrar que Ricoeur propusiera en *Sí mismo como otro*, mostrando su herida.

Corresponderán del lado del sufrir todas las heridas que afectan en su orden el poder decir, el poder hacer, el poder relatar(se), el poder de estimarse a sí mismo como un agente moral. Y como, a cada uno de estos niveles, vuelve a darse la paradoja precedente del sí mismo intensificado y del sí mismo separado del otro, se obtiene así

una matriz de doble entrada, construida sobre los dos ejes octogonales (1992, p. 12).

La impotencia para decir es “un desgarrar” que se abre entre el querer decir y el no poder decir y se manifiesta en los gestos de dolor, gritos y lágrimas: “es en esta grieta que el querer decir construye el camino de la queja”, con su dolor, pero también con su eficacia al dirigirse al otro como reclamo y pedido de auxilio (1992, p. 12).

En la impotencia para hacer se observa una pasividad que, sin embargo, se muestra al menos como *capaz* de *soportar*, lo que constituye para Ricoeur “un grado mínimo de obrar” (1992, p. 13). En la relación con el otro se intensifica invirtiéndose: del poder sobre otros a la experiencia de “estar a merced de... librado al otro”, hasta “sentirse víctima de...”

Este sentimiento se encuentra a su vez exacerbado por los efectos de la violencia sufrida, sea física o simbólica, real o fantaseada. El sufrimiento marca así la crisis más aguda de lo que Habermas llama la acción comunicativa, en la forma de una excomunión, en el sentido más fuerte de la palabra, de una exclusión a la vez de las relaciones de fuerza y de las relaciones de simbolización (1992, p. 13).

Como según Ricoeur “una vida es la historia de esta vida, en búsqueda de narración”¹¹ la impotencia para *relatar(se)* afecta la “constitución de la identidad personal”, ya que “comprenderse a sí mismo es ser capaz de relatar acerca de sí mismo historias a la vez inteligibles y aceptables, sobre todo aceptables”.

Lo que se pierde, de acuerdo a la enseñanza que “tan magníficamente” nos hiciera Agustín es la apertura del presente del pasado, el presente del presente y el presente del futuro. “El sufrimiento aparece como una ruptura del hilo narrativo, al estilo de una concentración extrema, de una focalización puntual en el instante” que está “arrancado de la dialéctica del triple presente” en tanto que tiempo

¹⁰ Recuerda que para Freud “la pérdida del objeto de amor suscita un encarnizamiento del sujeto sobre sí”, incapaz de conservar su objeto amado.

¹¹ P. Ricoeur. *Educación y Política*. Buenos Aires, Docencia, 1986.

interrumpido y ruptura de la duración, alterando así las conexiones narrativas. La pérdida de la apertura temporal y la concentración de un presente doloroso que puntualmente limita el mundo a ese no espacio de sufrimiento es uno de los hallazgos ricoeurianos, a mi juicio, en esta fenomenología del sufrir.

Reflejando esta impotencia sobre la relación con el otro se percibe que lo realmente roto es el “tejido inter-narrativo”, el “enredo de historias”, porque

[...] se han calcinado todas las orientaciones de una temporalidad común, con sus horizontes de pasado y futuro. El sufrimiento del interlocutor no es ahora menor que el del paciente. En este sentido se podría arriesgar la palabra de lo *inenarrable* para expresar esta impotencia de relatar (1992, p. 13).

Respecto a la herida que el sufrimiento hace a la capacidad de estimarse como sujeto moral, Ricoeur comienza sentando la tesis de que

la estima de sí es el umbral ético del obrar humano. Yo me estimo en tanto que ser capaz de estimar las cosas, es decir, de preferir una cosa a la otra, en virtud de razones para obrar y en función de juicios que se refieren a lo bueno y a lo malo (1992, p. 14).

En este lugar trae una asombrosa relación, de la mano de Jacques Kress: la que se establece entre la estima de sí y la dignidad y la dignidad y el sufrimiento. Cita al autor que habla “de la persona humana en tanto que le es reconocido lo que le es más propio: su dignidad” y de que “la aptitud para el sufrimiento es parte integrante de esta dignidad” y, todavía “el sujeto, su dignidad y su sufrimiento” (1992, p. 14).

Pero este curioso vínculo entre dignidad, estima de sí y capacidad de sufrir aparece, sin embargo, dañado en el sufrimiento en un amplio espectro de sentimientos y experiencias en cuyos extremos se encuentran, por un lado, la culpabilización y, por otro, el delirio de

persecución. La culpabilización en el sufrimiento intenso logra lo que busca el verdugo que “intenta, más allá de la muerte del otro, su humillación” mediante el juicio en contra de sí mismo a que es empujada la víctima. Es por eso que los terapeutas de tales personas hablan de “la vergüenza que se pega, si se puede decir así, al alma de esos humillados”. Aunque en el caso límite “ya no hay más espacio siquiera para la condena de sí” por el efecto enfermante de la *disociación* (1992, p. 14) hasta sospechar que ya no se trata de personas, a tal punto son incapaces ni siquiera de sufrir por su estima de sí.

Esa pérdida de la estima de sí puede vivirse como fruto de un “robo o una violencia ejercida por el otro” y entonces el movimiento torna hacia la acusación y la queja *contra*. Algunos salmos muestran este reproche extremo: los otros, los malos, los enemigos que son la causa de mi padecer.

[...] esta manera que la queja tiene de bordear el delirio testimonia quizá la naturaleza profunda de la recriminación, oscilante sobre el umbral invisible entre la denuncia del mal y el delirio de persecución. En la intersección entre la referencia a sí mismo, intensificada por la culpabilidad, y la referencia al otro, alterada por el delirio de persecución, se perfila el rostro terrorífico de un sufrimiento que alguien se inflige a sí mismo en el nivel mismo de su propia estima (1992, p. 15).

Diferenciando las emociones y los sentimientos de las pasiones, Ricoeur adjudica a éstas últimas el poder “sorprendente de hacerse sufrir a sí mismo”. En efecto, al poner el apasionado un valor de absoluto en el objeto de su amor “se coloca en una situación en la que la pérdida del objeto deviene pérdida total”. Sufre doblemente, entonces, por pretender lo que no está a su alcance y por fracasar inevitablemente en su pretensión, “no sufre más por la desilusión que por la ilusión misma” (1992: 16). Dos son las pasiones que mejor muestran este daño infligido a sí mismo: la envidia, que condena a la tristeza y dolor por

el bien ajeno – y llega a formas de rencor y odio contra el par que lo logrado ese bien – y la venganza, que enferma de la ilusión de “la reapropiación de la punición por parte de los individuos, como si ellos fueran dueños de la reparación para sí mismos” (1992, p. 16): ambas condenan a la amargura y al fracaso.

Concluye Ricoeur volviendo sobre el sentido del sufrir para preguntar ahora por la expresión de los griegos que aseguraban que “el sufrimiento enseña” ¿enseña qué? ¿podremos encontrar ganancia alguna después de este largo recorrido entre quiebras y pérdidas?

Dos expresiones sintetizan su respuesta positiva: “el sufrimiento interroga” y “el sufrimiento llama”.

La interrogación sufriente vuelve a la queja para preguntar no sólo por qué a mí, sino hasta cuándo y cuánto ha de ser mi sufrir. “Estas preguntas no se inscriben en un cuadro de explicación [...] sino en perspectiva de una demanda de justificación”. Pero la pasividad del sufrir se nos mostró como “pura”, en un extremo, “sin objeto”: no tiene qué ni por qué. La demanda de justificación se yergue porque el sufrimiento “no sólo existe sino que existe en exceso: sufrir es sufrir demasiado” (1992, p. 17).

El parentesco que tiene con la falta – ambos son pero no deberían ser – ha llevado a una relación espuria, que es la liga entre sufrir y pena, purgar: se sufre para pagar quién sabe qué. Job es el “héroe” que precisamente corta esta ligazón plantándose como víctima pero no como culpable y así “quiebra todo el sistema de pensamiento – la famosa teoría de la retribución – de donde han salido las teodiceas que pretenden justificar todo sufrimiento como merecedor de punición” mostrando que “el mal padecido se revela irreductible al mal cometido” (1992, p. 18) Misterio de este ser que no debe ser, dolor de cabeza de teólogos y metafísicos.

Pero es el “llamado” del sufrimiento el que le permite rescatar un sentido nuevo y distinto. No olvidando la distancia y el quiebre que al sufrir se establece con el otro (la herida, la soledad, el infierno) es cierto que la queja es un pedido de ayuda. Un llamado al otro. Por

cierto, pidiendo una compasión – “sufrir con sin reserva” – que en esa medida es imposible. Se trata de un efectivo límite del dar-recibir. “Sin embargo, permanece como una tímida esperanza, la convicción arriesgada y quizá insensata, de que el mundo podría mejorarse por lo que Jan Patocka llama [...] la “solidaridad de los quebrantados” (Ricoeur, 1992, p. 18).

Ciertamente, fenomenólogos y clínicos “tienen prohibido el optimismo” que Ricoeur no duda en caracterizar como “la caricatura de una esperanza que no habría conocido las lágrimas”:

Se reencuentra, para terminar, el primer sentido del sufrir, a saber, soportar, es decir, perseverar en el deseo de ser y el esfuerzo para existir *a pesar de...* Es este “a pesar de...” el que dibuja la última frontera entre el dolor y el sufrimiento, a pesar de que ambas habitan el mismo cuerpo (1992, p. 18).

3 - EL DISCURSO DE LOS DERECHOS HUMANOS

La búsqueda del reconocimiento y el reclamo de tenerlo es quizá uno de los lugares antropológico-éticos más densos en nuestros días.

No solamente en las formas si se quiere “tranquilas” y hasta “justas” de los espacios ético-sociales y ético-políticos, como pueden ser, por ejemplo, para el primer caso, el escenario áulico con la pretensión de que todos y cada uno de los alumnos y alumnas de un curso sean – deben ser – reconocidos por los docentes en pie de igualdad efectiva de presencia y de oportunidades y, para el segundo caso, las luchas por representaciones políticas de mujeres o comunidades originarias, sino también en sentido negativo, como uno de los móviles más frecuentemente argumentados en algunos crímenes, especialmente los de los “asesinos seriales” que manifiestan que de esa manera serán visibles, tomados en cuenta e – inclusive – respetados. Es decir, “reconocidos” (Segato, 2003, 2007).

De este modo Ricoeur podría haber dado nombre a una demanda emergente, doblada de conciencia de derecho, que tiene el sentido paradójico, por un lado, de romper barreras y abrir pretensiones insólitas bajo ese título “que se me reconozca”. Y, por otro, una peculiar *comunidad* de deseo y de intereses que pudiera vincular, a su manera, actores y grupos, causas y enclaves muy distintos entre sí, pero que podrían verse en el común interés fundamental por “ser reconocidos”. Una cuasi hermandad de demanda podría agregar una cuota de encuentro a una humanidad dividida y cargada de tensión. Los medios, con su ambigua tarea de banalización del dolor y del crimen, por un lado, y de presentificación de los rostros y las aventuras de vida como comunes, por otro, tienen una tarea impresionante en orden a una construcción comunitaria que recién comienza.

Entiendo que la propuesta que Ricoeur hace, en la medida en la que vincula, gracias al hilo conductor del despliegue semántico *verdad, reflexión y encuentro*¹² – si se quiere, *mundo, yo y nosotros* –, debería ser pensada en profundidad para reconocer, más allá de los vericuetos autorales a los que nos tiene acostumbrados, un vigor de sentido que puede crecer. Pero debe hacerse con la *cura* de un posible optimismo que peque de lírico y de ilusorio que nos proporciona la atención a la realidad del sufrimiento y a la exploración de su sentido.

Trataremos de aunar la propuesta ética de este autor con la afirmación de que las instancias presuntamente universales del deseo y la semántica de la libertad, de una ley que se pretende obligante para todos y todas y en todo lugar y de la necesidad de abrir a esta última en una instancia de “explosión de sentido” o de “vuelta” a la persona singular en

situación con nuestra experiencia de los derechos humanos en nuestra cultura viva. Adelantando que toda esta propuesta no puede tener más que el estatuto de ideal atestado pero atravesado en sus concreciones por tensiones y diferencias, por errancias y confusiones. De esta manera el “modelo” de la traducción vuelve a tender puentes dialécticos y esperanzas sobre una tarea – la responsabilidad ética – que reúne firmemente el fracaso de las propuestas milenarias con la co-extensiva incomodidad ante la violación del “no matarás”.¹³

El discurso de los derechos humanos ha renunciado en nuestros días a toda fundamentación de necesidad que pudiera apoyarse en cualesquiera esencia o naturaleza. Rescata así su sentido *histórico* y, por eso, fruto de una voluntad humana que los erige y exige. Ciertamente, no faltan autores que apelan a la *naturaleza humana* para fundar en sus exigencias esenciales tanto los derechos reconocidos como los derechos a reconocer.

Pero lo cierto, en el sentido de lo dado entre nosotros, es que los pensadores que podemos reconocer como mejor entregados a la lucha por *todos* los derechos humanos, su universalidad, su unicidad y su igual exigibilidad, militan entre los que renuncian a toda pretensión de conocimiento de esencias o naturaleza alguna, si tal cosa existiera. La apelación al carácter histórico y, por tanto, *decidido* por hombres y mujeres concretos que han sumado sus fuerzas para que tales códigos sean reconocidos, otorga a estos discursos una energía y un interés innegables.

De hecho, en cambio, en general las corrientes de pensamiento que sí permiten jugar la variable *naturaleza humana* para fundamentar los derechos suelen incluir en sus tesis las de las *diferencias* entre los derechos, la *gradualidad* de los mismos y la imposibilidad de exigencia de sectores enteros de derechos acordados y ratificados, al menos en algunos escenarios y durante algunos tiempos.

¹² Aludo a los tres estudios sobre el reconocimiento: que el tercero se llame *encuentro* obedece a mi convicción de que las tesis finales sobre el *ser reconocido*, su lucha y su superación en estados de paz, inauguran, sin nombrarlo, un verdadero encuentro interpersonal y social. Una vez más, el papel de la simbólica fílmica, con su poder de aproximar rostros e historias debe ser recalado positivamente.

¹³ Ver L. Ripa: El león dormirá junto al cordero: triple tragedia de la guerra en el contexto de un fracaso sostenido, *V Agora Philosophica*, Mar del Plata, 2005.

Así dadas las cosas no dudamos en definirnos por la propuesta de los defensores de los derechos en tanto que históricos y libremente construidos.

Sin embargo, desde una filosofía que pueda distinguir entre la *lucha* y la *tesis* (Ripa, 2007) es posible reconocer una cierta orfandad a la hora de reclamar nuevos derechos humanos – históricamente aún no reconocidos – o criticar artículos, expresiones, relaciones o interpretaciones particulares de los tratados y declaraciones ya acordados. En efecto: determinadas luchas concretas nos obligan a defender posiciones que tenemos que diferenciar claramente del supuesto de estar sosteniendo la tesis o afirmación consecuente como permanente fuera de ese contexto. Un caso clarísimo de lo que afirmo lo constituye el trabajo de la Abuelas de Plaza de Mayo: en el entramado de su lucha la determinación de la continuidad parental biológica es fundamental, que, sin embargo, no podemos confundir con una defensa de esa variable biológica como constitutiva del vínculo determinante para todo caso. Al contrario, entiendo que “de ordinario” por así decir, debemos defender que los vínculos reales de cuidado y respeto priman sobre la biología y que en este caso es relevante no por razones biológicas sino porque se trata de un robo. Pues bien: a veces no es posible distinguir en medio de las pujas y sus agonías; pero a la filosofía le cabe hacer lugar a esas diferencias (Ripa, 2007). Éste es el caso que planteamos: si nuestra afiliación lo es en términos de lucha, no dejamos de ver que la tesis, en su exclusividad historicista, ofrece algunas dificultades que tenemos que pensar seriamente.

Por otro lado, Guardini (1981) nos ha enseñado a no discutir los hechos ni soñar con su abolición, pretendiendo cambiar la historia, sino a *dialogar* con ella proponiendo éticas. El autor lo desarrolla pensando en torno a la aparición de la masificación que entiende como una novedad antropológica dada y a la que analiza críticamente en su sentido negativo y en sus posibilidades novedosas. En nuestro caso el *hecho* es el del entramado en el que se han dado los discursos de los derechos humanos que es ése y no otro, que suponen

tensiones y particularizaciones especiales, que los define como históricos, frutos de acuerdos particulares, situados... y universales.

Pero entonces: ¿qué podemos decir, qué podemos pensar para “dar razón” de la necesidad de *ampliación* del universo de los derechos humanos, cuál podría ser su argumento, su *fundamentación*, si se me permite la mala palabra? Porque una cosa es el análisis teórico y la defensa política de los sistemas de garantías establecidos. Pero otra cosa es plantear, desde una perspectiva ética si hay razones para exigir el reconocimiento de nuevos derechos o si simplemente se dan cuando se dieran. Entiendo que en los discursos que expresan estas afirmaciones y sus tensiones se apela a dos acepciones a las que se les encomienda esa cualidad de “fundantes” – sin denominarlas de esa manera, por cierto: la dignidad humana, entendible como un verdadero *factum dignitatis* y el *sufrimiento* de hombres y mujeres.

El segundo es más evidente y el primero un poco menos visible. Comenzaremos por el sufrimiento: cuando se plantea la necesidad histórica y de pretensiones teóricas y legales de que nuevos derechos sean reconocidos como tales para todas y todos los humanos, el argumento que impulsa los discursos se apoya en la experiencia del sufrimiento de hombres y mujeres. Es el padecimiento concreto, experimentado en el reclamo o en la falta de tal, pero observable en sus formas dolorosas. Estas formas oscilan entre la vívida experiencia de padecer al adormecimiento que produce la normalización, naturalización de los estados opresivos (Segato, 2003) y que entraña una resignación total e incapaz de esperanza de mejor vida. Pero ciertamente la experiencia personal y social del padecimiento, del padecimiento *injusto*, es decir, extremo y evitable – como nos decía Ricoeur *sufrir demasiado* –, es uno de los motores que impulsan el reconocimiento y la lucha por la aceptación plena de nuevos derechos humanos.

Por otro lado, en los discursos de los derechos humanos se apela a la *dignidad humana* como argumento definitivo que

obliga, tanto respecto de los derechos pactados y reconocidos como respecto de la obligación de ampliar estos pactos y estos reconocimientos.

Pero ¿cómo aparece esta noción, si hemos renunciado a todas formas de anclaje en una *naturaleza humana*? Nos preguntamos sobre el valor de una dignidad que puede ser ignorada y que pasa a ser valor de exigibilidad extrema, al punto que, una vez invocada, vuelve irrelevantes cualesquiera otro de los argumentos disponibles. Entiendo que la mejor forma de ver este recurso discursivo es la que tiene la noción de "razón" en la ética de Kant. Con la fórmula de *factum rationis* expresa un lugar duro en el que se apoya toda su propuesta de ley moral y que no necesita, a su vez, apoyo alguno, toda vez que se reconoce como el origen de toda fundamentación que como hecho debe ser reconocido pero no probado, apelado pero no fundamentado. Entonces podríamos decir que la dignidad de los hombres, de mujeres, de cada uno de ellos y de cada grupo y de la totalidad de los humanos es un *factum dignitatis*: un lugar duro de exigencia y razón que no puede ni necesita ulterior razones de ser y de deber.

Si la dignidad ha sido largamente pensada por Ricoeur, especialmente en sus tesis de que la *estima de sí* es anterior y suelo del *respeto de sí*, es su trabajo sobre el sufrimiento el que plantea una exigencia mayor frente al padecer del otro, de todos. Porque según su hermenéutica de la condición humana – y tal como describe cuidadosamente, hemos visto – el sufrimiento hiere el núcleo mismo donde el humano puede reconocerse – y apreciarse – como capaz y la posibilidad absoluta de establecer vínculos sanos y justos con los demás.

Con todo, nos es preciso hacer dos precisiones y una hermenéutica sobre los derechos humanos antes de avanzar hacia las conclusiones.

Las precisiones se refieren a que el mundo de los derechos humanos – como sistemas jurídicos y como cultura – dista de ser "tranquilo", uniforme y unánime. Al contrario, entiendo que se encuentra atravesado por

tensiones y que enfrenta derechos en pugna, esto es, en algunos espacios, rivales.

Las tensiones que me parece pueden reconocerse son: la tensión universal-particular; la tensión exigibilidad jurídica-cultura de los derechos humanos; la tensión voluntad que decide-irrenunciabilidad de los derechos (Ripa, 2009a). La primera es muy conocida y se refiere a la resistencia de estados y comunidades a reconocer a los derechos humanos en su pretensión de universalidad. La segunda distiende la concepción dura, técnica, de que el Estado es el único capaz de violar derechos humanos y lo que significa la pregnancia de sus contenidos como forma de cultura: como forma – ampliaremos esta noción – de discurso que circula de más en más entre hombres y mujeres muy diversos entre quienes se instala una firme pretensión de vigencia plena de tales derechos observados por todos y todas. La última – si se quiere, una paradoja – sobre la condición de *goce* de tales derechos, toda vez que al ser irrenunciables podrían objetarse como obligaciones más que como derechos.

Los derechos que pueden entrar en pugna (Ripa, 2009b) son muchos y es preciso ser honesto y estar atento a los enfrentamientos porque la resolución de conflictos merece un discernimiento tranquilo y opciones lúcidas. Los ejemplos que en este momento ofrezco son: el derecho a la igualdad y a la diferencia en el caso de la discapacidad; el derecho al acceso a la educación en todas sus formas y la cuestión del mérito para el ingreso, permanencia y promoción en el sistema; el derecho a una vida segura y sana y los derechos de los delincuentes. Finalmente se trata de optar entre una esquizofrenia discursiva que pacta con los opuestos sin vincularlos o apostar al debate que transite las contradicciones.

La hermenéutica que postulo se bifurca en dos notas de lo que me gusta llamar el *discurso de los derechos humanos*. Inspirada en la obra de Rita Segato (2003) que dice que los derechos humanos instalan un nuevo sistema de nombres – nombran, por ejemplo las violencias contra las mujeres que eran silenciadas – creo que podemos decir que el "fenómeno" de los hechos humanos como lo

llamaba el profesor Rabossi además de un impresionante sistema de garantías de más en más presente y recurrible es también un nuevo discurso dicho por hombre y mujeres de todo tipo. Es un discurso de que corre el discurso de la beneficencia porque lo que me corresponde por derecho no es dádiva de ningún poderoso terreno o divino. Corre, también el discurso de la meritocracia, porque lo que me corresponde por derecho no tiene como condición ninguna corrección de conducta. Por fin, el discurso de los derechos humanos proporciona una nueva autoidentificación identitaria, precisamente como "sujeto de derecho". Para evidenciar este escenario ofrezco pensar sobre la diferencia entre el "estado de derecho" y los derechos humanos. Ya la diferencia de número gramatical nos dice algo en el sentido de lo novedoso de lo plural y diversificado. El viejo estado de derecho se experimenta como un sistema normativo, de carácter negativo amenazante que opera como resguardo de conductas y conflictos. Como tal se supone a cargo de especialistas y expertos en el tema: abogados y jueces. Por eso no hacemos un taller sobre derecho penal en un jardín de infantes ni repartimos folletos sobre derecho civil en un barrio carenciado. En cambio multiplicamos los talleres, escritos, formación, información y todas formas de toma de conciencia y de empoderamiento sobre los derechos humanos (Ripa, 2006). Ésta es la razón de que vayan conformando una nueva manera de vernos y de ser frente a nosotros mismos y frente a los demás.

4 - CONCLUSIONES

Gran parte de las conclusiones han sido incluidas en el desarrollo del texto: en este espacio quisiera sintetizar en cinco puntos – abiertos, parciales y provisorios – algo de este vínculo con la ética del reconocimiento, los derechos humanos y el espacio para pensar novedades discursivas. Los aportes pueden ser:

1. El de una ética compleja que muestra el entramado entre la ley y la norma con el deseo

y la libertad y con la necesidad de volver problemáticamente sobre el caso particular. Puede "curar" de las pretensiones de algún principio único suficiente, de un listado saturado de bienes naturales y de una mirada sobre los derechos humanos que muchas veces se vicia de romanticismo y se vehicula en la declamación.

2. Un reconocimiento que se obliga moral y políticamente en un triple sentido: como reconocimiento de una verdad de dolor e injusticia; como un auto reconocerse como capaz y, por eso, responsable de la plena vigencia de los derechos y como un reconocimiento que sin renunciar a la lucha por la memoria, la verdad y la justicia discierna los campos y escenarios posibles de encuentro y construcción del colectivo.

3. Una ubicación del sufrimiento como la negación de la propia capacidad y del vínculo con el otro y, por eso, consigo mismo. Y como exigencia de ampliación de los textos, los sujetos y las peculiaridades de nuevos derechos humanos.

4. La primacía de la *mutualidad* como forma interesante de variación discursiva. En efecto: a la vez que denunciamos la "teoría de las generaciones" de los derechos humanos como un error histórico y como una estrategia para postergar la vigencia de los DESC (derechos económicos, sociales y culturales) proponemos visualizar una progresión histórica en el discurso de los derechos humanos. Tomando como esquema el que Ricoeur usara para hablar del primer momento de la eticidad como "libertad en primera, segunda y tercera persona" (1975-2000) propongo que el discurso de los derechos fue dicho, inicialmente, en tercera persona, como texto institucional. En segundo lugar – si es aceptable mi tesis sobre la novedad identitaria – en primera persona, la del yo que se dice sujeto de derechos. Pero es el tiempo en el que, dada la explosión de la diversidad en la que nos encontramos, comencemos a decir los derechos en segunda persona: pero no en la

Ripa, L. Ética del Reconocimiento y Derechos
Humanos: espacio para pensar novedades discursivas

forma de quien habla a otro, sino en la forma preciosa de la *escucha*.

5. El vehículo de la narratividad, de los relatos y la mediación simbólica (especialmente filmográfica) y discursiva. Como una realidad no exenta de ambigüedad pero seguramente promisoría para derribar barreras y empoderar conciencias, según sea el caso (Ripa, 2010).

REFERENCIAS

- Guardini, R. (1950). Hacia una nueva imagen del mundo. In: *El ocaso de la edad moderna*, Madrid, Cristiandad (75-82 y 84).
- Ricoeur, P. (1992). La souffrance n'est pas la douleur. *Psychiatrie française*, número especial, junio 1992; y *Autrement, Souffrances*, 142, février 1994.
- Ricoeur, P. (1996). *Sí mismo como otro*. Madrid: Siglo XXI. Original francés de 1990. *Soi même comme un autre*. Paris: Du Seuil.
- Ricoeur, P. (2000a). El problema del fundamento de la moral. In: *Amor y Justicia*. Madrid: Caparrós. Originalmente publicado en *Sapienza*, 20(3), 1975, 313-337.
- Ricoeur, P. (2000b, September). L'Universal et l'historique. *Magazine littéraire*, 390, 37-41.
- Ricoeur, P. (2003). La memoria, la historia, el olvido. Madrid: Trotta. Original francés 2000. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Du Seuil
- Ricoeur, P. (2006). *Caminos del reconocimiento. Tres estudios*. México: FCE. Original francés 2004. *Parcours de la reconnaissance. Trois études*. Paris: Stock.
- Ripa, L. (2006). Des droits et des pactes entre le désir et la désillusion. Une lecture de la philosophie kantienne sous la lumière de l'éthique de Paul Ricoeur. *Recht und Frieden in der Philosophie Kants. Akten des X Internationalen Kant-Kongresses Herausgegeben von Valerio Rohden, Ricardo R. Terra und Guido de Almeida*. Berlin-New Cork: Walter de Gruyter
- Ripa, L. (2007). Pensar lo que pasa y lo que nos pasa o el caso de la filosofía allende la filosofía. In: Celina A. Lértora Mendoza (coods.). *Evolución de las ideas filosóficas 1980-2005*. Buenos Aires: Ediciones FEPAL, 141-151.
- Ripa, L. (2009a). Derechos Humanos, espacio de liberación. In: F. Lizcano, L. Ripa y Elena Salum (coordinadores). *Democracia y Derechos Humanos*. México; Buenos Aires: Edición Universidad Autónoma del Estado de México, Colegio Mexiquense, Universidad Nacional de Quilmes, 325-345.
- Ripa, L. (2009b). Derechos en pugna: el caso de la seguridad, de la diferencia y de la excelencia académica. In: C. Lértora (coord.). *Actualidad Filosófica en el Cono Sur*. Buenos Aires: Ediciones FEPAL.
- Ripa, L. (2010). Las plurales narrativas de uno mismo y el lugar del *a mí me pasa lo mismo que a usted*. In: C. A. Hernández (comp). *Pluralismo*. Bogotá: Ediciones Universidad Libre, 85-97.
- Segato, R. (2003). *La estructura fundamental de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo.
- Segato, R. (2007). La Nación y sus Otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de política de la identidad. Buenos Aires: Prometeo.

Recebido: 31/05/2012

Revisado: 02/06/2013

Aprovado: 12/06/2013

O que oculta o silêncio epistemológico da Psicologia?

What the psychology's epistemological silence hides?

Fernando Luis González Rey¹

Resumo

No artigo, discute-se a relação entre teoria, epistemologia e método em Psicologia. Revê-se brevemente a história da Psicologia, considerando-se essa relação, e são apresentadas e discutidas três formas de distorção no uso da teoria por psicólogos – a que resulta de tendências ateóricas que privilegiam a empiria, a que transforma as teorias em dogmas e a da hegemonia do instrumentalismo. Argumenta-se que, dessas distorções, resulta tanto um mau uso da teoria, quanto um mau uso da empiria. Finalmente, faz-se a proposta de uma pesquisa qualitativa em que o tema da subjetividade é desenvolvido numa perspectiva cultural-histórica.

Palavras-Chave: Teoria, epistemologia, método, subjetividade, perspectiva cultural-histórica.

Abstract

This paper discusses the relationship between theory, epistemology, and method in Psychology. The history of Psychology is briefly revisited, taking into consideration this relationship, and three forms of distortion in the use of theory by psychologists are introduced and discussed – the one which results from atheoretical trends which privilege empiricism, the one which turns the theories into dogmas, and the one of the hegemony of instrumentalism. It is argued that these distortions result in a bad use of the theory and in a bad use of the empiricism. Finally, a qualitative research is proposed in which the issue of subjectivity is developed from a cultural-historical perspective.

Key words: Theory, epistemology, method, subjectivity, cultural-historical approach.

¹ Centro Universitário de Brasília - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

INTRODUÇÃO

A Psicologia, logo após seu reconhecimento oficial como ciência particular, momento associado historicamente à fundação do laboratório de W. Wundt em Leipzig, em 1875, se dedicou à pesquisa experimental das funções psíquicas, ainda que, na Europa, nunca tenha abandonado suas preocupações com os processos não suscetíveis de estudo experimental, como o próprio Wundt expressou em relação à *Volkerpsychologie*. Porém, o núcleo mais forte da Psicologia norte-americana, no princípio do século XX, se organiza ao redor dos discípulos de Wundt – J. Cattell, Stanley Hall e Titchener –, o último, um inglês radicado nos Estados Unidos. Esses autores, longe de preservarem as preocupações teóricas e filosóficas do seu mestre Wundt, se orientaram para uma Psicologia mais empírica e instrumental, em que a experimentação foi tomando um caráter cada vez mais ascético. Isso valeu críticas a Titchener que, no início de sua carreira nos Estados Unidos, mantinha um tipo de experimentação mais participativa, semelhante à realizada por Wundt (Danziger, 1990). Nessa situação, muito teve a ver o desenvolvimento acelerado do capitalismo norte-americano e suas demandas de pessoal idôneo para garantir a eficiência da indústria e dos diferentes campos de capacitação de pessoas, o que também influenciara o desenvolvimento da educação.

A separação das ciências particulares da Filosofia, ocorrida na segunda parte do século XVIII, tornou-se um princípio reitor da ciência na segunda metade do século XIX e princípios do XX, quando o sucesso da ciência nas transformações tecnológicas gerou uma visão tecnocrática e aplicada de sua legitimidade e sucesso. Na Psicologia, essa visão de ciência se expressou numa orientação instrumentalista utilitária no desenvolvimento das pesquisas e dos recursos de sua prática profissional, processos que se alimentaram muito rapidamente do uso dos testes psicológicos, que tiveram em Francis Galton sua figura pioneira nos começos do século XX. Os testes, no imaginário da Psicologia, criaram a ilusão de

um saber válido, preciso, preditivo e de amplas possibilidades de generalização. O giro da ciência à tecnologia se apoiou na proliferação crescente dos testes psicológicos em diferentes esferas da atividade humana, o que se legitimou na concepção de ciência hegemônica nas ciências naturais.

Como sempre aconteceu na história da Psicologia, os autores se preocuparam mais com a importação acrítica de modelos e instrumentos hegemônicos das outras ciências do que com a especificidade das questões que a Psicologia deveria desenvolver. A Psicologia, sem uma representação teórica clara sobre o seu campo, se converteu numa ciência empírica que se assumiu como positivista, ainda que tenha ignorado, de forma geral, as interessantes questões teóricas e filosóficas desenvolvidas por Comte e Durkheim.

O positivismo partia de uma representação ordenada e regular do mundo, passível de ser conhecido mediante leis que permitiam definir relações regulares entre diferentes processos e fenômenos que aconteciam nele. Nesse sentido, o positivismo partia da ideia de uma ciência precisa e preditiva, atributos que, no positivismo lógico (Círculo de Viena, Carnap e outros), evoluíram para o rigor da análise lógico-linguística, apoiada também por Popper, que tomou distância crítica do positivismo ao se centrar na refutação em lugar da demonstração (o que limitava a universalidade do saber pretendida pelos autores positivistas). Popper sinalizou o caráter histórico do saber humano.

A Psicologia ignorou os aspectos filosóficos que fundamentaram os métodos da ciência e, por anos, funcionou como se só existisse um modelo de ciência, no caso, o instrumentalista-empírico, pois realmente nem positivista foi. Essa característica do saber psicológico tem sido sinalizada como “fetichismo metodológico” (Koch, 1992) e como “metodolatria” (Danzinger, 1990). Essa Psicologia empírica funcionou durante décadas por meio de um paradigma de ciência em que a estatística ocupou o centro sobre o qual se legitimavam as afirmações do saber.

Porém, a Psicologia também tem tido como característica uma pluralidade de fontes que

têm estimulado a emergência das diferentes teorias que convergem em seu desenvolvimento. Assim, a psicanálise, também no século XIX, emerge do corpo de uma psiquiatria que se deparou com uma “doença” que afetava o funcionamento somático de diversas formas, mas que não se apoiava em causas orgânicas: a histeria. Com Charcot, no século XIX, a histeria se convertia em objeto do saber positivo, ao ser considerada doença, o que ajudou a superação dos preconceitos e do estigma social dominante em relação ao transtorno. Mas, ao se incluir a histeria na representação de doença, novos processos de institucionalização e rituais afetaram a condição das pessoas que padeciam dela.

Frente a esse desafio e partindo de importantes antecedentes, tanto na Filosofia (Nietzsche), como na própria Psiquiatria (Herbart, Janet e Breuer), Freud levantou hipóteses sobre a natureza psicogênica dos sintomas histéricos, com uma consistência que superou os seus antecessores. Foi assim que uma representação teórica em desenvolvimento, que se alimentava dos processos terapêuticos, inaugurou uma nova epistemologia na Psicologia e, por sua vez, aparecia como uma nova forma no uso da teoria. Porém, o sentido clínico do trabalho de Freud e seu próprio positivismo médico não lhe permitiram avançar na dimensão epistemológica e metodológica nesse novo caminho, o que explica o fato de que, por muito tempo, a psicanálise fica confinada essencialmente ao campo da clínica. Sobre essa diferença entre clínica e ciência, a Psicologia perpetuou, durante anos, a dicotomia entre o método clínico e o experimental. Confinada às técnicas, a Psicologia como ciência ficou órfã de um modelo teórico. Isso acarretou, por algumas décadas, que só fosse considerada ciência a Psicologia que apoiava a sua pesquisa em métodos experimentais ou em instrumentos adequadamente validados para medir variáveis susceptíveis de correlações estatísticas, o que, de fato, implicou que ambas as formas se apoiaram no comportamento, única alternativa

possível para o emprego com sucesso desses métodos.

Esses dois caminhos paralelos, a clínica e pesquisa, longe de interagirem entre si, se fecharam um em relação ao outro, o que deu início a outra das fortes tendências do desenvolvimento da Psicologia: a fragmentação por temas e escolas que se legitimaram por vias diferentes e que coexistiram se identificando como saberes que, incluídos numa mesma disciplina, nada tinham que ver uns com os outros. Foi precisamente esse estado de coisas da Psicologia no início do século XX que inspirou a aguda crítica de Vygotsky plasmada em sua obra *O sentido histórico da crise da Psicologia* (1982), onde fazia um chamado ao desenvolvimento de uma Psicologia Geral.

Esse quadro da Psicologia e os seus desdobramentos não é o objetivo do presente trabalho. Porém, é muito importante para compreender a debilidade da teoria e as distorções em seu uso que têm dominado nossa ciência, assim como a ausência de trabalhos orientados para a relação entre o teórico, o epistemológico e o metodológico em nossa disciplina, temas que são o foco do presente trabalho.

AS DISTORÇÕES NO USO DA TEORIA EM PSICOLOGIA: AVANÇANDO NUMA REPRESENTAÇÃO DIFERENTE DO TEÓRICO

A distorção no uso e a compreensão da teoria se expressam, na Psicologia, de três formas principais. A primeira é a das tendências ateóricas que consideraram a empiria como princípio e fim de todo saber e usam conceitos apenas para rotular os eventos e comportamentos concretos operacionalizáveis, sobre os quais definem as variáveis a estudar, as que irão nortear tanto as pesquisas experimentais, como aquelas centradas na correlação estatística entre variáveis. Esse tipo de pesquisas se apoia na neutralidade do pesquisador e, delas, as ideias resultaram totalmente excluídas, o que levou a uma representação do teórico como processo

de rotulação dos dados obtidos, sendo esses rótulos apenas descrições que sinalizam evidências empíricas. Essa tendência caracterizou o tipo de pesquisa reconhecida como científica em Psicologia até a década dos anos setenta do século passado, quando outras alternativas metodológicas ganharam força na investigação psicológica e a discussão epistemológica ganhou espaço na Psicologia.

A segunda forma das distorções no uso das teorias é a sua transformação em dogma, em saber “verdadeiro e universal” que, *a priori*, orienta as significações sobre o material empírico. Um exemplo desse tipo de uso da teoria na Psicologia tem sido a forma em que certa psicanálise tem orientado a pesquisa e a prática profissional. Nesse uso da teoria pela psicanálise institucionalizada como dogma, o teórico se impõe como ato imediato de significação frente a uma expressão empírica concreta da pessoa ou pessoas estudadas, com o que se viola o princípio básico da interpretação como recurso de construção teórica; uma interpretação sempre é um processo que avança entre uma diversidade de opções, assumindo aquela em que elementos empíricos diferentes convergem no fortalecimento de uma das hipóteses que acompanham o processo da pesquisa. Nunca a interpretação é um ato direto de significado sobre uma expressão isolada da pessoa. Usada dessa forma, a teoria se separa do momento empírico e se impõe a ele, de fora. A relação teoria/momento empírico é sempre fonte de conjectura e construção de alternativas diversas.

O próprio Freud (2011), em um dos seus últimos trabalhos, o que, no meu juízo, foi aquele em que mais aprofundou o caráter epistemológico da interpretação, intitulado *Construções em Análise*, nos diz:

[...] mas essas relações em parte dos pacientes [ele se refere aqui às reações dos pacientes às construções do analista] raramente se apresentam sem ambiguidade, dando-nos a oportunidade de um julgamento final. Só o curso completo da análise nos capacita a decidir se nossas construções são corretas ou inservíveis. Nós

não pretendemos que uma construção individual seja algo mais do que uma conjectura que aguarda exame, confirmação ou rejeição (p. 265).

Freud defende, nesse momento de sua vida, que nunca uma construção individual pode ser interpretada de forma direta, fora do processo integral de análise, o que, na realidade, é uma construção do analista que se inspira e se alimenta na representação teórica mais geral que a psicanálise lhe deu. Toda interpretação é um ato de autoria e, como tal, precisa de novos conceitos e ideias que só de forma mediata encontraram o seu significado em termos da teoria mais abrangente que a apoiou, o que, também, pode implicar novos caminhos no desenvolvimento dessa teoria ou sua rejeição por parte do pesquisador. É essa uma das razões dos múltiplos desdobramentos da psicanálise no curso de sua história.

O eminente psicanalista C. Bollas (2007) nos diz a respeito do uso da teoria na prática psicanalítica: “todos os psicanalistas têm deixado de conceituar as teorias implicadas na forma como realizam sua prática. [...] os clínicos têm formas individuais de ordenar o que eles veem e ouvem” (p. 77). Deixando de lado a generalização absoluta que o autor nos traz em relação aos psicanalistas, é importante destacar sua ideia de que psicanalistas (e eu acrescentaria, assim como a maioria dos psicólogos) não constroem conceitualmente essas formas individuais de ouvir e ver em suas práticas, não avançam em suas próprias construções teóricas, limitando-se a informar a “trama viva” desenvolvida no seu atendimento, nos termos mais gerais da teoria que adotam com a qual a prática clínica se desenvolve de forma intuitiva e atórica, perdendo-se a riqueza infinita dos caminhos e processos da singularidade trabalhados nessa prática. Esse é um excelente exemplo do uso dogmático da teoria.

A última das formas de distorções no uso das teorias em Psicologia se define pelo uso dos instrumentos de diagnóstico e pesquisa como técnicas, ao serem associados a um sistema *a priori* e universal de categorias pelas quais são significadas as expressões mais

diversas das pessoas nesses instrumentos. Esse uso dos instrumentos de diagnóstico ou pesquisa converte, de fato, os instrumentos em microteorias. Essa forma de uso transforma as técnicas em recursos isolados para se chegar a conclusões universais sobre as pessoas estudadas, precisamente o que o próprio Freud questionava na citação anterior. Nesse uso, as técnicas chamadas projetivas, cuja epistemologia subjacente pouco tem a ver com a psicanálise, ainda que elas usem e tomem emprestado o termo “projetivo” desse arcabouço teórico, se convertem em “tecnologias conclusivas” em si mesmas, o que expressa um posicionamento totalmente diferente do caráter singular atribuído à interpretação por Freud. As chamadas técnicas, sejam elas testes psicométricos ou projetivos, são uma expressão do instrumentalismo hegemônico na Psicologia.

A forma como as técnicas têm sido usadas no paradigma empírico tradicional da Psicologia é a maior evidência da epistemologia positivista instrumental subjacente ao uso delas; o instrumento aparece como um recurso garantido pelos procedimentos de validação, padronização e confiabilidade implicados na sua construção. Esses procedimentos legitimam as conclusões do instrumento, omitindo as ideias do pesquisador nesse processo. A participação do pesquisador se reduz a aplicar e relacionar o sistema de categorias universal que norteia a produção dos significados sobre a informação brindada no instrumento. Esse processo separa o instrumento do curso contraditório e vivo da expressão da pessoa, impondo um rótulo compartilhando formas complexas e singulares de expressão. O uso dos instrumentos em Psicologia se apoia na epistemologia da resposta que tem caracterizado a metodologia indutivo-descritiva dominante na Psicologia (González Rey, 1997).

As distorções enumeradas acima são responsáveis não só pelo mau uso da teoria, mas também pelo mau uso do empírico, cuja complexidade é substituída pela imposição de categorias *a priori* que impedem o exercício intelectual e criativo do pesquisador para

construir hipóteses sobre as informações obtidas, que resultam inacessíveis nas expressões verbais diretas das pessoas estudadas. A hegemonia da epistemologia da resposta converte as expressões das pessoas estudadas em epifenômenos do instrumento, pois elas sempre vão encontrar uma significação nas categorias universais que orientam a produção de significados da informação fornecida pelo instrumento. Dessa forma, se excluem da pesquisa as construções mais abrangentes, complexas e espontâneas das pessoas que são, precisamente, aquelas por meio das quais as complexas configurações subjetivas dos processos humanos podem ser estudadas.

Como escreve Bourdieu (2003):

Todo o meu empreendimento científico se inspira, em efeito, na convicção de que não se pode acompanhar a lógica mais profunda do mundo social senão com a condição de submergirmos na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e fechada, mas para construí-la como ‘caso particular do possível’, segundo as palavras de Bachelard, isto é, como uma figura no universo finito das configurações possíveis (p. 24).

O expressado por Bourdieu tem valor não apenas para o conhecimento social, mas para todas as áreas das ciências humanas cujos fenômenos não se reduzem à objetividade como um sinônimo de concreto, definição que tem dominado a representação do objetivo; pelo contrário, os processos humanos definem sua objetividade através da inclusão de sua dimensão subjetiva, que não aparece como efeito de uma influência externa, alheia ao sistema estudado, mas como uma produção simbólico-emocional do próprio sistema em questão, a qual não pode ser deduzida de influências externas concretas que afetam o sistema. A esse conhecimento só pode-se chegar pela compreensão da configuração subjetiva da experiência vivida. Esse conhecimento é de natureza construtivo-interpretativa, não vem definido de forma direta nos dados, razão pela qual é de natureza

teórica e nunca representa um reflexo direto do estudado, o que, como coloca Bourdieu, define que sempre represente uma alternativa entre outras possíveis.

As teorias são sistemas de significação geradores de inteligibilidade sobre representações em processo, cujo significado se organiza no curso do momento empírico da produção do conhecimento. Isso significa que, nos sistemas teóricos de natureza construtivo-interpretativa, o empírico nunca representa uma dimensão externa ao processo teórico; pelo contrário, é um momento essencial do próprio processo teórico. As teorias são sistemas vivos que têm no empírico uma fonte constante de confrontação, a que obriga o pesquisador a gerar novos conceitos e a dar significados singulares a categorias já existentes na teoria, o que representa um processo intrínseco de desenvolvimento das teorias. Quando uma teoria perde a capacidade de significar situações novas, ela vai perdendo seu valor heurístico e se transformando em dogma.

Toda teoria existe em dois momentos inter-relacionados: como macroteoria, nível em que o trabalho intelectual gera novas relações e novas categorias, estabelecendo novas “zonas de sentido”² da teoria, que devem ganhar vida no momento empírico, num processo em que novas dimensões empíricas que não eram enxergadas antes ganham visibilidade e, num segundo momento, as teorias se expressam no curso do trabalho de campo como processo, em cujo curso se organiza a produção de significados sobre o estudado, de forma semelhante à forma como Bollas (2007) descreve a necessidade de construção

individual do analista na situação terapêutica. Esse é um processo vivo no qual se geram múltiplas construções que podem ou não, num primeiro momento, se associar de forma clara à teoria que inspirou a pesquisa.

A relevância da teoria está em seu movimento, em sua capacidade geradora frente aos desafios a que o momento empírico a as novas ideias do pesquisador, constantemente, as expõem. O momento empírico é aquela parcela da realidade que ganha vida nos marcos de uma teoria; por isso o momento empírico é parte orgânica de uma teoria. Isso representa uma inversão em relação à compreensão do empírico na ciência positivista, na qual o momento empírico se distanciava do teórico como cenário concreto em que a teoria devia se validar objetivamente.

Esse distanciamento entre o empírico e o teórico foi pedra angular da representação mais tradicional de ciência que sobreviveu na Psicologia até os dias de hoje. Sobre a estagnação do teórico e sua naturalização na ciência newtoniana, Wallerstein (2004) escreve:

A ciência newtoniana tem percorrido uma trajetória constante, pelo menos desde o século XVII, em termos de constructo intelectual e de ideologia para a organização da atividade científica. No começo do século XIX, essa ciência adquiriu status de verdade devido a Laplace. Muitos cientistas acreditaram que a teorização na ciência tinha chegado a seu fim e que tudo o que lhes restava a fazer era esclarecer alguns detalhes menores e continuar usando o saber teórico com objetivos práticos (p. 70).

A ideia do fim da teoria levou a pensar num modelo de ciência universalmente legítimo e que devia subordinar qualquer fantasia teórica às evidências empíricas, as que eram consideradas como sinônimo de “realidade”. Essa representação se impôs nas ciências no século XIX e foi o “berço” no qual nasceu a Psicologia como ciência. A noção de ciência empírica se estendeu com tal força que foi considerada como sinônimo de ciência, o que

² Defini o conceito de zona de sentido como aquele espaço de significação que uma teoria abre em relação ao problema e que está além das próprias categorias usadas por ela para explicá-lo. Por exemplo, Freud estabeleceu uma “nova zona de sentido” sobre a motivação humana como processo inconsciente; porém, o significado dessa construção teórica não se esgota nos conceitos e explicações dadas por ele ao problema no contexto da psicanálise. A ideia de “zona de sentido” destaca precisamente o caráter histórico e relativo das categorias científicas.

definiu que por um longo tempo a produção de teoria ficasse relegada a um segundo plano e, muitas vezes, considerada de forma pejorativa como Filosofia. Essa omissão do pensamento na construção científica separou a Psicologia da Filosofia e do resto das ciências sociais. Como resultado dessa situação, a pesquisa qualitativa só entrou com força em Psicologia no começo dos anos oitenta do século XX, ainda que uma colaboradora de K Lewin, Tamara Dembo, tenha publicado o primeiro artigo sobre pesquisa qualitativa em Psicologia já nos anos trinta do século XX (Dembo, 1993).

A emergência tardia da pesquisa qualitativa em Psicologia não significou a ausência de importantes críticas ao modelo empírico e instrumentalista dominante nela (Allport (1978); Maslow (1979); Vygotsky (1965); Rubinstein (1967)). Porém foi apenas no fim da década dos anos oitenta que apareceu com força o referente da pesquisa qualitativa na Psicologia, o qual esteve muito influenciado pelas novas tendências da Filosofia e de outras ciências sociais. Os trabalhos críticos de Foucault e as publicações sobre pesquisa qualitativa em Sociologia, Antropologia e Educação tiveram forte impacto na Psicologia, unidos aos movimentos críticos que começaram a aparecer nos anos setenta na própria Psicologia

Porém a emergência da pesquisa qualitativa em Psicologia não tinha, naqueles anos, raízes próprias e, devido ao forte instrumentalismo que dominava essa área na época, ela terminou reproduzindo a orientação instrumentalista que caracterizava a pesquisa positivista. Os psicólogos procuravam legitimidade em guarda-chuvas filosóficos sobre os quais entendiam pouco e, assim, generalizaram procedimentos filosóficos no campo empírico sem uma adequada teorização sobre seu uso nesse nível. Por exemplo, conceitos complexos da fenomenologia, como *epoche*, foram operacionalizados na pesquisa empírica de forma superficial, o que contribuiu para banalizar a fenomenologia no campo da pesquisa psicológica. Como diz A. Giorgi (2008): “Quando se pretende medir a influência da fenomenologia nas ciências

humanas, a prudência se impõe uma vez mais; o termo foi empregado de muitas maneiras na ciência, e nem sempre a propósito” (p. 386). A Psicologia pretendeu avançar na pesquisa qualitativa sem avançar numa discussão teórica e epistemológica mais profunda sobre os referentes sobre os que se apoiava para realizar esse tipo de pesquisa.

A proposta que temos desenvolvido em relação à pesquisa qualitativa é o resultado de um esforço para desenvolver o tema da subjetividade como definição ontológica dos processos mais complexos da psique humana nas condições da cultura numa perspectiva cultural-histórica.

NECESSIDADES ONTOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS NECESSÁRIAS PARA UM GIRO METODOLÓGICO NA PSICOLOGIA

Como foi dito antes, a separação da Psicologia da Filosofia e das Ciências Sociais foi um dos elementos que favoreceu o seu instrumentalismo (Rose, 2011; Danzinger, 1990), assim como a separação entre a ciência e outras formas de produção de saber que, de fato, estavam associadas a diferentes práticas da Psicologia, como a psicoterapia, e que não eram consideradas vias legítimas de fazer ciência. O fato da Psicologia não acompanhar o seu desenvolvimento com a construção de alternativas epistemológicas frente a suas novas construções teóricas, foi um dos elementos que mais influenciou a ausência de debate metodológico na Psicologia, impedindo o desenvolvimento de modelos alternativos ao positivismo.

Particularmente cientes dessa contradição, várias décadas depois de Freud, nos anos sessenta do século passado, os autores humanistas organizaram um simpósio com a presença de M. Polanyi (1973), físico e importante filósofo da ciência, o que lhes permitiu avançar a relação entre o que eles faziam na clínica e uma nova forma de compreender a ciência na Psicologia. Esse encontro teve particular importância no desenvolvimento de um conjunto de trabalhos

críticos à metodologia dominante (Allport, 1978; Maslow, 1979). Porém, esses autores não conseguiram o desenvolvimento de uma alternativa epistemológica fundamentando a produção científica a partir do cenário clínico, em parte por não terem avançado numa opção ontológica na compreensão da psique.

Uma questão central para orientar o debate sobre as exigências epistemológicas que poderiam orientar uma nova metodologia científica, capaz de integrar a clínica e outros campos de ação da Psicologia na produção de conhecimento científico, dependeria muito da representação teórica sobre a psique humana que orientaria essa pesquisa. Mais do que uma discussão entre as áreas da Psicologia, se impunha um debate teórico sobre a natureza da psique humana que, de uma forma ou outra, deveria estar presente nas diferentes áreas da prática e da produção do saber em Psicologia. Era precisamente a essa teoria mais geral e abrangente sobre o psiquismo humano que Vygotsky se referia em seu chamado para o desenvolvimento de uma Psicologia Geral.

A Psicologia se desenvolveu em grande parte mediante ontologias importadas de outras ciências que levaram a entender o fenômeno psíquico como energia, reflexo, linguagem, comportamento ou sistema cibernético. Mas, nesses intentos, não se definia a especificidade ontológica³ da psique; a psique era sempre apresentada por atributos já desenvolvidos em outras áreas do saber. A psique humana nas condições da cultura perde o seu caráter apenas natural e torna-se também em tema central das ciências antropológicas. Porém, a discussão da

ontologia da psique viu-se muito afetada pela força que os temas linguagem e práticas simbólicas ganharam logo após o grande impacto do pós-estruturalismo sobre a Psicologia. Na Psicologia, a influência do pós-estruturalismo foi forte e tem levado, sobretudo alguns autores do construcionismo social (Gergen & Gergen, 2011; Anderson, 1999), a substituir a psique pelas práticas discursivas e as conversações.

São importantes as consequências dos imaginários ontológicos anteriores nos desenvolvimentos alternativos da Psicologia. A Psicologia mais tradicional ontológica, apoiada no seu fetichismo metodológico (Koch, 1995), se apoiou numa representação estática e individual da psique como algo que existe *a priori* à ação e que a define. Essa representação ontológica esteve na base da epistemologia dos testes psicológicos. Mediante a inteligência como estrutura dada *a priori* e essa medição era usada como critério preditivo da aprendizagem de criança. A inteligência era algo dado, uma capacidade feita que, segundo essa compreensão, determinava o comportamento inteligente como resultado. A representação da psique como formações psíquicas em processo, em movimento, foi totalmente omitida nessa representação.

Posteriormente, o impacto do conceito de práticas discursivas na compreensão dos diferentes tipos de práticas sociais levou a outro extremo: a processualidade das práticas humanas aboliu qualquer representação sobre algum tipo de organização ou processo psicológico. O fato de romper com uma visão determinista e mecanicista de estrutura não significa negar tipos de organização que emergem no curso da ação humana e se desenvolvem no próprio processo de sua existência. É necessário o desenvolvimento de conceitos capazes de gerar inteligibilidade a respeito de sistemas que, em suas diferentes formas de ação, expressam formas diferentes de sua própria configuração, superando a dicotomia estrutura-comportamento, ou externo-interno, tão distendida na Psicologia. Apesar do caráter polissêmico e polêmico do conceito de sistema, parece-nos muito

³ Tenho usado a palavra ontologia para especificar a qualidade do tipo de fenômeno cuja representação orienta os diferentes campos do trabalho científico. Ao se evitar o termo, devido ao seu emprego pela metafísica, abriu-se um vazio na discussão do tipo de representação teórica que fundamenta e organiza a produção do saber. Ao falar da qualidade do fenômeno estudado por uma ciência, não identifico essa qualidade com a natureza universal desse fenômeno e sim com a representação teórica que permite sua inteligibilidade, a partir da qual o fenômeno entra no sistema do saber e das práticas humanas.

interessante a acepção que H. Jonas (2004) defende sobre o termo. Ele escreveu: “Sistema, portanto, é necessariamente algo múltiplo, mas, além disso, o sentido de conjunto está em que o múltiplo possui um princípio eficaz de sua unidade” (p. 76).

Em nossos trabalhos, partimos de uma definição ontológica que define o caráter histórico, social e cultural da psique humana na produção simbólico-emocional que caracteriza toda experiência humana. O ser humano não recebe o social como algo externo, ele vive o social e vive no social. O social humano é histórico porque é cultural, porque se perpetua em símbolos e práticas que se fazem presentes de múltiplas formas em temporalidades distantes de sua produção original. O caráter simbólico das diferentes práticas sociais está presente nas diversas formas de configuração subjetiva das práticas e nos processos humanos em geral. Escolhi o termo subjetividade para designar os processos e formações simbólico-emocionais específicos da psique humana, que se organizam e desenvolvem de forma constante no curso da experiência em condições de cultura. Esses processos não são um reflexo do que acontece ao redor da pessoa; é uma produção que se define nas ações e relações da pessoa com o que a rodeia; configuram-se subjetivamente nas configurações subjetivas da personalidade e integram sentidos subjetivos múltiplos que marcam a identidade subjetiva da pessoa. Por sua vez, as configurações subjetivas da personalidade não existem num plano intrapsíquico fechado que atua como determinante da ação; elas aparecem na própria produção subjetiva que se organiza nas configurações subjetivas da ação; a personalidade tem uma presença na ação não porque a determine, mas porque é inseparável dos sentidos subjetivos que se geram em toda ação.

Para explicar esses processos complexos, são necessárias novas categorias que, na minha proposta, se inspiraram em conceitos especialmente importantes desenvolvidos pela Psicologia soviética, entre os quais o conceito de sentido, na forma como foi tratado por

Vygotsky, e o de formação psicológica, desenvolvido mais tarde por sua discípula Bozhovich. Os conceitos que sustentam a minha proposta de subjetividade numa perspectiva cultural-histórica são: sentido subjetivo, configuração subjetiva, subjetividade individual, subjetividade social e sujeito. A partir desse marco teórico tenho desenvolvido uma modificação de temas tradicionalmente tratados pela Psicologia como motivação, identidade e personalidade, entre outros.

O desenvolvimento teórico das categorias em que apoio o desenvolvimento de minha definição de subjetividade aparece em publicações anteriores (González Rey, 1997, 2002, 2004, 2005, 2011a, 2011b), motivo pelo qual não entrarei nos detalhes dessas definições, nem nas diferenças dos conceitos que apoiaram minha inspiração para avançar por essa via. Vou me centrar nas consequências epistemológicas e nos desdobramentos metodológicos que, no curso das pesquisas com esse marco teórico, precisei desenvolver.

A EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA: ABRINDO UMA OPÇÃO PARA O CONHECIMENTO DA SUBJETIVIDADE

P. Ricoeur (2009) fez o resgate do esforço de Husserl para instituir a experiência total da subjetividade, o qual traz profundas implicações epistemológicas e metodológicas. Ricoeur (2009) escreve sintetizando as ideias originais de Husserl:

E nenhum progresso no conhecimento das causalidades postas em jogo nos faz avançar na compreensão dos motivos de um comportamento. Não que a causalidade fique suspensa ou rompida pela irrupção da subjetividade, mas a compreensão do curso de uma motivação não se faz na atitude em que se apreende uma série causal da natureza. [...] Compreender [...] aplica-se muito precisamente à apreensão de uma unidade de sentido espiritual numa diversidade natural (p. 138-139).

Husserl criticava a explicação causal própria dos modelos deterministas, o que abriu a possibilidade de produzir um tipo de conhecimento diferente daquele desenvolvido pela ciência mecanicista: não se trata de compreender causas, como o tema da motivação sempre foi tratado pela Psicologia; trata-se de compreender sentidos que não aparecem na condição objetiva frente a qual o comportamento se faz explícito. Seguindo esse raciocínio Ricoeur (2009) continua: “A compreensão vai para a unidade de um objeto cultural; ela significa que não sou dirigido pelas linhas que vejo ao ler: “vivo, por compreensão, no sentido” (p. 132).

É precisamente esse viver no sentido o processo distintivo, a pedra angular da compreensão da subjetividade. O sentido, termo extremamente polissêmico, aparece no Husserl da fenomenologia da cultura e da vontade como conceito importante para compreender a dimensão do vivido, não como expressão da ação com o objeto concreto, exemplificado na citação anterior de Ricoeur, mas pelo que sou capaz de sentir, de imaginar, de recriar na minha própria relação com o objeto cultural ou com o outro. Esse momento da obra de Husserl é um antecedente importante a ser resgatado para o desenvolvimento do tema da subjetividade numa perspectiva cultural-histórica. De fato, essa forma de expressar teoricamente o sentido não está longe da forma em que Vygotsky o entendeu, destacando como o sentido se define pelo conjunto de elementos psíquicos que emergem na consciência ante a emergência da palavra.

Esse elo possível entre o pensamento de Vygotsky e de Husserl, a sensibilidade de ambos para o desenvolvimento de uma dimensão subjetiva integradora do psiquismo humano, teve como antecedente importante a influência de Schpet, mestre de Vygotsky fortemente orientado pela fenomenologia. Sobre essa posição de Schpet, Zinchenko (2007) escreveu: “Schpet glorificou a palavra na medida em que lhe permitisse estar preparado para refazer o princípio de ouro da cognição: o nosso conhecimento vem de nossa

experiência, no amplo sentido da palavra, de um sentimento” (p. 219).

As filosofias são sistemas teóricos com múltiplos desdobramentos possíveis, muitos dos quais passam despercebidos pelo próprio *mainstream* que orienta as interpretações de uma filosofia após a morte dos seus fundadores. As filosofias não devem ser vistas como sistemas irreconciliáveis, como frequentemente elas nos são apresentadas pelo dogmatismo. Vygotsky expressa contatos com o pensamento de Husserl através de Schpet, que gerou em Vygotsky inquietações por temas que outros autores soviéticos não enxergaram como foram o sentido e a vivência.

As minhas definições de sentido subjetivo e configurações subjetivas, estas últimas compreendidas como momentos de integração de sentidos subjetivos diversos que convergem num núcleo simbólico-emocional que vira hegemônico ao “viver” uma experiência concreta e que pode transcender essa experiência configurando-se na própria organização subjetiva mais geral da pessoa, perdem sua relação preferencial com a palavra e ganham abrangência ao se definirem pela integração inseparável das emoções com os processos simbólicos em geral (González Rey, 2002).

Os sentidos subjetivos não são unidades fixas que caracterizam a pessoa; eles são uma expressão das configurações subjetivas que se organizam no percurso das atividades e relações humanas. Essas configurações devem ser compreendidas pela interpretação das formas diversas de expressão da pessoa que configuram o tecido subjetivo das experiências vividas.

A minha definição da Epistemologia Qualitativa aparece como resultado das demandas que as pesquisas com o foco na subjetividade me impõem. A Epistemologia Qualitativa destaca três atributos centrais do saber que abrem passo a uma metodologia construtivo-interpretativa que transforma a visão do saber centrada na indução, na descrição e na coleta de fatos. O desenvolvimento da Epistemologia Qualitativa foi o resultado de minha incapacidade de

resolver os problemas que apareciam nas minhas pesquisas, na medida em que me aprofundava em categorias teóricas que representavam construções teóricas geradoras de uma opção possível de inteligibilidade, mas que não garantiam *a priori* essa inteligibilidade, senão que a facilitavam no curso da pesquisa. Essas categorias sobre as que se apoiam minhas pesquisas atuais sobre a subjetividade não são passíveis de serem construídas de forma direta pelos significados e representações da fala intencional dos participantes da pesquisa.

Os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas não se apoiam numa epistemologia representacional relativa a questões que ganham inteligibilidade com esses conceitos. Como toda categoria, elas são ferramentas para gerar inteligibilidade sobre questões que outros referentes teóricos não permitem significar, o que não quer dizer que o processo estudado seja idêntico à categoria que o representa. Todas as questões significadas pela ciência estão além da sua organização e dos desdobramentos da representação teórica modelada sobre elas. Os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas têm valor heurístico porque permitem compreender e explicar processos presentes nas diferentes expressões e ações humanas que integram, em termos subjetivos, aspectos muito diversos da experiência da pessoa presentes na configuração subjetiva de suas expressões atuais. Isso, nos termos concretos da pesquisa empírica, se traduz, por exemplo, na possibilidade de identificar sentidos subjetivos da pessoa que aprende que se objetivam em reações dessa pessoa no processo de aprender e que não estão definidas por nenhum dos acontecimentos identificáveis pelos participantes dessa experiência. As configurações subjetivas não respondem à razão, motivo pelo qual estão além das representações sobre as evidências objetivas do contexto em que uma experiência acontece.

Quando um jovem responde mal a um apelo do professor feito em público, isso não significa que ele esteja agredindo seu

professor. Ele pode se sentir vítima das figuras de autoridade e injustiçado pela opinião dos outros, como expressão de uma complexa configuração subjetiva em que podem entrar infinitas experiências vividas que, transformadas em sentidos subjetivos, são capazes de gerar uma configuração subjetiva desse momento de relação com o professor que pouco tem a ver com os aspectos observáveis do que aconteceu no episódio dessa relação professor-aluno. A configuração desses sentidos produzidos pelo aluno em sala de aula pode ter sido a expressão da configuração resultante da inveja do irmão, o desconforto com os seus familiares, o que é parte da configuração dessa inveja no tecido relacional da família, a hostilidade em relação a sugestões dos outros, todos eles sentidos subjetivos que podem emergir em qualquer atividade pela sensibilidade dessa configuração subjetiva familiar que se transforma em múltiplos sentidos subjetivos no decorrer de outras atividades aparentemente sem nenhuma relação com a origem dessa configuração subjetiva; as experiências humanas estão estreitamente associadas umas com as outras pelas suas configurações subjetivas. Como resultado dessa configuração subjetiva no momento atual da vida desse jovem, sentidos subjetivos geradores de competitividade, ciúme, inferioridade podem aparecer de formas diferentes em vários dos sistemas de relação desse jovem.

Construir teoricamente essa configuração é um processo complexo que vai implicar a capacidade do pesquisador de gerar significados capazes de integrar manifestações empíricas diversas que só se tornam inteligíveis frente ao significado organizado pelo pesquisador no curso da pesquisa. Esse significado é definido, em nossa proposta metodológica, como indicador. Um indicador não permite uma afirmação teórica imediata e direta, mas é apenas o primeiro momento de um caminho hipotético, dentro do qual os indicadores se convertem em conceitos que alimentam o modelo teórico em curso. Durante a pesquisa, novos indicadores e ideias emergem em congruência com os primeiros

indicadores construídos durante o momento construtivo interpretativo da pesquisa.

O processo de construção da informação leva à construção teórica de uma configuração subjetiva; a configuração subjetiva é uma categoria que se organiza no curso da pesquisa, sendo *a priori* a pesquisa apenas o modelo teórico que a define. E é esse modelo de conhecimento que se organiza em decorrência de modelo hipotético que avança no curso dos indicadores produzidos sobre a informação e as ideias do pesquisador, o que definimos como modelo teórico. A configuração subjetiva é apenas um exemplo de modelo teórico. D. Jodelet (2005), sem empregar o termo, trabalha a construção das representações sociais da loucura de forma semelhante, na sua pesquisa clássica sobre o tema.

Essa proposta metodológica se apoia na compreensão do conhecimento como processo construtivo-interpretativo que avança como resultado da produção de um espaço dialógico com o outro, os instrumentos sendo considerados como indutores da expressão aberta do participante como via para o diálogo com o pesquisador. O participante fala a partir de sua experiência e interesses, não sendo obrigado a seguir a rota crítica imposta pela representação *a priori* do pesquisador. O instrumento é um provocador para a pessoa se envolver reflexivamente em questões significativas para ela, o que representa a única via eficiente de produção de sentidos subjetivos no curso de uma pesquisa. Como nos diz Bourdieu (2003): “O ato científico fundamental é a construção do objeto; não chegamos à realidade sem hipóteses, sem instrumentos, sem construção” (p. 41). Porém, a construção a que Bourdieu se refere não é uma construção que se esgota no espaço dialógico discursivo dos participantes da pesquisa; é uma construção que abre acesso a sistemas e questões, como a subjetividade, que não se esgotam na dimensão das práticas discursivas.

Esse caminho dialógico-construtivo que representa o processo de pesquisa na perspectiva construtivo-interpretativa implica

outras reflexões epistemológicas com importantes desdobramentos metodológicos. A primeira dessas reflexões é a ênfase na consideração do singular como fonte legítima de generalização teórica. O que isso significa? Na pesquisa positivista, a generalização se define através de cadeias indutivas capazes de gerar conclusões, seja na demonstração experimental ou via correlação estatística. Essa proposta está centrada na significação estatística do resultado, ou na base indutiva de estudos singulares. Em ambos os casos o singular se exclui, pois quando um tipo de comportamento, ainda que estudado em indivíduos, resulta o mesmo para diversos indivíduos frente a determinadas condições, de fato, ainda que a pesquisa se apoie em estudos de casos, termina usando os mesmos critérios de indução que a amostra estatística.

Porém, no estudo da subjetividade, como no de todos os processos complexos, o singular é uma fonte excepcional para o conhecimento explicativo⁴ sobre a questão estudada e essa importância não vem dada pelo caráter único a que o termo singular está referido, mas ao valor que uma informação singular vai adquirir para o momento atual de uma construção teórica em desenvolvimento. O singular é relevante pelo que aporta ao desenvolvimento de um modelo teórico no curso da pesquisa, permitindo opções explicativas novas a esse modelo. A generalização aqui aparece pela capacidade teórica que um modelo vai adquirir para explicar questões em estudo que não existiam antes das construções geradas por esse encontro com uma informação singular. As categorias teóricas definem a sua generalidade pelo seu valor heurístico em

⁴ Uso o termo explicação não em seu significado determinista e mecanicista, o que lhe valeu ser rejeitado nas ciências sociais em prol do termo compreensão como usado pela fenomenologia. Sinto que o termo explicação é legítimo na definição de elementos importantes na gênese de uma questão, elementos esses que nunca determinam a questão, mas que a configuram. A relevância da explicação numa outra perspectiva epistemológica já foi defendida por P. Ricoeur, em *Hermenêutica e Ideologias*.

produzir novos significados. Os resultados indutivos são desejáveis, pois geram significados sobre questões que às vezes só são possíveis por essa via. Porém, as estatísticas e outros modelos de quantificação têm valor na pesquisa construtivo-interpretativa como fonte de significados, não como via de legitimação científica sobre eles.

Como nos diz Feyerabend (2011):

O observador pode usar a Matemática e outros artifícios conceituais e físicos, mas estes não têm quaisquer implicações ontológicas. O cosmos da Ciência moderna é um mundo infinito, matematicamente estruturado, compreendido pela mente, embora nem sempre pelos sentidos, e visto por um observador cujas aptidões mudam de uma descoberta para outra (p. 79).

A pesquisa construtivo-interpretativa não desconsidera os resultados obtidos pela indução, mas acrescenta outras dimensões da questão estudada que a indução não permite. Como Feyerabend coloca na citação anterior, a compreensão é sempre um processo da mente, nunca algo gerado de forma direta por nenhum recurso indutivo, por complexo que ele seja. Essa integração da singularidade é importante não apenas na Psicologia, mas no conjunto das ciências, como se evidencia nos estudos das estruturas dissipativas realizados por Prigogine nas ciências naturais, ou nos estudos sobre a singularidade do câncer que avançam a toda velocidade na medicina.

Outro aspecto destacado por Feyerabend na citação anterior é a incapacidade ontológica das ferramentas que, como a Matemática, são recursos de estruturação do saber. Toda definição ontológica é uma construção teórica e são essas construções que estão por detrás dos significados gerados pelos recursos usados na pesquisa. Algo do que tenho cuidado de maneira especial no desenvolvimento da linha de pesquisa sobre a subjetividade numa perspectiva cultural-histórica é a integração simultânea do ontológico, o epistemológico e o metodológico nesse percurso. Tão pouco acostumados os psicólogos estamos a essas dimensões da produção do saber que, com

frequência, em trabalhos que assumem a nossa proposta, ora se define a Epistemologia Qualitativa como a metodologia do projeto, ora se fala da Epistemologia Qualitativa como a teoria de González Rey e se esquece da teoria da subjetividade que a inspirou.

O modelo construtivo-interpretativo de pesquisa atribui um lugar privilegiado ao processo de construção teórica no curso da pesquisa. Nesse sentido, a definição de modelo teórico implica não só uma nova forma de legitimar o saber e de compreender a generalização, senão que implica também transcender os instrumentos como fonte de informação válida em si mesma, fora do percurso geral do processo de construção teórica.

O instrumentalismo, tão criticado pela sua hegemonia na epistemologia da Psicologia, cede seu lugar à construção de modelos teóricos no processo de pesquisa que representam a presença viva das teorias no campo empírico, o que de fato leva ao uso propriamente teórico e não dogmático das teorias. Uma vez que os instrumentos e seus processos de construção deixam de ser legitimadores do caráter científico da pesquisa, eles passam a ser um momento facilitador do caráter dialógico da pesquisa. A informação que os instrumentos aportam é relevante para a pesquisa pela sua significação para o modelo teórico em desenvolvimento e, pela mesma razão, as informações informais de qualquer natureza também se tornam legítimas pela sua relevância para o desenvolvimento desse modelo. O valor da informação vem dado pela sua relevância para o modelo teórico em curso e pela sua integração adequada aos significados que caracterizam o avanço desse modelo.

O desenvolvimento dessa forma de pesquisa está ganhando espaço em todas as Ciências Sociais e na Psicologia em particular, ainda que nem sempre os autores explicitem as contradições epistemológicas de seus caminhos na pesquisa, o que frequentemente os conduz a omitir posições necessárias para o respaldo do que defendem como resultados dessas pesquisas. A discussão teórica é

inseparável do debate epistemológico e metodológico, em particular em momentos como este em que a Psicologia se orienta pela abertura de novos caminhos.

Mais do que considerações finais gostaria de deixar abertas essas reflexões ao leitor e muito apreciaria que elas incitem novos debates sobre a natureza da produção do saber em muitos dos temas emergentes que a Psicologia está desenvolvendo hoje.

REFERÊNCIAS

- Allport, G. W. (1978). Lo general y lo particular en la ciencia psicológica. In G. W. Allport. La persona en Psicología (pp. 77-96). México D.F.: Trillas.
- Anderson, H. (1999). *Conversación, Lenguaje y Posibilidades*. Buenos Aires. Amorrortu.
- Bollas, C. (2007). *The Freudian moment*. London: Karnac Books.
- Bourdieu, P. (2003). *Capital cultural, escuela y espacio social*. Buenos Aires. Siglo XXI Editores.
- Danzinger, K. (1990). *Constructing the subject: Historical origins of psychological research*. New York: Cambridge University Press.
- Dembo, T. (1993). Thoughts on qualitative determinant in psychology. *Journal of Russian and East European Psychology*, 31(6), 15-70.
- Feyerabend, P. (2011). *A Ciência em uma sociedade livre*. São Paulo: UNESP, 2011.
- Freud, S. (2011). Constructions in Analysis. In J. Lewkowicz, T. Bokanowski, & G. Pragier (Eds.). *On Freud's "Constructions in Analysis"* (pp. 9-24). London: Karnac Books.
- Gergen, K. & Gergen, M. (2011). *Reflexiones sobre la construcción social*. Buenos Aires: Paidós.
- Giorgi, A. (2008). Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In J. Poupart, J. Deslauriers, L-H. Groulx, A. Laperriere, R. Mayer, & A. Pires. *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 386-409). Petrópolis: Vozes.
- González Rey, F. (1997). *Epistemología Cualitativa y Subjetividad*. São Paulo: EDUC.
- González Rey, F. (2002). *Sujeto y subjetividad: una aproximación histórico-cultural*. México: D.F. Thomson.
- González Rey, F. (2004). *O social na Psicologia e a Psicologia Social: A emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson.
- González Rey, F. (2011a). A re-examination of defining moments in Vygotsky's work and their implications for his continuing legacy. *Mind, culture and activity*, (18), 257-275.
- González Rey, F. (2011b). *El pensamiento de Vygotsky: contradicciones, desdoblamientos y desarrollo*. México: D. F. Trillas.
- Jodelet, D. (2005). *Loucura e representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Jonas, H. (2004). *O principio vida*. Petrópolis: Vozes.
- Koch, S. (1995). The nature and limits of psychological knowledge. Lessons of a Century qua "Science" In: S. Koch, & D. Leary (Eds.). *A century of psychology as science* (pp. 75-109). Washington: APA.
- Maslow, A. (1979). *Psicología de la ciencia*. México: D.F. Editores Asociados.

Polanyi, M.(1973). O desenvolvimento da ciência na sociedade. In: W. Coulson & C. Rogers (Eds.). *O homem e a ciência do homem* (pp. 11-28). Belo Horizonte: Interlivros.

Ricoeur, P. (2008). *Hermenêutica e ideologias*. Petrópolis: Vozes.

Ricoeur, P. (2009). *Na escola da fenomenologia*. Petrópolis: Vozes.

Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Vozes.

Rubisntein, S. (1967). *Principios de Psicología General*. Habana: Ediciones Revolucionarias.

Vygotsky, L. S. (1965). *Psykhologiya Iskustva* [Psicologia da Arte]. Moscou: Iskustva.

Wallerstein, I. (2004). *Las incertidumbres del saber*. Barcelona: Gedisa.

Zinchenko, V. P. (2007). Thought and work: The approaches of L. S. Vygotsky and G. G. Shpet. In H.

Danies, M. Cole, & J. Wertsch (Orgs.). *The Cambridge Companion to Vygotsky* (pp. 212-245). London: Cambridge University Press.

Recebido: 17/07/2012

Revisado: 04/06/2013

Aprovado: 10/06/2013

Construção do Conhecimento em Psicologia: Análises Críticas sobre a Avaliação Psicológica

Ensaio Teórico

Construction of Knowledge in Psychology: Critical Analysis on Psychological Assessment

Theoretical Essay

Pollianna Galvão Soares¹
Valdirene Daufemback²

Resumo

As abordagens psicológicas estiveram aliadas a concepções reducionistas sobre a constituição humana ao longo do século XX. Os paradigmas de ciência predominantes das ciências naturais influenciaram, sobremaneira, a formulação de teorias deterministas sobre o comportamento humano, subsidiadas por uma noção de ser humano sem relação com a sua história e o seu contexto social, político e econômico. Este artigo visa discutir os pressupostos epistemológicos que subsidiaram a construção de algumas abordagens do conhecimento psicológico no seu curso histórico, destacando contrapontos críticos e reflexivos à ciência psicológica predominante, a partir da articulação dos conceitos de discurso, subjetividade e intersubjetividade. Escolheu-se abordar, à guisa de exemplificação, o uso das avaliações psicológicas nas áreas da psicologia escolar e psicologia jurídica.

Palavras-chave: história da psicologia, psicologia escolar, psicologia jurídica, avaliação psicológica.

Abstract

The psychological approaches were allied with reductionist concepts about the human constitution throughout the twentieth century. The prevailing scientific paradigms of natural sciences strongly influenced the formulation of deterministic theories about human behavior, subsidized by a notion of human beings without regard to its history and its social, political and economic context. This paper aims at discussing the epistemological assumptions which supported the construction of some psychological approaches to knowledge in their historical course, highlighting critical and reflective counterpoints to the prevailing psychological science, from the articulation of the concepts of discourse, subjectivity and intersubjectivity. The choice was to approach, by way of example, the use of psychological assessments in the areas of educational psychology and forensic psychology.

Keywords: history of psychology, school psychology, forensic psychology, psychological assessment.

¹ Psicóloga, doutoranda em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde pela Universidade de Brasília, mestre em Psicologia (UnB) e especialista em Psicologia Escolar. Endereços para correspondência: SHIN, CA 2, Bloco C, apto. 221. Brasília-DF, CEP: 71503-502; E-mail: polliannagalvao@yahoo.com.br

² Psicóloga, Mestre em Psicologia, Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília, Conselheira do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2008 a 2012), Ouvidora do Sistema Penitenciário Nacional - Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça, Integrante do Grupo Candango de Criminologia - Repensando Sociedade, Controle Penal e Sistema de Justiça e do Grupo Movimento Direito: a Dinâmica das Ruas, ambos da UnB. Endereços para correspondência: Rua Euzébio de Queiros, 635, Atiradores. Joinville-SC, CEP: 89.210-100; E-mail: vdaufem@ig.com.br

PRESSUPOSTOS DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA NA CONSTITUIÇÃO DA PSICOLOGIA CIENTÍFICA

A história da psicologia durante o século XIX foi marcada por seu estabelecimento como ciência natural em contraposição à filosofia, tarefa bem sucedida no cenário social da constituição do conhecimento psicológico (Gergen, 2010). Em seus primórdios, a psicologia era concebida como explicação racional dos comportamentos da consciência, a partir de um saber rigorosamente sistematizado por explicações filosóficas (Gergen, 2010; Mather, 2000; Richards, 2002). A psicologia rompeu com essa filiação inicial a partir da modernidade, o que desencadeou a busca do reconhecimento científico de acordo com os novos paradigmas predominantes.

Após essa ruptura paradigmática, as abordagens psicológicas foram se constituindo com base nos pressupostos das ciências naturais, trilhando os caminhos do organicismo e fortalecendo as fronteiras dicotômicas entre as ciências naturais e humanas (Smith, 2005). A psicologia passou a exigir explicações sobre os processos mentais com base na neurofisiologia, uma vez que assumiu a presunção de que as fontes principais da atividade humana eram interiores e inerentes à natureza (Gergen, 2010). A partir dessa perspectiva, a psicologia foi reduzida pela apreensão dos fenômenos psíquicos e do comportamento como correspondentes aos fenômenos orgânicos e cerebrais. O crescimento da psicologia cognitivo-comportamental, em meio às transformações de meados do século XIX, contribuiu ainda mais para as tentativas de explicação do comportamento humano com base no funcionamento biológico. De acordo com Gergen (2010), a evolução dos campos da psicologia evolutiva e genética comportamental aumentou a plausibilidade da argumentação científica acerca da determinação cortical para a compreensão do homem. No final do século XX, com o surgimento de recursos tecnológicos cada vez mais sofisticados para entender o funcionamento do cérebro, como a

ressonância magnética, o olhar e o interesse dos pesquisadores sobre o córtex cerebral e as relações com o comportamento foram acentuados, embora outros paradigmas da ciência psicológica já estivessem em vigência (Gergen, 2010). Como as explicações para o comportamento humano foram revigoradas pela compreensão estrutural e funcional do cérebro, factíveis de observação e mensuração, assistiu-se ao fortalecimento dos paradigmas biologizantes de questões sociais.

Embora a psicologia científica tenha se apropriado dos métodos naturais para ter o *status* requerido à ciência moderna, existia claramente uma inadequação dos métodos naturais para a compreensão do seu objeto de estudo (Smedslund, 2009). A psicologia é um campo inadequado para o tipo tradicional de pesquisa empírica e sua teorização, devido ao fato de que os resultados são normalmente apresentados como intrinsecamente estáveis quando, na realidade, eles refletem fases de um processo histórico em curso.

Tanto a perspectiva filosófica como a naturalista deram sinais da sua fragilidade para construir respostas consoantes com uma psicologia científica na compreensão de seu objeto de estudo, abrindo espaço para um realinhamento paradigmático e o surgimento de outras bases epistemológicas. No início do século XX, várias áreas do conhecimento vivenciaram a formulação de novos pressupostos em contraposição ao positivismo, ao empirismo e ao racionalismo, que davam ênfase à proposição de leis universais como substanciais à construção do conhecimento (Morawski, 2005; Parker, 2009). No entanto, muitos estudiosos da psicologia mantiveram-se fiéis às proposições epistemológicas da ciência moderna, embora alternativas epistemológicas de supressão da padronização e a universalidade de ciência estivessem em voga (González Rey, 2003, 2005). Essa resistência é associada à relação entre poder e conhecimento constituída nas comunidades científicas (Kuhn, 2006).

Parker (2009) demonstra que a psicologia tem sido funcional para o sistema de produção capitalista, sobrevivendo, como produto e até quando a sua economia é subsidiada pela

lógica da mais-valia. Desse modo, os vários projetos empreendidos pela ciência psicológica ao longo do tempo pareceram servir muito mais para confirmar hipóteses sobre o modo como o mundo é agora do que fornecer previsões científicas sobre o futuro da sociedade. Se a produção de conhecimento for compreendida como um processo inerente ao desenvolvimento político e econômico das sociedades, é possível verificar a relação entre poder e resistência no percurso da construção da ciência psicológica (Mather, 2000; Morawski, 2005; Parker, 2009; Smedslund, 2009).

As insuficiências que surgiram ao longo da constituição da psicologia como ciência, bem como as transformações históricas da sociedade, subsidiaram a formação de novos paradigmas no campo psicológico. Serão destacadas, a seguir, algumas das críticas que sustentam essa transição.

CRÍTICAS PARA O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS DA PSICOLOGIA CIENTÍFICA

A passagem dos pressupostos da ciência moderna para a pós-modernidade foi acompanhada pelas diversas transformações históricas da sociedade, especialmente o desenvolvimento das novas forças produtivas de trabalho (Parker, 2009). Nessa trajetória, os construtos científicos de distintas disciplinas se constituíram com base na valorização do pensamento ocidental emergente, conjuntamente à concepção de ser humano e de mundo que a segue. A fundamentação metodológica gerada na modernidade concebia uma separação radical entre o objeto de estudo e seu contexto, atribuindo uma noção linear e causal na relação do ser humano com sua realidade. Portanto, a centralidade da razão, a ênfase no método, o recurso à lógica e a preocupação com a crítica são os aspectos que limitaram por bastante tempo a compreensão da totalidade da experiência humana (Marcondes, 2006).

Considerar e compreender as dimensões históricas, sociais e políticas tem profundo

impacto na análise da trajetória do conhecimento psicológico, nas possibilidades metodológicas de construção desse conhecimento e nas estratégias de intervenção profissional. Nesse sentido, Smedslund (2009) sinaliza quatro obstáculos para o projeto científico da psicologia em priorizar regularidades empíricas. Primeiramente, a existência de um elevado número de fatores relevantes para a compreensão do fenômeno humano, o que impossibilita conceber, com precisão, o comportamento como função variante de um número limitado de determinantes. Segundo, o próprio caráter dinâmico dos pressupostos psicológicos, pois se deve considerar a sensibilidade das pessoas em relação aos resultados produzidos pelas pesquisas. O conhecimento científico sobre o comportamento humano influencia na formação das percepções do homem sobre si e o mundo o que, por sua vez, traz implicações para o campo da ciência. O terceiro obstáculo seria a inserção dos pesquisadores em um sistema de significados compartilhados acerca dos objetos de estudo. Esse compartilhamento na construção do conhecimento científico é desenvolvido por meio da língua e da cultura e, por isso mesmo, são fatores dialeticamente constituintes de uma intersubjetividade no processo de legitimação desse corpo teórico. Dessa forma, as regularidades reveladas pela pesquisa reforçam o que já se sabia sobre o comportamento. Por último, Smedslund (2009) destaca o obstáculo da singularidade pessoal, demonstrando que as regularidades no comportamento humano são temporárias e inseridas em determinado espaço, o que restringe a previsibilidade ou construção de leis gerais.

A crítica apresentada por Smedslund (2009) pertence a um amplo movimento da psicologia pós-moderna, representado, especialmente, pela psicologia hermenêutica (Dilthey, 1894/1927/1977; Heidegger, 1927/1962; Gadamer, 1960/1989 citados por Smedslund, 2009), pela psicologia contemporânea, com os sociais construcionistas (Gergen, 2009) e pela psicologia cultural (Bruner, 1990).

Outra crítica é apontada por Mather (2000) ao defender que a transformação das práticas discursivas é fator inerente ao avanço das ciências humanas. O discurso é um sistema de proposições teóricas em torno de um determinado objeto de estudo, sendo os cientistas os protagonistas desse sistema. Dessa forma, transformar as práticas discursivas na ciência significa modificar as regras que regem os próprios discursos em favor da constituição de outras epistemologias.

Em contraposição às teorias psicológicas fundamentadas no organicismo, Gergen (2010) afirma que todas as tentativas de vincular os estados do cérebro aos processos psicológicos foram sustentadas pelas concepções construídas e compartilhadas culturalmente. As tentativas de explicação da natureza humana no nível cortical não eram suficientes para explicar os próprios paradigmas dos quais as ciências naturais partiam. Mesmo com o surgimento de novas proposições interacionistas da psicologia no final do século XIX, as explicações sobre o comportamento humano, a partir de nexos causais entre cérebro e funcionamento psicológico, ainda se mantiveram filiadas às bases racionalistas. Gergen (2010) demonstra que a forma como se concebe o funcionamento humano, juntamente com a importância que se atribui ao cérebro, é subproduto do processo cultural. Os estados do cérebro não podem nem causar nem ser correlacionados com os estados psicológicos, mas, sim, estarem a serviço do processo cultural. No entanto, as novas vertentes presentes no contexto da construção do conhecimento psicológico, de forma semelhante às abordagens que dirigiam suas críticas, não foram marcadas por reflexões sobre os aspectos históricos, políticos e econômicos constitutivos. Entende-se que considerações dessa natureza são um exercício político e ético necessário a uma compreensão crítica do fazer científico de qualquer campo. Assim, usando os conceitos de discurso, subjetividade e intersubjetividade serão apontadas algumas reflexões relevantes para a composição de uma pesquisa e prática psicológica críticas.

A análise do *discurso* científico é necessária ao considerar que o conhecimento é produto das relações humanas (Mather, 2000). Essa relação não pode ser apreendida apenas a partir de uma perspectiva estruturalista, mas também da subjetividade dos sujeitos que compõem e validam o discurso. Para ilustrar essa defesa, o autor faz uso da construção teórica de Foucault identificando nela três fases: a estruturalista, a nietzschiana (relação entre o poder e o conhecimento) e a da subjetividade (retorno ao sujeito). Explica que além de relacionar a prática discursiva como um saber, considerando a constelação de estruturas sociais envolvidas (fase estruturalista) e também analisar as práticas discursivas com os poderes (fase nietzschiana), uma psicologia crítica necessita abrir espaço para compreensão da forma com que o sujeito se constitui (fase da subjetividade). Portanto, a reflexividade traz um fator de complexidade à psicologia, evitando que ela se direcione à formulação de teorias deterministas.

Os discursos institucionais compartilhados por uma rede social legitimam determinados saberes e criam obstáculos para pensamentos não hegemônicos ou para os grupos de pesquisadores com menos prestígio social (Parker, 2009). A existência de uma psicologia crítica é um importante locus para pensar essas relações, assim como as conexões entre os indivíduos, as teorias, os trabalhos e as práticas políticas. No entanto, há de se ter ciência da própria psicologia crítica como um fenômeno histórico e político, que direciona seu empreendimento intelectual em contraposição às demais correntes psicológicas. Parker (2009) adverte que sem essa reflexividade crítica, a psicologia pode se tornar apenas mais um produto do mercado acadêmico.

No que tange à *subjetividade*, dois aspectos são inerentes à proposta de uma psicologia crítica. O primeiro é a necessidade de considerá-la no processo de produção do conhecimento, ou seja, lidar com as características psicológicas envolvidas na investigação, não ignorar a extensa quantidade de fatores determinantes do comportamento e ter a capacidade de identificar o único que está

na singularidade do humano (aquilo que não se encaixa nas categorias anteriores) e orientar-se a partir disso. O segundo aspecto diz respeito à própria tarefa da psicologia crítica, o estudo da constituição histórica da subjetividade (Mather, 2000). Faz parte desse empreendimento observar a trajetória e a formação dos conceitos da subjetividade, as filiações históricas, políticas e sociais das teorias e as repercussões pragmáticas dos respectivos conceitos.

Nesse sentido, Gergen (2010) apresenta uma relevante tese que coloca a *intersubjetividade* como fator relevante para a constituição do conhecimento psicológico crítico, contrapondo-se à homogeneização de um discurso biologizante na constituição da área. Para o autor, o cérebro não determina os contornos da vida cultural, mas, sim, é a vida cultural que determina a natureza e a importância do funcionamento do cérebro, pois a compreensão do comportamento humano não se encontra alheia às concepções compartilhadas com a natureza humana. Depreende-se dessa análise que todas as tentativas de vincular os estados biológicos aos processos de saúde e doença psicológica dependem de concepções construídas culturalmente sobre o ser humano (Gergen, 2009; Parker, 2010).

Com base nessa análise, a seguir será desenvolvido um exame epistemológico das práticas de avaliação psicológica no contexto jurídico e escolar com a intenção de discutir a relação entre a história da psicologia científica e as avaliações.

CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO DA PSICOLOGIA ESCOLAR E DA PSICOLOGIA JURÍDICA

A subjetividade tem na Psicologia um lugar de destaque e o seu surgimento contribuiu nos séculos XIX e XX para a instalação de um modelo de instituições, com base na classificação e na disciplina (Foucault, 1984), em que a tecnologia da avaliação psicológica

cumprir um importante papel. Para explicar essa afirmação, é necessário reportar-se a alguns aspectos históricos. No decorrer do século XVIII, a burguesia tornou-se a classe politicamente dominante sustentada formalmente pela instalação de um quadro jurídico explícito, codificado e igualitário por meio da organização de regime parlamentar e representativo e, camufladamente, por um sistema de micropoder essencialmente não igualitários e assimétricos que garantiam a submissão das forças e dos corpos por meio das disciplinas.

A disciplina pode ser entendida como uma prática ou técnica de poder que incide sobre os corpos dos sujeitos, reproduzindo e produzindo comportamentos, para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas (Foucault, 1984). Para tanto, as disciplinas tentam definir uma tática de poder que responde a três critérios: tornar o exercício de poder o menos custoso possível, política e economicamente; maximizar os efeitos desse poder social em intensidade e extensão; e fortalecer os aparelhos institucionais através dos benefícios econômicos e políticos do poder exercido, fazendo crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema. Toda a sociedade estava sendo “disciplinada”, inclusive o saber, através da segmentação do conhecimento, da submissão à metodologia e à validação. A formação do saber passa a reforçar a majoração do poder, e vice-versa, já que os mecanismos de objetivação das disciplinas, como as instituições escolares, hospitalares e jurídicas, são também instrumentos de sujeição.

A psicologia é constituída em meio a essas circunstâncias, em que a sociedade cria o *status* de sujeito, a individualidade, a identidade e a imagem, bens capitalistas que viabilizam a categorização, separação e marcação das pessoas e, portanto, a disciplinarização. É a ciência que passa a ter o reconhecimento social de operar sobre os sujeitos (Daufemback, França & Neves, 2007).

No Brasil, entre outros autores, Coimbra (1995) demonstra como na década de 70 se intensificou o interesse pelos problemas da

personalidade e o investimento nas questões relativas ao interior do indivíduo, fazendo com que o conhecimento de si mesmo se tornasse um fim e não um meio para conhecer o mundo. A mesma autora define esse esvaziamento da realidade social e do mundo público como a psicologização do cotidiano, onde os medos, angústias e insatisfações são explicados sob o prisma psicológico-existencial. Decorre daí a responsabilização da família dita em crise pelos filhos desviantes, a associação da juventude com um espectro de uso drogas e adoção de ideologias consideradas subversivas e a compreensão da militância política como algo inadequado e indesejado.

Naquele momento histórico do chamado milagre econômico, ocorre uma efervescência da psicologia com o aumento dos cursos de graduação, das associações profissionais e a teorização de certo tipo de sujeito e cultura ditos normais. Os chamados especialistas “psi”, psiquiatras e psicólogos, com seus saberes e técnicas científicas e consideradas neutras são aqueles que entendem do assunto do mundo interior, contribuindo para dar explicações individuais para os comportamentos e realidades, ignorando aspectos políticos, sociais e históricos. A constituição da prática “psi” estava bastante afinada com o processo de dominação instalado naquele período, que era a época da ditadura militar, inclusive com a participação direta no aparato repressivo: acompanhando presos políticos torturados, realizando treinamento a torturadores e elaborando laudos psiquiátricos e psicológicos de presos políticos (Coimbra, 1995).

O contexto da construção teórico-metodológica da avaliação psicológica, no Brasil e no mundo, ajudou a compor o conhecimento necessário para viabilizar a organização da sociedade pela categorização dos sujeitos, atestando os inteligentes e os estúpidos, os competentes e os incapazes, os doentes e os sãos, os perigosos e os inofensivos, entre outras classificações que contribuíram para que as instituições exercessem o seu poder. A psicologia, numa perspectiva crítica, ao identificar as tramas que envolvem a história, a epistemologia e a

política das avaliações psicológicas, incentiva uma revisão de seus métodos e finalidades e outras possibilidades do seu uso no contexto institucional.

PSICOLOGIA JURÍDICA

Desde a ascensão do regime de exames na Justiça, o conhecimento psicológico adquiriu especial relevância na produção da verdade. Compreendida historicamente pelo sistema de justiça como uma ciência auxiliar, a psicologia iniciou sua atuação no campo jurídico por meio de um viés clínico com a prática de laudos que ajudavam os processos de decisões judiciais, tais como aquelas que envolviam guarda de crianças, regulação de visitas, indenizações, violência, interdição, progressão de regimes penais, exame de sanidade mental, autópsia psicológica (recentemente), entre outras situações.

Lamentavelmente, ainda prevalece no denominado campo da psicologia jurídica essa tradição da prática clínica e de caráter auxiliar ao direito. É lastimável principalmente por dois argumentos: o primeiro é entendido como um conjunto de teorias e práticas concebidas por meio da psicologia institucional e psicologia social, assim como pela própria psicologia jurídica, que é negligenciado. Esse arcabouço teórico e prático permite uma visão mais abrangente do conceito de Justiça, de Direito e do funcionamento das instituições envolvidas com esses temas, alçando a intervenção psicológica para além do indivíduo, levando-a também para a organização judicial, para seus atores e para sociedade. O segundo argumento tem a ver com a pobreza de uma visão disciplinarizada e hierarquizada do conhecimento que defende que a soma das partes alcança o todo: a realidade. A interdisciplinaridade, que pressupõe o diálogo dos saberes em posição de igualdade, apresenta melhor capacidade de compreensão da realidade e de intervenção criativa frente aos casos analisados pela Justiça. No entanto, ela não se estabelece nas relações profissionais no campo jurídico (salvo exceções), sobretudo

pela arrogância do direito e pela subserviência da psicologia (e outras ciências auxiliares).

No campo da psicologia jurídica, cabe destacar a área da psicologia criminal e penitenciária como usuária regular dos pareceres e laudos psicológicos. Como nas demais áreas, há uma ligação das práticas de avaliação com a dominação e o controle social. Rauter (2003), numa obra que examina a criminologia e a subjetividade no Brasil, defende que:

No contexto brasileiro, a introdução de avaliações sobre a personalidade do delinquente a partir de instrumentos técnico-científicos (os 'laudos' psiquiátricos, psicológicos, sociais etc.) muitas vezes, pela inoperância do próprio sistema, por seu funcionamento discriminatório e ilegítimo, introduzem apenas novos entraves burocráticos que têm como principal efeito concreto o aumento puro e simples da pena (RAUTER, 2003, p. 11).

O Brasil acompanhou a tendência da legislação penal ocidental, atribuindo maior importância, a partir do Código Penal de 1940, aos procedimentos destinados a diagnosticar, analisar ou estudar a personalidade e a história da vida dos condenados, com vistas a prescrever adequadas técnicas de tratamento penal, assim como prever futuros comportamentos delinquentes. Essa tendência, sedimentada no paradigma científico positivista do século XIX – calcado no conhecimento racional, reproduzível e comprobatório – previa estabelecer um nexo causal explicativo para o aparecimento dos fenômenos criminológicos. Para tanto, inicialmente estabeleceu-se um profundo interesse pelo corpo como objeto de estudo para explicar as condutas desviantes, cujo expoente foi o médico Cesare Lombroso (1835-1909), que se baseava nas investigações antropométricas para definir o sujeito potencialmente criminoso. Por sua vez, Enrico Ferri (1856-1929) estabeleceu uma tripla causa para os delitos: os fatores físicos, antropométricos e sociais, segundo os quais o ser humano seria determinado pelo meio físico

e moral. Aderindo à mesma racionalidade, Raffaele Garófalo (1851-1954) acrescentou que a pena, por meio de correção, intimidação ou eliminação, teria a finalidade de proteção da sociedade.

A psicologia valeu-se desse modelo de investigação e dos conhecimentos médicos para dar continuidade à construção do nexo causal explicativo dos comportamentos desviantes. Rauter (2003) pesquisou 120 laudos de Exame para Verificação de Cessação de Periculosidade (EVCP) e constatou a superficialidade teórica dos instrumentos técnicos, denunciando que se emite uma opinião ou julgamento que escapa ao controle do próprio examinando, ou de alguém não versado nos mesmos conhecimentos e que, por se tratar de um documento reconhecido como científico, se aceitam sem discussão as informações sobre o interior do indivíduo, seus desejos, tendências, motivos e previsão de comportamentos.

Para elucidar melhor essas afirmações, a mesma autora demonstrou a fragilidade que esses documentos possuem a partir de seus principais campos de estudo, como por exemplo, a história individual do criminoso. Diferentemente do que propõe a teoria psicanalítica ou qualquer outra teoria psicológica, nos EVCP, teoricamente é possível, por meio de um processo dirigido, concluir sobre a ocorrência de fatos passados que definiram a eclosão do comportamento criminoso e de seu potencial de perigo para a sociedade, ignorando que o que ficou inscrito na memória ou as vivências particulares de alguém não são explicações binárias sobre a natureza dos conflitos atuais. Dessa forma, “a história pregressa passa a ser uma montagem, cuja finalidade é confirmar o rótulo de criminoso” (Rauter, 2003, p. 92), como aparece neste trecho de um laudo: “Totalmente abandonado pelos familiares [...] aos 15 anos inicia-se na prostituição [...] mantém uma conduta uniforme desde a infância, mostrando-se pessoa de fácil sugestibilidade com tendências à delinquência” (Rauter, 2003, p. 107).

Num estudo sobre perícia e avaliação de presos, Wolf (2005) analisa outro documento pericial para o qual o saber psicológico é usado, o Exame Criminológico (EC). Esse exame deve ser realizado pela Equipe Técnica de Classificação no ingresso da pessoa na pena privativa de liberdade e, eventualmente, no processo de progressão de regime. Na prática, o EC não é realizado no início do cumprimento da pena porque não há equipe, nem recursos para a implantação de um programa individualizador, nem para a realização dessa avaliação.

Assim, resta apenas o exame final que se torna prejudicado, uma vez que ele deveria se basear no acompanhamento do programa individualizador. Wolf (2005) verifica, assim como Rauter (2003), que embora os EVCPs e os ECs devessem significar uma espécie de avaliação dos efeitos do tratamento penal, na prática reduziram-se a uma tentativa de prever a capacidade de reinserção social do preso, admitindo-se que nenhum tratamento penitenciário aconteceu. Reiteradamente, as avaliações ou exames técnicos de criminosos reproduzem todos os estereótipos e preconceitos da ideologia que permeia a questão do crime, ou seja, a legitimação de uma teoria de causas baseada em fatores internos ou/ e natos que se direciona à população empobrecida e aos grupos marginalizados.

A psicologia jurídica parece ainda estar desarticulada quanto à sua atuação no processo de promoção da saúde mental, com garantia dos Direitos Humanos e da ética. É possível afirmar que ela se preocupa menos com as relações entre os indivíduos, a sociedade e as instituições (e com os conflitos que advêm dessas relações), do que com sua tarefa testemunhal de atestar a realidade. Dessa forma, favorece um determinado controle social e reforça o papel repressor do Direito, podendo os psicólogos, inclusive, transformar-se em pseudojuizes, na medida em que se tornam inquisidores, redatores de sentenças e examinadores da verdade.

PSICOLOGIA ESCOLAR

A trajetória da avaliação psicológica no contexto educativo no Brasil acompanhou as mudanças históricas e epistemológicas e orientou distintas práticas profissionais. As articulações iniciais entre a psicologia e a educação estavam aliadas a concepções reducionistas e deterministas sobre o desenvolvimento humano. Tais pressupostos alicerçaram uma postura profissional normatizadora, tecnicista e elitista, sob a forma de um modelo clínico de intervenção escolar (Antunes, 2003; Cruces, 2003; Guzzo, 2003; Marinho-Araujo & Almeida, 2005a, 2005b; Souza, 2004). Assim como a psicologia de forma geral, a psicologia escolar buscava um maior reconhecimento, social e cientificamente, carregando a herança dos paradigmas pertinentes à ciência moderna (Lima, 1999). No Brasil, a psicologia passa a se tornar mais evidente no contexto da escola a partir da década de 60, período no qual se evidenciou o crescimento das demandas para o atendimento a alunos com queixas escolares (Cruces, 2003).

De acordo com Neves e Almeida (2003), a queixa escolar se constituiu historicamente como motivo mais recorrente de encaminhamento de crianças para atendimento psicológico no contexto escolar, cujo uso das avaliações psicométricas se tornou predominante na prática profissional. No início de sua inserção na escola, emergia um perfil profissional da psicologia escolar pouco definido, que buscava atender à concepção individualista de fracasso escolar e estava associado às tendências psicométrica, experimental e tecnicista, balizadas pelos padrões positivistas (Marinho-Araujo & Almeida, 2005a, 2005b). A partir de então, a área adotou uma postura clínica na escola, inspirada no modelo biomédico que fora desenvolvido a partir de fundamentações teóricas naturalistas e médicas sobre as questões sociais, apropriando-se rapidamente dos fenômenos anormais como seu objeto de estudo. As dificuldades e transtornos de aprendizagem, por exemplo, se configuraram

no rol das taxonomias (Collares & Moysés, 1992, 1996; Neves, 2001; Neves & Almeida, 2003; Patto, 1999).

Essas articulações entre a Psicologia e a Educação desencadearam uma visão associacionista e mecanicista do processo de ensino e aprendizagem, reforçando, sobremaneira, concepções deterministas e dicotômicas acerca da aprendizagem e do desenvolvimento humano (Lima, 1999; Neves & Almeida, 2003). A adoção de um modelo clínico de atuação para as dificuldades de aprendizagem provocou uma atribuição ao próprio aluno da culpabilização por seu fracasso, a partir de análises realizadas sob medidas psicométricas, sem a consideração de fatores contextuais (Collares & Moysés, 1992, 1996; Neves & Almeida, 2003; Patto, 1999; Mitjáns-Martínez, 2009).

Os resultados dessas avaliações, subsidiados nos paradigmas medicalizantes e biologizantes, refletiam claramente uma concepção determinista acerca das explicações das queixas escolares, por meio da emissão de laudos psicológicos com rótulos e estigmas aos alunos e/ou suas famílias (Guzzo, 2005). Além disso, essa proposta de intervenção da Psicologia escolar se mostrava pouco útil tanto à prática pedagógica quanto ao sujeito encaminhado com queixa escolar (Neves & Almeida, 2003). Esses modelos de avaliação serviram para propulsionar um processo excludente, refletindo um caráter elitista.

Em meados da década de 80, a psicologia escolar passou a ser alvo de uma crítica interna à sua forma de atuação e ampliou as suas possibilidades de atuação a partir de novas perspectivas teórico-metodológicas. Pesquisadores e psicólogos da área têm realizado diversos debates na tentativa de promover mudanças que possam impulsionar formas de intervenção em uma perspectiva institucional, com foco nas relações intersubjetivas desenvolvidas no contexto educacional e voltadas, especialmente, para o apoio ao processo de ensino e aprendizagem, consideradas a partir de uma abordagem preventiva em psicologia escolar (Marinho-Araujo & Almeida, 2005a, 2005b). Além disso,

essa área não é mais compreendida como mera aplicabilidade da psicologia ao contexto educativo, mas apresenta trabalhos que consideram a escola como lócus privilegiado para produção de conhecimento, pesquisa e intervenção da psicologia escolar, com base numa perspectiva sistêmica, relacional e contextual de atuação (Guzzo, 2003, 2005; Marinho-Araujo & Almeida, 2005a, 2005b; Neves & Almeida, 2003; Mitjáns-Martínez, 2009).

As propostas de intervenção contemporânea da psicologia escolar têm privilegiado estratégias que possibilitam o entendimento das origens das dificuldades escolares do aluno a partir de uma perspectiva histórica, relacional e processual. Por isso, não considera o fracasso escolar como fruto de um problema individual do educando ou de sua família. Nessa direção, a pesquisa de Neves (2001) promoveu uma contribuição fundamental para a proposição de novos paradigmas de atuação da psicologia escolar, partindo de uma concepção interacionista sobre o desenvolvimento humano na escola. O modelo de avaliação e intervenção em psicologia escolar proposto pela autora denomina-se *Procedimento de Avaliação e Intervenção das Queixas Escolares – PAIQUE*, apresentando-se como alternativa de superação a visões reducionistas sobre a demanda encaminhada ao serviço de psicologia escolar das escolas públicas do Distrito Federal. Esse modelo é constituído por cinco níveis e conta com a participação de diversos atores educacionais (profissionais da equipe, professores, família e o aluno). Cada procedimento conta com uma terminalidade específica, ou seja, somente se passa de um nível ao seguinte se isto for configurado como procedimento necessário às mudanças na condição escolar do sujeito. Considera-se que essa proposição é mais coerente com a complexidade inerente às queixas escolares e proporciona postura profissional mais crítica e ética em psicologia escolar, considerando o compromisso da área com a transformação social.

Enfim, essa é apenas uma das contribuições de psicólogos escolares que refletem a ruptura com um paradigma individualista e com o uso de instrumentos de avaliação descontextualizados, marcando a transição para uma abordagem multideterminada e multifacetada de compreensão das queixas escolares. O psicólogo escolar precisa desenvolver um perfil profissional ético, político, teórico e metodológico que lhe permita atuar de maneira segura e comprometida com o sujeito em sua coletividade (Marinho-Araujo & Almeida, 2005a).

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

É recente o interesse dos psicólogos pela história da psicologia, principalmente a história da psicologia no Brasil. Por muito tempo, prevaleceu a crença numa psicologia neutra, desvinculada da sua realidade histórica, social e política, sem refletir sobre sua relação com a sociedade. Porém, fatores como a insatisfação com os métodos de pesquisa psicológicos baseados nas ciências naturais, a sua pouca capacidade de resposta frente aos dilemas sociais e um contexto pós-moderno que tem impulsionado um novo paradigma da ciência e da sociedade têm forçado a psicologia, enquanto ciência e profissão, a assumir outro posicionamento: o compromisso com a transformação social (Santos, 2000; Smedslund, 2009).

Se a origem dessa área está relacionada com a formação do próprio capitalismo, da modernidade e da individuação (naturalização e biologização do comportamento), por meio do exercício crítico interno, é possível comprometer-se politicamente com os interesses da coletividade, da democracia e dos direitos humanos, e não mais com a elite que tradicionalmente manobrou o Estado e a ciência. Atualmente, quando é requerido o compromisso social da psicologia, reivindica-se, necessariamente, uma implicação com as necessidades da maioria da população (Guzzo,

2003, 2005). Como a psicologia historicamente esteve comprometida com interesses sociais da elite, é necessário que se questione a todo o momento a qual compromisso social se está referindo, quando estiver em pauta esse campo de atuação, pesquisa e produção de conhecimento.

A variedade de abordagens dentro da disciplina da própria psicologia crítica tem carecido de uma avaliação interna das dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais sobre as quais suas proposições conceituais, metodológicas e ideológicas são desenvolvidas. A psicologia, por meio de suas comunidades científicas, não pode fornecer uma única alternativa pela qual se resolvam todos os problemas práticos e teóricos da área. No entanto, é necessário que a área se posicione frente aos novos paradigmas. Assim, há de se ter o devido cuidado com o desenvolvimento de pesquisas e conhecimento de maneira acrítica e apolítica e atentar para as implicações ideológicas e sociais das teorias como um todo; pois, se é relevante propiciar a transformação social por meio do conhecimento, deve-se considerar o risco de que a psicologia crítica pode se tornar mais uma mercadoria no mercado acadêmico (Parker, 2009). Nesse sentido, é de grande importância que os psicólogos tenham discernimento de sua prática como política, sendo que esta pode estar ou não comprometida com concepções em prol da coletividade. O fazer profissional e científico da psicologia é político na medida em que seus serviços estão endereçados a determinado projeto de ser humano e de sociedade, atuando e defendendo interesses. As adversidades vivenciadas para a construção de uma Psicologia Crítica podem, então, servir de condições para o seu próprio objeto de estudo, de maneira que sua teorização crítica fundamente mudanças sociais, a partir de um posicionamento político divergente daquele que for típico dos interesses tradicionalmente dominantes.

O uso das avaliações, tanto pela psicologia escolar como pela psicologia jurídica, nesse cenário, está relacionado à manutenção das

relações de poder e dominação de uma elite econômica e intelectual. Tanto na escola como nas instituições ligadas ao sistema de justiça, a psicologia adotou uma postura clínica, inspirada no modelo biomédico que fora desenvolvido a partir de fundamentações teóricas naturalistas e médicas sobre as questões sociais, se apropriando dos fenômenos anormais como seu objeto de estudo. É possível observar mudanças nesse modelo de atuação, porém ainda de forma desarticulada e minoritária.

Existe uma intencionalidade na prática psicológica. Não é mais sustentável se abrigar na neutralidade profissional e científica. É necessário invocar paradigmas éticos (Guattari, 1990) para destacar a responsabilidade e o necessário “engajamento” de todos os profissionais que intervêm nas instâncias individuais e coletivas. A crítica pode fornecer mecanismos para analisar o processo de avaliação psicológica, sua fundamentação e seus destinatários e rever o uso e a finalidade dessa prática no contexto institucional da educação e da justiça.

REFERÊNCIAS

- Antunes, M. A. M. (2003). Psicologia e educação no Brasil: um olhar histórico-crítico. In M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), *Psicologia escolar: teorias críticas* (pp. 139-168). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bruner, J. S. (1990). *Acts of meaning*. Cambridge, NA: Harvard University Press.
- Collares, C. A. L. & Moysés, M. A. A. (1992). A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. *Cadernos Cedes*, 46(28), 31-48.
- Collares, C. A. L. & Moysés, M. A. A. (1996). *Preconceitos no Cotidiano Escolar: Ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez.
- Coimbra, C. (1995). *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Cruces, A. V. V. (2003). Psicologia e educação: Nossa história e nossa realidade. In S. F. C. de Almeida (Org.), *Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional* (pp. 17-36). Campinas: Alínea.
- Daufemback, V., França, F., & Neves, L. C. D. (2007). *Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro*. Brasília: Ministério da Justiça.
- Foucault, M. (1984). *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Graal.
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias*. (M. C. F. Bittencourt, trad.). Campinas: Papyrus, 1990.
- Gergen, K. J. (2010). The acculturated brain. *Theory & Psychology*, 20(6), 795-816.
- González Rey, F. (2005). O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In F. González Rey (Org.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Thomson.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Guzzo, R. S. L. (2003). Educação para a liberdade, psicologia da libertação e psicologia escolar: uma práxis para a liberdade. In S. F. C. de Almeida (Org.), *Psicologia escolar: ética e competência na formação e atuação profissional* (pp. 169-178). Campinas: Editora Alínea.
- Guzzo, R. (2005). Escola amordaçada: compromisso do psicólogo com este contexto. In A. Mitjans-Martinez (Org.), *Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas* (pp. 17-29). São Paulo: Alínea.
- Kuhn, T. S. (1992). *A estrutura das revoluções científicas* (3a ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.

- Lima, E. C. A. S. (1990). O conhecimento psicológico e suas relações com a educação. *Em Aberto*, 9(48), Brasília: INEP.
- Marcondes, D. (2006). *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Marinho-Araujo, C. M. & Almeida, S. F. C. de (2005a). *Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional*. Campinas, SP: Alínea.
- Marinho-Araujo, C. M. & Almeida, S. F. C. de (2005b). Psicologia escolar: recriando identidades, desenvolvendo competências. In A. Mitjáns-Martínez (Org.), *Psicologia escolar e compromisso social* (pp. 243-259). Campinas, SP: Alínea.
- Mather, R. (2000). The foundations of critical psychology. *History of the Human Sciences*, 13(2), 85-100.
- Mitjáns-Martínez, A. M. (2009). Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 169-177.
- Morawski, J. G. (2005). Reflexivity and the psychologist. *History of the Human Sciences*, 18(4), 77-105.
- Neves, M. M. B. da J. (2001). A atuação da psicologia nas Equipes de Atendimento Psicopedagógico da rede pública de ensino do Distrito Federal. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Neves, M. M. B. da J. & Almeida, S. F. C. de. (2003). A atuação da psicologia escolar no atendimento aos alunos encaminhados com queixas escolares. In S. F. C. de Almeida (Org.), *Psicologia escolar: ética e competência na formação e atuação profissional* (pp. 83-103). Campinas: Alínea.
- Parker, I. (2009). Critical psychology and revolutionary. *Theory & Psychology*, 19(1), 71-92.
- Patto, M. H. S. (1999). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rauter, C. (2003). *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- Richards, G. (2002). The psychology of psychology: A history grounded sketch. *Theory & Psychology*, 12(1), 07-36.
- Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Smedslund, J. (2009). The mismatch between current research methods and the nature of psychological phenomena. *Theory & Psychology*, 19(6), 778-794.
- Smith, R. (2005). Does reflexivity separate the human sciences from the natural sciences? *History of the Human Sciences*, 18(4), 1-25.
- Souza, M. P. R. (2004). A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. Em A. M. Machado e M. P. R. de Souza (Orgs.), *Psicologia escolar: em busca de novos rumos* (4a ed., pp. 143-158). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Wolf, M. P. (2005). *Antologia de vidas e histórias na prisão: emergência e injeção de controle social*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris.

Recebido: 01/07/2012

Revisado: 01/06/2013

Aprovado: 12/06/2013

Psicologia comunitária e política: entre a autonomia e o Estado

Community Psychology and Politics: between autonomy and the State

Ensaio Teórico

Domenico Uhng Hur¹

Resumo

Buscamos problematizar a atuação política do psicólogo comunitário, considerando que no quadro das políticas públicas ele ocupa papel de intermediário entre Estado e população. Para nossa reflexão foram utilizados conceitos de pensadores considerados pós-estruturalistas como o de Estado como Aparelho de Captura de Deleuze e Guattari, governamentalidade de Foucault e noo-política de Lazzarato. Consideramos que a intervenção psicossocial do psicólogo comunitário deve estar entrelaçada com o fomento da autonomia, em contraposição com a heteronomia instituída pela razão de Estado. Distinguimos assim a figura do psicólogo comunitário, que está implicado com os processos de autoanálise e autogestão, do psicólogo na comunidade, que está implicado com seu fazer técnico, deixando em segundo plano sua atuação política e podendo operar como atualização da razão de Estado, o que denominamos de neocolonização.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária, Estado, política, intervenção psicossocial, políticas públicas.

Abstract

We intend to discuss the political activity of the community psychologist, considering that in the framework of public policies he has the role of mediator between the State and the population. For our reflection, concepts from thinkers who are considered post-structuralists, such as Deleuze and Guattari's State as a Capture Device, Foucault's governmentality, and Lazzarato's noo-politics have been used. We consider that the psychosocial of the community psychologist must be intertwined with the encouragement of autonomy, as opposed to the heteronomy instituted by reason of State. We then distinguish the figure of the community psychologist, which implies processes of self-analysis and self-management, from the community psychologist, which implies its technical capacity, leaving behind his political stand, and who may operate by reason of State, which we call neo-colonization.

Key-words: Community Psychology, State, politics, psychosocial intervention, public policies.

¹ Professor Adjunto II do Curso de Psicologia da UFG, psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP, com estágio doutoral na Universitat Autònoma de Barcelona/Catalunya, e membro do CRISE – Núcleo de Estudos e Pesquisas Crítica, Insurgência, Subjetividade e Emancipação. E-mail: domenicohur@hotmail.com Faculdade de educação: Rua 235, s/n, Setor Universitário, Goiânia/Goiás, CEP:74.605-050, Tel.:(62) 3209-6212.

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E POLÍTICA: ENTRE A AUTONOMIA E O ESTADO

Ao longo dos cinquenta anos de trabalhos de pesquisa e intervenção da Psicologia Comunitária² no Brasil (Gonçalves & Portugal, 2012), pode-se afirmar que este é um campo instituído e reconhecido de atuação e investigação psicossocial. Considera-se que um dos principais desafios atuais não é mais a luta pela abertura de espaços de atuação, mas sim refletir criticamente como é que se dá essa atuação. Com seu desenvolvimento, depara-se com algumas questões, como a relação entre teoria e intervenção e principalmente a relação entre teoria, intervenção e prática política.

No que se refere à relação entre teoria e intervenção, muitas vezes constata-se uma polarização em que, inadvertidamente, pode haver uma divisão entre uma “Psicologia Comunitária Acadêmica” e uma “Psicologia Comunitária Pragmática³”. A primeira está relacionada à Instituição Universitária, que em seu labor se ocupa das investigações e reflexões sobre os distintos temas que envolvem a Psicologia Comunitária, sendo aquela que “pensa” e que tem visibilidade nas Associações Científicas. A segunda está relacionada às instituições de trabalho, sejam organizações governamentais, não governamentais, religiosas etc., que atuam diretamente com a população; *grosso modo*, é aquela que “faz” e tem visibilidade para a população. A primeira pode ser injustamente *estereotipada* por um academicismo abstrato, por não intervir diretamente (um “psicólogo comunitário de gabinete”) e a segunda por uma prática espontânea, sem fundamentação teórica e que não produz conhecimento, ou seja, no primeiro caso, uma reflexão sem ação, e no segundo, uma ação sem reflexão: o

acadêmico sendo criticado por não “botar as mãos na massa”, e o técnico social por realizar práticas irrefletidas, algumas vezes somente ocupacionais e com a denominação genérica de “oficina”.

É patente que não concordamos com essa polarização, mas nota-se em alguns casos sua existência no debate dentro da Psicologia Comunitária. Muitas vezes a “Psicologia Comunitária Acadêmica” é a colonizadora da “Psicologia Comunitária Pragmática”, ditando o que se deve pensar e fazer, ocupando um lugar de dominância frente à outra, em que os pensadores são reverenciados em suas conferências, nas luzes da ribalta, e o técnico social se acotovela na platéia para escutar o “saber divino”. Por mais que a Instituição-Psicologia Comunitária tenha discursos democráticos e igualitários, ainda existe uma grande assimetria de poderes em seus fazeres. A partir de nossa experiência como psicólogo comunitário (entre 2002 e 2006) e como integrante da equipe de docência e supervisão do curso “Psicologia da Libertação e Comunitária: intervenções psicossociais⁴” (entre 2005 e 2008), defendemos que haja uma interação entre esses dois campos e sua perpétua retroalimentação, em que um contribua para a consolidação do conhecimento e da prática do outro e não apenas diga ao outro o que deve pensar ou fazer⁵.

Se a relação entre teoria e intervenção já é problemática, a questão fica ainda mais difícil quando se insere outro elemento tão avesso ao psicólogo tradicional: a política. Na sua formação, é um tema pouco discutido, muitas vezes tido como transcendente ao papel do

² “Ramo da Psicologia cujo objeto é o estudo dos fatores psicossociais que permitem desenvolver, fomentar e manter o controle e o poder que os indivíduos podem exercer sobre seu ambiente individual e social para solucionar problemas que os afligem e conseguir mudanças nesses ambientes e na estrutura social” (Montero, 2004, p.70, tradução nossa).

³ Figura-se essa divisão para dar visibilidade a uma tensão existente entre o saber e o fazer, em que a detenção do saber está relacionada ao exercício do poder.

⁴ Curso oferecido para profissionais da área social pelo Centro Cida Romano do Instituto Sedes Sapientiae (SP).

⁵ Talvez nossa posição possa parecer um contrassenso, visto que em nosso agenciamento artigo-leitor, o autor deste texto pertence ao grupo da “Psicologia Comunitária Acadêmica”, que visa transmitir um conhecimento aos alunos e técnicos sociais da “Psicologia Comunitária Pragmática”. Contudo, o que se pretende fazer justamente é problematizar o campo de atuação e reflexão, mais do que criar normas a serem seguidas e reproduzidas. E evidentemente esperamos que as proposições e reflexões postas nesse artigo também sejam alvo de críticas e suspeições e que possam gerar outros textos, reflexões e práticas.

psicólogo. Mas aqui se afirma que o fazer do psicólogo comunitário é um fazer político; sua ação e intervenção são indissociáveis da política. A intervenção e a reflexão do psicólogo comunitário estão diretamente relacionadas às formas de viver num coletivo, de suas relações sociais e da gestão da própria comunidade, envolvendo eminentemente relações políticas e de poder. Ao tocar no tema da política chega-se ao principal problema que será desenvolvido neste texto, do psicólogo comunitário enquanto intermediário do Estado e da população. Com o desenvolvimento e o reconhecimento social da Psicologia Comunitária, o psicólogo comunitário não é mais aquele personagem autônomo que chega por si mesmo à comunidade e trabalha com ela, querendo transformar as relações opressivas instituídas e potencializar as práticas coletivas dos agrupamentos (Andery, 1981). Atualmente, com o incremento dos projetos de intervenção das mais variadas políticas públicas do Estado, abriu-se uma grande área de atuação remunerada ao psicólogo comunitário, em que chega à comunidade como agente social, como prolongamento, do Estado.

Entretanto, ao se realizar a busca de artigos com o marcador “Psicologia Comunitária” na base de dados Scielo (em 03 de maio de 2013) não se encontram reflexões e críticas mais aprofundadas sobre sua relação com o Estado. Depara-se com artigos que, por exemplo, citam a relação da Psicologia Comunitária com as políticas públicas de assistência social (Ximenes, Paula, & Barros, 2009), de saúde pública (Amaral, Gonçalves & Serpa, 2012), as políticas sociais chilenas (Inzunza & Constanzo, 2009), o terceiro setor (Paiva & Yamamoto, 2010) etc., mas não uma problematização de sua relação com as políticas públicas como práticas de Estado; constata-se uma lacuna teórica. Mesmo obras como “Hacer para transformar: el método en la Psicología Comunitaria”, de Montero (2005), que discute prioritariamente a metodologia de intervenção da disciplina, não há um questionamento acerca da relação com a Instituição-Estado. Dessa forma, para efetuar

tal discussão, articulamos a Psicologia Comunitária às reflexões de pensadores que problematizam tal instituição, tais como expoentes do pós-estruturalismo francês, como M. Foucault, G. Deleuze e F. Guattari.

Por mais que essa expansão seja um fato positivo, por institucionalizar e multiplicar as áreas de intervenção psicossocial e fornecer um trabalho remunerado ao psicólogo, considera-se que, quando o técnico social perde de vista a dimensão institucional e política das diferentes instâncias em que está inserido, um montante de suas práticas pode reproduzir a codificação da razão de Estado. Ressalta-se esse aspecto, pois se entende o Estado como um Aparelho de Captura (Deleuze & Guattari, 1997) que pode ser definido como uma aparelhagem de normatização, de sobre-codificação dos fluxos sociais e de transmissão de determinadas formas de ser e pensar. Muitas vezes o técnico social empregado por determinada política pública se torna a correia de transmissão dessa lógica, tornando-se parte do aparato de captura. Compreende-se aqui que o Estado é uma instituição com uma lógica heterogênea às relações sociais e que procede por uma modulação das condutas e subjetividades via governamentalidade (Foucault, 1979), tema que desenvolveremos no segundo tópico.

Dessa forma, a problemática que surge é o complexo, senão paradoxal, lugar que a Psicologia Comunitária ocupa nesse agenciamento com o Estado, em que, por um lado, tem o objetivo de fomentar processos de reflexão sobre as práticas e relações instituídas no coletivo, o que denominamos, a partir de agora, fomentar processos de autoanálise e autogestão⁶, mas, por outro, está atrelada à lógica do Estado, sendo parte de seu Aparelho de Captura. Então colocamos a seguinte questão: a Psicologia Comunitária em agenciamento com as políticas públicas do

⁶ Pensamos que esses objetivos também podem ser da Psicologia Comunitária a partir da sistematização que Gregório Baremlitt (2002) faz das distintas correntes da Análise Institucional. Consideramos que são objetivos sintéticos para a atuação do psicólogo comunitário e comprometidos com o projeto da autonomia.

Estado contribui para a autonomia e emancipação dos coletivos ou serve aos processos de normalização e captura?

Considera-se que devido ao emaranhado institucional em que o psicólogo comunitário se insere, muitas vezes sem saber, mesmo dotado de boas intenções e aspirações transformadoras, acaba por reproduzir a razão de Estado, em algo que denominamos aqui “neocolonização” da população. Tal fenômeno está fundado na transmissão dos valores e numa sobrecodificação dos fluxos sociais na lógica do capitalismo e nas normas adaptativas do Estado.

Portanto, nosso objetivo neste ensaio é discutir a complexa trama institucional pela qual o psicólogo comunitário está inserido atualmente nas políticas públicas entre o Estado e a população, e as concepções de autonomia e micropolítica que podem ser norteadoras para suas práticas interventivas. Buscamos refletir sobre o horizonte das práticas políticas da Psicologia Comunitária que têm como objetivo a transformação social dentro do enquadramento das políticas públicas do Estado neoliberal, de tal forma que se “distancie” da faceta adaptativa de Estado e se aproxime de uma política da autonomia que fomente os processos de autoanálise e autogestão.

Para efetuar tal discussão, refletiremos sobre a relação entre Psicologia Comunitária, política e autonomia no primeiro tópico; os mecanismos de controle do Estado no segundo; a micropolítica e o lugar movediço que o psicólogo ocupa como instância intermediária entre o Estado e a população, que gera duas figuras profissionais, que distinguimos como o psicólogo na comunidade e o psicólogo comunitário, no terceiro tópico; e finalmente, no último, as considerações finais.

1 - A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA, A POLÍTICA E O PROJETO DA AUTONOMIA

Neste tópico, pretendemos desenvolver a relação entre a Psicologia Social e Comunitária com a política e o projeto de autonomia. A

“Psicologia Social *mainstream*” (hegemônica), de caráter experimental, até aproximadamente a década de 1960 realizava pesquisas predominantemente com uma metodologia positivista, arrogando-se o direito de dizer-se uma “ciência neutra”, buscando o estatuto metodológico das Ciências Naturais (Íñiguez, 1995). Ao sustentar o discurso de ciência neutra, colocava-se em lugar à parte das discussões sociais ou políticas. A crença e discurso, que não consideravam a política, tinham primazia na Psicologia não só pela aspiração positivista da Psicologia Social e Experimentalmas também pela postura despolitizada da Psicologia de uma forma geral, que se interessava primeiramente pelo comportamento do sujeito e deixava em segundo plano as questões sociais e políticas. Dessa forma, no fim dessa década houve a chamada “crise da Psicologia Social”, em que tais pesquisas com enfoque positivista foram criticadas em relação à sua eficácia e função social. Como emblema de “renovação” na Psicologia Social europeia, um marco histórico é o texto “A Psicologia Social como História” (Gergen, 1998), que questiona a abordagem despolitizada da “Psicologia Social *mainstream*” e impulsiona reflexões, críticas e práticas inseridas no contexto social-histórico. Nesse período, muitos psicólogos sociais começaram a problematizar a faceta política de seu campo de conhecimento.

Na América Latina, tem-se um movimento que caminha por outras linhas, derivadas de discussões sociais e políticas que assumem um caráter crítico frente à dominação social das elites e do imperialismo norte-americano. Tais críticas se difundem em distintos campos e culminaram na composição da Teologia da Libertação, da Filosofia da Libertação, da Pedagogia da Libertação, da Sociologia da Libertação (ou sociologia crítica ou militante) e posteriormente da Psicologia da Libertação. Pensadores e militantes expoentes desses movimentos são, respectivamente, o ex-frade brasileiro Leonardo Boff (1975), o filósofo argentino Enrique Dussel (1994), o educador brasileiro Paulo Freire (1970), o cientista político colombiano Orlando Fals Borda (1959)

e o jesuíta e psicólogo espanhol radicado e assassinado em El Salvador Ignacio Martín-Baró (1998). O termo libertação está relacionado à emancipação frente à dominação social exercida pelas classes dominantes sobre a maioria da população que, em grande parte, está em condições de miserabilidade material. “A libertação é o fim de toda e qualquer proposta que parta da crítica da realidade posta, [...] é a busca por superação das condições impostas por uma ordem social injusta, conflitiva e de opressão” (Guzzo & Lacerda Jr., 2011, p. 30). Tais correntes têm forte inspiração no Marxismo, intensa implicação política, compromisso com a autonomia social e são referenciais fundantes da Psicologia Comunitária latino-americana. Além de serem novos campos de conhecimento, também foram importantes armas de luta política.

Conforme os cientistas políticos Bobbio, Mateucci e Pasquino (1991), entende-se que o termo política deriva etimologicamente da palavra polis (politikos) e que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisões do Estado e sobre as várias formas de Governo [...] (p. 954).

Desse modo, compreende-se a política como a prática social da polis, como as formas de gestão da vida de um coletivo, em que há o exercício de relações de poder que entram em conflito e negociação para decidir os rumos de determinado agrupamento. As práticas políticas não estão restritas às instituições com objetivos políticos, mas estão difusas em toda existência dos sujeitos e coletivos. Ao radicalizar essa ideia, todas as práticas sociais são práticas políticas, pois todas são portadoras de poder, não apenas as práticas instituintes, portadoras de novidade e criadoras de realidade, mas também as práticas instituídas, reprodutoras de determinada ordem social. Abordar as práticas sociais como políticas implica criar um

determinado regime de visibilidade, um ângulo de visualização sobre como atuam as relações de poder nas relações sociais e de como produzem e reproduzem realidades.

De acordo com tal definição, pode-se entender que o labor do psicólogo comunitário num coletivo, ao discutir e trabalhar processos de autoanálise e autogestão, com uma análise dirigida pelo coletivo sobre suas próprias práticas e valores e sobre suas relações de poder, necessariamente move com os processos políticos dos agrupamentos, pois tal prática pode questionar seus processos de autoinstituição e colocar em relevo a sua organização e divisão de poderes. Por mais que o psicólogo na comunidade possa não ter consciência da faceta política de sua prática, seu trabalho irá influir nas relações e configurações de poder, podendo reproduzir a heteronomia social existente ou fomentar processos que se aproximem do projeto de autonomia; enfim, a Psicologia Comunitária é indissociável da política.

É por isso que se pensa que é de suma importância o psicólogo comunitário compreender quais são os efeitos políticos de suas práticas, para que, com isso, possa sempre redefinir e repensar sua atuação. E politicamente defende-se que o labor do psicólogo comunitário esteja comprometido com a comunidade em que intervém, com o fomento da autonomia, para que possa gerar processos de transformação social em que o coletivo possa se criticar, autoinstituir-se e recriar-se. Os teóricos e militantes da libertação, como Martín-Baró (1998), buscavam exatamente isso, refletir de modo crítico sobre a estrutura e os processos sociais e intervir para que se pudesse constituir outro tipo de gestão da sociedade, com fim a uma autonomia social.

A discussão da autonomia ocupa lugar central nesse debate da constituição de outra sociedade possível frente à dominação social e heteronomia instituída. Por autonomia entende-se, conforme o filósofo Cornelius Castoriadis (2006), a possibilidade de a sociedade poder questionar suas instituições, leis, normas, regras, estratificação social,

representações herdadas e significações imaginárias sociais, tanto no âmbito social quanto no individual. O projeto da autonomia refere-se ao rompimento da clausura das instituições e a possibilidade de criar mudanças no instituído; refere-se então à irrupção de um potencial instituinte e é eminentemente criador. Por autonomia entende-se a possibilidade de um coletivo poder criticar-se e pensar-se, criando seu próprio conjunto de leis (nomos), gerindo sua própria vida, num processo de autoinstituição e autogoverno, ou seja, em que o coletivo possa (re)criar-se e governar-se.

Dessa forma, entende-se que o projeto da autonomia está intimamente ligado à política, à ideia da gestão da vida de um coletivo. Mas trata-se de uma política em que haja uma soberania popular, em que o próprio coletivo possa se gerir e construir os caminhos que irá trilhar. Castoriadis (1992) afirma: a criação pelos gregos da filosofia e da política é a primeira emergência histórica do projeto de autonomia coletiva e individual. Se quisermos ser livres devemos fazer nosso nomos. Se quisermos ser livres, ninguém deve poder dizer-nos o que devemos pensar (p. 138).

Esse posicionamento de Castoriadis fundamenta-se em suas críticas à heteronomia instituída, na naturalização da hierarquia social, em que há a alienação frente às regras sociais instituídas. Há uma “legitimação” da assimetria de poderes na sociedade, heteronomia que está presente tanto nas formações sociais como na estrutura psíquica dos seus indivíduos. Tal heteronomia está tão marcada que se legitimam os fatos de que poucos deliberem sobre a vida de grandes coletivos e da reprodução de leis das quais se desconhecem as significações e os sentidos de existir.

Então, a partir do filósofo grego, conjectura-se que o projeto de autonomia pode ser encarado como a reapropriação do poder e da potência dos coletivos de autogerir, autogovernar, ou seja, autoinstituir-se. A autonomia se calca no projeto político que visa a potencializar a ação e a reflexão dos coletivos sobre suas próprias vidas frente à dominação

da heteronomia instituída e do imaginário capitalista. A autonomia, então, pode ser pensada como um projeto de “libertação dos povos”.

Considera-se, assim, que ao psicólogo comunitário é desejável que tenha essa concepção de política em sua atuação, uma concepção que fomente as práticas de autonomia e autogoverno de um coletivo. Por isso é que se defende que o técnico social com seus conhecimentos psicossociais deve fomentar processos de autoanálise e autogestão nas comunidades onde intervém. Fomentar processos de autoanálise não quer dizer que o técnico social chegará com um conhecimento superior que a população irá reproduzir, mas sim que desenvolverá dispositivos e ferramentas com os coletivos, que lhes possibilitarão autoanalisar mais criticamente em suas práticas, posições e valores instituídos. A proposta é de que o psicólogo comunitário contribua com o coletivo com a constituição de dispositivos que operacionalizem o seu “pensar”, e não que diga o que se deve pensar.

Fomentar processos de autogestão significa levar ao extremo o projeto de uma autonomia instituinte contra a heteronomia instituída e colocar em suspeição a divisão de poderes instituída na sociedade e num coletivo (Castoriadis, 1992). Por que há uma divisão entre aqueles que mandam e outros que são mandados? Por que em muitos casos há divisão de poderes num coletivo em relação a diferenças de renda, de gênero, de idade, de escolarização, de raça e de orientação sexual? Esses dois processos de autoanálise e autogestão levam a um questionamento da vida dos coletivos (Baremblytt, 2002) que é um passo importante e fundamental para que se comece a criticar a heteronomia instituída e persiga-se a construção da autonomia, de um autogoverno e autodeterminação dos povos e dos coletivos.

Dessa forma, reafirma-se que a prática política do psicólogo comunitário deve estar comprometida com o fomento e exercício da autonomia, visto que ele pode, com seus dispositivos de intervenção, potencializar as

ações e reflexões dos coletivos. Ele deve potencializar e fomentar os processos de autoanálise e autogestão e não pensar e ordenar o que os coletivos devem fazer. Ressalta-se isso porque é muito fácil, e sedutor, ao técnico social assumir o lugar do saber frente ao coletivo, colocando-se em lugar assimétrico de poder e muitas vezes reproduzindo a mesma heteronomia social existente. Por isso sustenta-se que ele deve desenvolver dispositivos que efetuem processos que potencializam os coletivos (Montero, 2004, 2005) e não mantenham a mesma dominação social, para que os coletivos por si mesmos se potencializem e se autodeterminem. Enfatiza-se tal aspecto, pois é necessário evitar que se forme uma dependência dos membros da comunidade em relação ao técnico social, pois o psicólogo comunitário assume um lugar de saber que gera efeitos de poder. Tais ressalvas estão relacionadas ao perigo da não percepção desse lugar e no recrudescimento dos lugares de poder (Hur, 2010) em que, muitas vezes, o psicólogo comunitário pode criar laços de dependência da comunidade a ele, o que seria a reprodução da heteronomia, do discurso heterônomo da sociedade capitalista, no discurso heterônomo do psicólogo. Portanto, entende-se que toda prática interventiva do psicólogo comunitário está entremeadada de práticas políticas, e seu objetivo deve estar ligado ao projeto da autonomia para fomentar transformações sociais no cotidiano e na vida do coletivo.

2 - O ESTADO E A GOVERNAMENTALIDADE

Neste tópico, será discutida a possibilidade da efetivação de transformações sociais quando o Psicólogo Comunitário é um agente direto do Estado. Na introdução, afirmamos que as políticas públicas do Estado abriram um grande campo de atuação do psicólogo na comunidade, seja sendo agente direto do Estado seja de alguma Organização Não Governamental – ONG, ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP,

que têm seus financiamentos de alguma forma ligados à esfera pública. Nessa modalidade de relação, o Psicólogo Comunitário é um profissional que está regido pelas regras da instituição que o contrata, seja aos objetivos de determinada Secretaria do Estado seja da ONG que o emprega. Portanto, ele é regido por um contrato empregatício pelo qual recebe uma remuneração para executar o seu trabalho. Tal contexto gera efeitos práticos diretos, pois no atrelamento entre Psicólogo Comunitário como empregado de determinada instituição ele está a serviço desse estabelecimento. Assim, o profissional tem que executar um trabalho que esteja em conformidade aos interesses políticos da organização que o emprega, tornando-se um prolongamento da sua lógica institucional (Guirado, 1987).

Em nossa experiência profissional constatamos que o psicólogo fica atrelado às demandas das instituições que o empregam, que estão pressionadas por resultados que indiquem a eficácia de determinada intervenção social para a comunidade. A demanda por resultados das intervenções tem em vista justificar o investimento do dinheiro público do Estado ou de doações de empresas ou de particulares. Esses indicadores de eficácia social também têm certa complexidade, pois algumas medidas como, por exemplo, o aumento da sociabilidade em determinada região, são muito difíceis de serem quantificadas, o que não as torna menos importantes. Então, as organizações necessitam criar um regime de visibilidade dos “bons” resultados da intervenção, para que consigam captar mais recursos financeiros que mantenham a sua existência, o salário de seus funcionários e a realização dos seus projetos. Nesses casos, entretanto, muitas vezes nota-se uma despolitização da prática de intervenção comunitária, em que a instituição não se interessa primariamente em fomentar a autonomia nos coletivos em que intervém e sim dar visibilidade ao grande público de seus resultados, fazendo vídeos e publicações da intervenção para tentar aparecer na mídia.

Além da lógica de mercado para o financiamento dos projetos, quando as ONGs se preocupam em poder “vender” um projeto, soma-se também a problemática da transmissão da razão de Estado que está embutida em uma série de projetos sociais. Tal lógica governamental (Foucault, 1979) dá maior caráter de reprodução da heteronomia instituída do que fomento da autonomia aos coletivos sociais; compreende-se que o psicólogo na comunidade pode ser o transmissor dessa razão de Estado, muito mais heterônoma que autônoma.

Considera-se que a tensão entre Estado e sociedade é um dos temas mais discutidos na história das Ciências Políticas. No pensamento clássico, o Estado era apreendido como a instituição, com suas leis e aparelhos, gestora do contrato social firmado por um coletivo. Pode-se citar a oposição histórica entre T. Hobbes (1974) e J. J. Rousseau (1980). O primeiro desenvolveu o ponto de vista da negatividade, em que o Estado defende os coletivos da guerra de todos contra todos à custa da submissão às suas leis coercitivas, enquanto o segundo desenvolveu o ponto de vista da positividade, mais otimista, em que o contrato social potencializa as ações dos sujeitos, num modelo de soberania popular conjugado à manutenção das liberdades individuais. Considera-se que ambas as visões têm sua parcela de razão, em que esse aparelho providencia uma potencialização da ação do coletivo, ao mesmo tempo em que o sujeito tem que abrir mão de parte de suas vontades individuais ao subjugar-se às leis do coletivo.

Contudo, o pensamento político foi marcado por uma visão mais crítica ao Estado, como o pensamento marxista-leninista, que o compreende como um aparelho de dominação a serviço das classes dominantes e que mantém a estratificação e a hierarquia de poderes na sociedade. Tal visão referenciou o principal projeto dos grupos revolucionários de esquerda, que foi tomar o poder do Estado para transformá-lo e posteriormente destruí-lo (Lenin, 1983). Nesse modelo, a importância que o Estado assume é clara, sendo o aparelho

que domina a sociedade. Para que tal lógica fosse revertida, deveria ser dominado e controlado, para que assim a Revolução pudesse ter êxito.

O filósofo Michel Foucault aborda a discussão sobre o Estado em outros termos. Ao invés de discutir sua suposta totalidade, como nos Estados imperiais, centrada na figura do soberano, Foucault (2008) opera uma inversão, afirmando que “(...) o que há de importante para a nossa modernidade, isto é, para nossa atualidade, não é portanto a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de ‘governamentalização’ do Estado” (pp. 144-145). Para o filósofo, essa governamentalização do Estado foi o que permitiu sua reprodução até os dias de hoje. Refere-se a uma “capilarização” da razão de Estado nos espaços mais regionalizados, mais localizados, através dos mecanismos disciplinares (Foucault, 1984) e dos mecanismos de segurança (Foucault, 2008) aos quais Deleuze (1992) prefere chamar de mecanismos de controle. O surgimento dos mecanismos disciplinares se deu com a constituição de dispositivos de normalização que saíram do âmbito direto da jurisdição do Estado, provindo de outras instituições, como a Psiquiatria, a Psicologia etc. e que agiam diretamente no corpo da população. Constituiu-se de uma série de mecanismos disciplinares que tratavam da gestão da vida do coletivo, estabelecendo os saberes de um poder sobre vida, das políticas da vida, ou melhor, de uma biopolítica. Já os mecanismos de segurança são mecanismos mais “sofisticados” de controle, que não tratam apenas de vigiar os corpos, de agir sobre eles, mas sim de agir diretamente sobre o comportamento, ou, conforme o pensador italiano Maurizio Lazzarato (2006), agir diretamente sobre o cérebro e a memória. Com a sofisticação das técnicas de governamentalização, atualmente já não são mais as técnicas biopolíticas que têm primazia e sim as técnicas noo-políticas, de um poder sobre o pensamento, o poder sobre a memória; não mais as políticas da vida e sim as políticas do pensamento (Lazzarato, 2006). Se, por um lado, colocava-se que os mecanismos

disciplinares da biopolítica fundamentavam-se na vigilância de corpos encerrados numa instituição total, a noo-política opera seu controle no espaço aberto por modulação dos comportamentos, moldando os pensamentos e os desejos dos coletivos.

La noo-política (el conjunto de las técnicas de control) se ejerce sobre el cerebro, implicando en principio la atención, para controlar la memoria y su potencia virtual. La modulación de la memoria sería entonces la función más importante de la noo-política. Si las disciplinas moldeaban los cuerpos constituyendo hábitos principalmente en la memoria corporal, las sociedades de control modulan los cerebros y constituyen hábitos principalmente en la memoria espiritual (Lazzarato, 2006, p. 100).

Dessa forma, afirma-se com Foucault e Lazzarato que se desenvolveram mecanismos sofisticados de gestão governamental que não mais partem de um Estado totalizado, mas sim de uma governamentalidade difusa no espaço social, que não provém apenas do Governo, mas também de instituições de saber que carregam a mesma razão. Por mais que a ideia de governamentalidade (Foucault, 1979) tenha uma origem distinta da ideia do Estado como Aparelho de Captura (Deleuze & Guattari, 1997), aqui se opera uma aproximação entre os dois conceitos. Defende-se que a lógica de governamentalidade efetua uma sobrecodificação dos fluxos sociais tal como um Aparelho de Captura, mas sendo uma captura difusa, regionalizada, localizada, que não provém de apenas um lugar.

Com essas concepções de funcionamento da governamentalização, entendemos que a razão de Estado se encontra regionalizada em suas diversas instituições, em que o controle não é apenas biopolítico, mas principalmente noo-político. Sobre essa questão da modulação do pensamento, das políticas do pensamento, adiciona-se a concepção de Deleuze e Guattari (1997) de que o Estado, em nosso caso difuso, cria e propaga uma imagem de pensamento, uma forma de pensar, ou seja, a governamentalidade do Estado eminentemente é noo-política. Não se deve

esquecer que tal governamentalidade funciona pela lógica do capitalismo, em que a imagem de pensamento propagada por esses mecanismos de controle é modulada pelo funcionamento capitalista (Deleuze & Guattari, 1976).

Desenvolve-se essa discussão conceitual para fundamentar a compreensão da relação do Estado com o social. Considera-se que há uma mentalidade de governabilidade que segue a lógica do capital, difunde-se nos mais variados espaços e modula os fluxos sociais. Desse modo, entende-se que tais mecanismos de governamentalização estão muito distantes de gerar a autonomia que se defendeu no primeiro tópico, pois reproduzem e transmitem a lógica do capitalismo, que é uma lógica competitiva, excludente e de extração da mais valia.

Considera-se que a lógica da governamentalidade se intensifica mais ainda quando o técnico social se atrela diretamente a algum mecanismo de Estado. Gera-se assim essa contradição entre uma prática que deveria fomentar autonomia, mas que muitas vezes reproduz essa lógica heterônoma, constituindo-se mais como mecanismo social de controle da população, como mecanismo difusor e propagador da noo-política da governamentalidade, ao invés de dispositivo fomentador de processos de autoanálise e autogestão. Desse modo, deparamo-nos com esta problemática: o psicólogo comunitário agente das políticas públicas do Estado consegue fomentar o projeto de autonomia social nos coletivos em que intervém?

3 - NEOCOLONIZAÇÃO E MICROPOLÍTICA: O PSICÓLOGO NA COMUNIDADE E O PSICÓLOGO COMUNITÁRIO

Ao longo do texto considera-se que os objetivos da intervenção do psicólogo comunitário são os de fomentar processos de autoanálise e autogestão na comunidade com o compromisso do projeto de autonomia social. No entanto, um grande campo de empregabilidade para psicólogos comunitários

surgiu com variados projetos relacionados às políticas públicas. As políticas públicas podem ser entendidas como a “soma das atividades dos governos que agem diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos” (Souza, 2006, p. 24). Portanto, tais políticas, por serem práticas de governo, carregam em si a razão governamental de Estado e conseqüentemente contribuem para a manutenção da heteronomia social, tendo em vista a sua natureza eminentemente conservadora. Desse modo, compreende-se que a política pública em si, como prática de Estado, já traz uma lógica vertical que incita mais a conservação do que a transformação. Entretanto, é polêmica tal afirmação, pois há uma série de programas sociais, como, por exemplo, o Programa Fortalecendo a Família⁷- PFF, que tinham como objetivo justamente levar autonomia e cidadania para as comunidades em que se trabalhou, ou seja, promover transformação social (Wanderley & Oliveira, 2004). Então, necessariamente um projeto social de Estado reafirma a lógica da governamentalidade?

Compreendemos que qualquer transformação social que alguma política pública defenda ou está apenas no âmbito discursivo do projeto em questão ou ocasiona uma mudança que não põe em risco a atual conformação das relações de forças na sociedade, porque o Estado, como qualquer outra instituição burocratizada, como defende o psicólogo institucional Jose Bleger (1980), primeiramente tem como tarefa manter a sua sobrevivência, antes de efetuar as tarefas que estão teoricamente previstas a efetivar. O PFF podia ter como objetivo levar autonomia e cidadania às regiões periféricas do município de São Paulo, mas não logrou êxito nos seus

objetivos pela própria natureza conservadora-burocrática do Estado e dos seus mecanismos de gestão, tal como mostram os resultados das publicações sobre a intervenção (Wanderley & Oliveira, 2004; Hur, 2010). Se efetivamente a autonomia e a cidadania defendidas fossem efetivadas, haveria uma intensa movimentação social na região que poderia alterar o agenciamento de relações de forças instituídas, o que geraria demandas sociais que o Estado não poderia contemplar e que possivelmente causariam fissuras em seu funcionamento. No entanto, antes que se chegasse a tal ponto, haveria uma série de bloqueios institucionais, ou boicotes, aos objetivos, para que não se efetivasse tal transformação social que se aproximaria do projeto da autonomia social. E os bloqueios sempre seriam discursivamente justificados com as “velhas desculpas” de falta de articulação entre as distintas secretarias do Estado, ou falta de verbas, ou à “despolitização e não participação da população” etc. É o que o filósofo Gilles Deleuze (1994) sustenta: não existe um Estado de esquerda, há apenas um Estado permeável a algumas demandas da esquerda; ou o que o cientista político John Holloway⁸ (2003) pronuncia: “O Estado é exatamente o que a palavra sugere: um bastião contra a mudança, contra o fluxo do fazer, a encarnação da identidade” (p. 115), ou seja, um espaço heterônomo que bloqueia as aspirações autônomas. E prosseguimos com a crítica: se um programa social do Estado gera transformação social em caminho à autonomia, isso não se deve à política pública em si, mas sim às características antiestatais que seus técnicos e os coletivos sociais assumem, ou justamente quando agentes do Estado deixam de ter prática de Estado ao assumirem o projeto da autonomia.

Por mais polêmico que pareça o nosso discurso, não se afirma que toda política pública de Estado é inócua, mas sim que suas práticas desprovidas da crítica não levarão à transformação social no caminho da

⁷ Programa social ligado às políticas públicas de assistência social da Secretaria da Assistência Social da Prefeitura do Município de São Paulo – SAS-PMSP, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – SEADS-SP e Universidades conveniadas do Estado realizado nos anos de 2002 e 2003 na Grande São Paulo, em que foram atendidas, por 70 psicólogos e assistentes sociais, 14.000 famílias, em grupos. O autor deste texto trabalhou como psicólogo de grupos em região periférica do município.

⁸ Holloway (2003) intensifica sua crítica ao afirmar que as revoluções socialistas fracassaram devido à reprodução da forma e da lógica do Estado em que sempre estava em questão sua tomada de poder e controle do seu aparato.

autonomia. Concorda-se com que os resultados de muitos projetos de redistribuição de renda, de distribuição de cestas básicas, de prevenção de DST-AIDS, de controle da natalidade, de discussão de relações familiares, de reinserção no mercado de trabalho, de atividades esportivas e ocupacionais, ou até atividades psicoterapêuticas etc. tenham alguma eficácia, auxiliem muita gente e possam trazer sentimentos de satisfação à comunidade. Contudo, dificilmente operam na problemática da confrontação com as relações instituídas de poder na sociedade, principalmente nos espaços macropolíticos. Tais projetos sociais podem ter bons resultados, mas sempre são resultados que raramente interferem nos agenciamentos de poder instituídos e muitas vezes reforçam a heteronomia social. Voltamos a afirmar: quando a intervenção do psicólogo comunitário empregado por política pública leva o coletivo a uma reflexão e a uma ação problematizadora das relações de poder instituídas é justamente quando “deixa de ser Estado”, quando opera segundo uma lógica antigovernamentalidade e defende uma noo-política da autonomia, o pensar sem imagens (Deleuze, 2006), e não a noo-política de Estado.

Dessa forma, há uma tendência da atuação do psicólogo empregado por uma política pública, ou por uma ONG, na comunidade, para uma prática que não chega a problematizar efetivamente os problemas políticos existentes no coletivo (Hur, 2010) e, pior, muitas vezes apenas se atém a questões técnicas da profissão do psicólogo que se restringe às práticas clínicas, lúdicas e ocupacionais, as quais, em muitos casos, recebem o nome de oficinas (Wanderley & Oliveira, 2004). Nessas oficinas ocorre muitas vezes um trabalho para não transformar (Fernandes, 2005) e o investimento de uma força que não implica deslocamento e mudança. Não nos impressiona então quando, mesmo no encerramento de um programa social do qual participamos, a preocupação dominante permanece sendo questões técnicas ao invés de questões políticas, por

exemplo, que tipos de atividade realizar e que referenciais teóricos e técnicos seguir, como se fossem essas as questões mais importantes da intervenção psicossocial. Compreendemos que um fator que afasta o projeto do seu objetivo de transformação social é o deslocamento da problemática política para a problemática técnica⁹, havendo a inversão entre meios e fins. Nesses casos em que o meio se torna o fim, esquece-se de que a teoria e a técnica são os meios, a “caixa de ferramentas” (Foucault, 1979) para a efetivação de determinado objetivo social e político que seria a transformação social, ou seja, focaliza-se mais a técnica psicossocial-pedagógica que vai ser aplicada do que a eficácia política da ação em si.

Então, referenciados nas reflexões de Bleger (1980) sobre o psicólogo da e na instituição, denominamos *psicólogo na comunidade* aquele que tem uma preocupação mais técnica em sua atuação, que não tem compreensão da trama institucional e política em que está inserido. Já o outro, aquele que está comprometido com o projeto de autonomia, com o fomento de processos de autoanálise e autogestão e percebe as amarras institucionais, que são a base e o bloqueio de sua prática, denominamos *psicólogo comunitário*. Infere-se que, devido à formação despolitizada na maior parte dos cursos de graduação em Psicologia, temos um número muito mais elevado de psicólogos na comunidade do que de psicólogos comunitários, algo desejado para as políticas e práticas de Estado.

Consideramos então que o psicólogo na comunidade, devido ao seu alheamento às questões políticas, está a serviço da razão de Estado, transmitindo tal lógica e valores para a população. O psicólogo na comunidade funciona como propagador dos valores

⁹ Os múltiplos dispositivos teóricos e técnicos da Psicologia auxiliam esse deslocamento da problemática política para a problemática técnica, dentro do projeto social. Já vimos muitas vezes o foco das discussões deixar de ser a problemática política de intervenção para se tornar uma discussão teórico-técnica entre as distintas “seitas teóricas” existentes.

capitalistas-estatais e é o agente privilegiado da noo-política que, com seus conhecimentos teórico-técnicos, transmite a imagem de pensamento de Estado, podendo sobrecodificar os fluxos sociais dos coletivos nessa lógica, agindo, assim, num processo de captura, que chamamos aqui de *neocolonização*. Enquanto a colonização se operava de um povo a outro, com distintas culturas e espaços geográficos, com os fins de conquista político-territorial, consideramos que a neocolonização acontece no seio de um próprio povo, mas que, devido às suas distinções sociais internas, os grupos dominantes transmitem seu pensamento hegemônico a partir dos sofisticados mecanismos noo-políticos, muito mais sutilizados: a conquista já foi realizada, o que importa agora é fazer as minorias sociais pensarem tal como a lógica da governamentalização, aceitando assim, de forma não consciente, sua submissão. O momento da colonização foi o da conquista e subjugação; o momento da neocolonização é o de valorar o mundo igual ao dos grupos hegemônicos, legitimando o lugar de dominação social por meio da “moralização” dos hábitos e costumes.

O psicólogo na comunidade é o agente noo-político que funciona como correia de transmissão e propagação da lógica de pensamento do Estado e que mantém a heteronomia social instituída. O mais contraditório é que, muitas vezes, o psicólogo na comunidade pode estar com as melhores intenções, mas, por desconhecimento da trama política, por não ter instrumentos analíticos para a compreensão dos contextos sociais e políticos, pode acabar por reproduzir a dominação.

Já o psicólogo comunitário empregado pela política pública ocupa um lugar duplo: por um lado ele é representante do Estado, mas por outro está compromissado com o projeto de autonomia social dos coletivos. Ele ocupa um espaço *entre-dois*, sendo intermediário dessas duas formações sociais heterogêneas, ele mesmo sendo uma formação híbrida entre os dois espaços. Termina por ter uma atribuição

dupla, como agente do Estado, mas como alguém que trabalha para a autonomia da população: ele forma e transgride cada um desses segmentos. Dessa forma, o psicólogo comunitário tenta trabalhar de outra forma, numa atuação que vai além de suas atribuições técnicas para tentar efetivar os objetivos teóricos transformadores do projeto social, transgredindo, assim, o enquadramento instituído e tentando ocasionar *dobras* na instituição. Ele passa a organizar encontros e reuniões fora do seu horário de trabalho¹⁰ com lideranças comunitárias, com equipamentos do Estado, investe mais em sua formação teórico-técnico-política para conseguir traçar mais linhas e redes que possam abrir caminhos para a realização do projeto de autonomia social, trilhando não só os espaços e práticas institucionais mas também os espaços e práticas intersticiais. No entanto, chega-se a um momento em que o psicólogo comunitário se sente muito desgastado pela carga de trabalho extra e não remunerada que tem e, principalmente, quando percebe seu paradoxo: a própria instituição para a qual trabalha, o Estado, coloca entraves aos objetivos do projeto estipulado.

Para lidar com tal contradição, pensamos a micropolítica como possibilidade de atuação do psicólogo comunitário frente à captura do Aparelho de Estado, como horizonte de fomento aos processos de autoanálise e autogestão. Por micropolítica entendem-se as relações políticas que se operam nas práticas cotidianas, do dia a dia, não apenas em instituições com fins políticos, mas também na microesfera da vida, como, por exemplo, as relações políticas e de poder que se desenrolam no bairro, na associação comunitária, na escola, no posto de saúde, na família, com os amigos, no casal, com os filhos, ou seja, o que se refere a uma microfísica do

¹⁰ O Prof. Dr. Salvador Sandoval (comunicação pessoal, 16 de outubro de 2007) costuma falar bem-humoradamente em suas discussões sobre políticas públicas que o psicólogo comunitário é o “profissional-ameba”, tendo que se plasmar e se transformar constantemente para conseguir transitar entre essas duas formações sociais heterogêneas e para tentar efetivar os objetivos do projeto social.

poder (Foucault, 1979). A micropolítica não é algo descontínuo à macropolítica, apenas se situa num ponto mais localizado, regionalizado, como a relação que Guattari (1987) faz entre o molecular e o molar, ou seja, as agitações e transformações micropolíticas também podem levar a transformações mais amplas no conjunto social. Ela não apenas está envolta por questões relacionadas ao poder, mas também pela “questão de uma analítica das formações do desejo no campo social” (Guattari, 1986, p. 127). No seu projeto ético-político Guattari (1988) levanta como objetivo da micropolítica:

A tarefa de uma tal pragmática consistirá então em operar conexões entre os sistemas transformacionais capazes de anular os efeitos das gerações significantes e discernir as orientações micropolíticas concernentes ao conjunto dos sistemas semióticos caminhando no sentido de ‘revoluções moleculares’. [...] Em cada situação o objetivo esquizo-analítico¹¹ consistirá em livrar a natureza das cristalizações do poder que se operam em redor de um componente transformacional dominante (p. 173).

Desse modo, o psicólogo comunitário opera seu trabalho focando as problemáticas do poder nessas distintas instâncias, buscando promover processos de reflexão que tenham em vista des-institucionalizar as relações de poder estratificadas socialmente, fomentando os processos desejantes de autoanálise e autogestão voltados para uma nova configuração de relações de poder, proporcionando assim, nos dizeres de Guattari (1987), revoluções moleculares. Portanto, entende-se que a micropolítica causa fissuras no instituído, podendo ocasionar situações de crise, mas não em seu sentido negativo, pois a crise deve ser pensada como um momento potencial de transformação (Kaës, 1979). Pois é o instante em que se (des)valora,

desterritorializa-se, o que se vive, podendo acarretar novas associações, acontecimentos e um movimento de transmutação em que o coletivo pode realizar um movimento de suspeição sobre a realidade social, desconstruindo a lógica da governamentalidade e as estruturas psicossociais heterônomas num exercício de autoanálise e autogestão. Em decorrência desses preceitos, pensamos que, no fazer micropolítico, as atividades propostas aos coletivos têm que ser pensadas conjugando-se o projeto da autonomia com os objetivos e restrições da política pública, em que sejam planejados os fazeres da intervenção conjuntamente com a população, levando em consideração a estrutura institucional em que se está inserido, seus limites e potenciais de transformação.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, buscamos discutir o complexo lugar que o psicólogo comunitário ocupa quando empregado em projeto social relacionado a alguma política pública. Compreendem-se as políticas públicas como práticas de Estado que transmitem sua razão governamental. Assim, problematizamos a atuação do psicólogo comunitário nesse campo, em que pode agir como transmissor dessa lógica contrária ao fomento de uma autonomia que, contudo, ele defende.

Dessa forma, distinguimos a atuação do psicólogo na comunidade do psicólogo comunitário. O primeiro, alheio aos agenciamentos políticos do projeto em questão, passa a reproduzir e transmitir a noo-política de Estado aos coletivos em que intervém, correndo o risco de operar uma “neocolonização” a partir da lógica da governamentalidade do Estado. O segundo, consciente das contingências políticas e institucionais, opera na articulação entre política pública regida por uma lógica heterônoma e o projeto de autonomia, lançando-se assim ao campo da

¹¹ O discurso de F. Guattari versa sobre o objetivo micropolítico do campo de saberes que criou com o filósofo Gilles Deleuze, a Esquizoanálise. Em nosso texto “roubamos” tal objetivo para a Psicologia Comunitária, pois consideramos que ele está comprometido com o mesmo projeto da autonomia.

experimentação e criação de uma prática coletiva sem fins determinados.

Consideramos a autonomia um projeto a ser perseguido pelo psicólogo comunitário e um princípio que implica o fomento dos processos de autoanálise e autogestão dos coletivos sociais, incitando assim processos de potencialização da vida desse coletivo e não uma neocolonização. Ao lado do projeto da autonomia, adicionamos também a micropolítica como uma estratégia de atuação privilegiada e transformadora.

Levantar crítica radical às políticas públicas não quer dizer que consideramos que elas são ineficazes e que não alteram a conjuntura social; o que se pretende colocar é que há uma tendência a que os projetos ligados a essas políticas reproduzem a razão de Estado, muitas vezes corroborando a heteronomia social instituída e difundindo o processo a que chamamos de neocolonização. E há o risco de o psicólogo reproduzir essa lógica, na medida em que está empregado e atrelado às políticas de Estado.

Por isso, perseguir o objetivo da autonomia na sociedade atual não é algo simples, pois o psicólogo comunitário também é um profissional que necessita de seu emprego para sobreviver. Então, por mais que se defenda a implicação do psicólogo comunitário com a busca da autonomia, sabe-se que ele vive num contexto capitalista, num regime de poder vertical, em que está submetido à direção de sua instituição e depende de seu salário, sofrendo, assim, limites e bloqueios para a consecução do projeto da autonomia social. Então caberá a ele criar seu trabalho, sua intervenção, a partir desse lugar paradoxal. Cabe-lhe decidir o quanto seguirá as regras institucionais-estatais e o quanto fomentará o projeto da autonomia no coletivo em que intervém. Desse modo, seu labor será o de experimentação e elaboração, pois se deparará com elementos emergentes, sempre novos, fluidos, com demandas inesperadas da comunidade, ao lado dos mecanismos de controle mais refinados do Estado. Caberá ao psicólogo comunitário transitar nesse paradoxo em que, ao mesmo tempo que faz

parte do Aparelho de Captura do Estado, porta o potencial insurgente da transformação e autonomia social.

REFERÊNCIAS

- Amaral, M. S., Gonçalves, C. H., & Serpa, M. G. (2012). Psicologia Comunitária e a Saúde Pública: relato de experiência da prática Psi em uma Unidade de Saúde da Família. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(2), 484-495. Recuperado em 3 maio, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000200015&lng=pt&tlng=pt.10.1590/S1414-98932012000200015
- Andery, A. A. (1981). Psicologia na comunidade no Brasil. In *Anais do I Encontro de Psicologia na Comunidade*. São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Social.
- Barembliitt, G. (2002). *Compêndio de Análise Institucional e outras práticas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.
- Bleger, J. (1980). *Temas de Psicologia: entrevistas e grupos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bobbio, N., Mateucci, N., & Pasquino, G. (Orgs.). (1991). *Dicionário de Política*. Brasília: UnB.
- Boff, L. (1975). O que é fazer teologia partindo de uma América Latina em cativeiro? *Revista Eclesiástica Brasileira*, 35(40), 853-879.
- Castoriadis, C. (1992). *O mundo fragmentado: As Encruzilhadas do Labirinto/3*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castoriadis, C. (2006). *Una sociedad a la deriva – Entrevistas y debates (1974-1997)*. Buenos Aires: Katz Editores.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. São Paulo: 34.

- Deleuze, G. (1994). *O Abecedário de Deleuze*. (Vídeo).
- Deleuze, G. (2006). *Diferença e Repetição*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1976). *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (Vol. 5). São Paulo: 34.
- Dussel, E. (1994). *Historia de la Filosofía latinoamericana y Filosofía de la Liberación*. Bogotá: Editorial Nueva America.
- Fals Borda, O. (1959). *Acción comunal en una vereda colombiana*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Fernandes, M.I.A. (2005). *Negatividade e vínculo: A mestiçagem como ideologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1984). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gergen, K. J. (1973/1998). La Psicología social como historia. *Anthropos*, (177) p. 39-49.
- Gonçalves, M. A. & Portugal, F. T. (2012) Alguns apontamentos sobre a trajetória da Psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(número especial), 138-153. Recuperado em 3 maio, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500010&lng=pt&nrm=iso
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Guattari, F. (1987). *A Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F. (1988). *O Inconsciente maquínico: Ensaio de Esquizo-análise*. Campinas: Papyrus.
- Guirado, M. (1987). *Psicologia Institucional*. São Paulo: E.P.U.
- Guzzo, R. & Lacerda Jr., F. (2011). *Psicologia Social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Alínea.
- Hobbes, T. (1651/1974). *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Editora Abril, Coleção Os Pensadores.
- Holloway, J. (2003). *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo.
- Hur, D. U. (2010). Psicanálise de grupo no trabalho social: contribuições à intervenção psicossocial. *Revista da SPAGESP*, 11(1), 36-44.
- Íñiguez, L. (1995) Métodos Cualitativos en Psicología Social: Presentación. *Revista de Psicología Social Aplicada*, 5(1/2), 5-26.
- Inzunza, J. A. & Constanzo, A. Z. (2009) Psicología comunitaria y políticas sociales en Chile. *Psicología e Sociedade*, 21(2), 275-282. Recuperado em 3 maio, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200015&lng=pt&nrm=iso
- Kaës, R. (1979). Introducción al análisis transicional. In R. Kaës. *Crisis, ruptura y superación*. Buenos Aires: Ediciones Cinco.
- Lazzarato, M. (2006). *Políticas del acontecimiento*. Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón ediciones.

Lenin, V.I. (1983). *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec.

Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Editora Trotta.

Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.

Montero, M. (2005). *Hacer para transformar*. Buenos Aires: Paidós.

Paiva, I. L. & Yamamoto, O. H. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor". *Estudos em psicologia*, 15(2), 153-160. Recuperado em 3 maio, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2010000200004&lng=pt&nrm=iso

Rousseau, J. J. (1762/1980). *Contrato social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, (16), 20-45.

Wanderley, M. B.; Oliveira, I. I. M. (2004). *Trabalho com famílias: Vol. 1 - Metodologia e Monitoramento e Vol. 2 – Textos de Apoio*. São Paulo: IEE-PUC-SP.

Ximenes, V. M.; Paula, L. R. C., & Barros, J.P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia. Ciência e profissão*, 29(4), 686-699. Recuperado em 3 maio, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400004&lng=pt&nrm=iso

Recebido: 29/06/2012

Revisado: 10/05/2013

Aprovado: 12/06/2013

O abuso e dependência de drogas no território: desafios e limites dos Agentes Comunitários de Saúde de uma Unidade de Saúde da Família

Drug abuse and addiction in the territory: challenges and limitations of Community Health Workers in a Family Health Unit

Relato de Pesquisa

Pedro Henrique Leonetti Habimorad¹
Sueli Terezinha Ferreira Martins²

Resumo

As políticas públicas brasileiras de atenção à saúde do usuário de drogas concebem a atenção primária como dispositivo fundamental para sua efetivação. Visando a compreender como os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de uma Unidade de Saúde da Família de município no interior paulista concebem suas práticas de atenção ao usuário abusivo ou dependente de drogas, foram realizadas entrevistas com quatro ACS e identificados e analisados dois núcleos de significados: "a realidade social da droga no território como empecilho às ações de saúde", e "a inexistência de usuários de drogas no serviço e sua inserção via familiares". Os ACS não entendem a demanda dos usuários como parte de suas atribuições. Evidenciam medo de se envolver com a violência do tráfico e apresentam concepções estigmatizantes sobre os usuários de drogas, identificando-os como criminosos. Constata-se, também que, em geral, os familiares é que apresentam a necessidade de que os usuários sejam tratados.

Palavras-chave: Substâncias Psicoativas, Psicologia Sócio-Histórica, Agentes Comunitários de Saúde, Estratégia Saúde da Família.

Abstract

The Brazilian public policies regarding health care for drug users conceive primary care as a critical device to its effectiveness. In order to understand how the Community Health Agents (CHA) from a Family Health Unit in a municipality of the State of São Paulo conceive their care practices to the drug abuser or addict, interviews were conducted with four CHA and two clusters of meanings were identified and analyzed: "the social reality of drugs in the territory as a hindrance to health care actions" and "the inexistence of drug users in the service and their integration by means of relatives". The CHA do not understand the demands of users as part of their duties. They show fear of getting involved with the violence of drug dealing and they show stigmatized concepts regarding drug users, identifying them as criminals. It appears also that in general the relatives are the ones need users to be treated.

Keywords: Psychoactive Substance, Socio-Historical Psychology, Community Health Workers, Family Health Strategy.

¹ Graduado em Psicologia e mestrando em Saúde Coletiva, UNESP - Botucatu.

² Profª. Drª., docente do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu/Universidade Estadual Paulista (UNESP), Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria.

INTRODUÇÃO

O uso de drogas psicoativas é um fenômeno cultural tão antigo quanto o gênero humano. No entanto, a ideia da dependência dessas substâncias e a sua categorização como doença remonta ao século XIX e se consolida a partir de uma convergência de interesses políticos e econômicos da classe burguesa e do Estado que culmina na incorporação do discurso médico-científico por este último e na sua utilização como instrumento normativo da conduta dos cidadãos (Escohotado, 1998). Tal fenômeno representou uma forma inédita de controle do uso de drogas, na qual a regulação de suas práticas passou a ser realizada cada vez menos pelas tradições culturais que as mantinham e cada vez mais por normatizações de saúde aplicadas à vida dos sujeitos.

Esse processo é marcado pela gradual instituição da dependência de drogas como uma doença, legitimada pela ciência, pelo Estado e pela sociedade. Desde as primeiras pesquisas, ainda no século XIX, até a incorporação no Manual de Diagnóstico Estatístico (DSM) e no Código Internacional de Doenças (CID), diversas foram as definições da dependência de drogas. Atualmente, segundo o DSM VI TR, a dependência de drogas é descrita como “Um padrão mal-adaptativo de uso de substância, levando a prejuízo ou sofrimento clinicamente significativo [...]” (APA, 2002).

Tal padrão é diagnosticado pela presença de três ou mais critérios listados pelo manual, em um período de 12 meses. De uma forma geral, tais critérios se resumem à apresentação de tolerância, de abstinência e de outros comportamentos relacionados à dificuldade de controle do uso. A definição do DSM IV TR para abuso de substâncias não utiliza a abstinência e a tolerância como critérios diagnósticos, limitando-se a descrever como tais alguns comportamentos disfuncionais ocasionados pelo uso.

Entretanto, as primeiras ações de controle do estado neste âmbito não visavam à prevenção ou tratamento da dependência de drogas, mas caracterizaram-se pelo uso de

medidas proibicionistas sobre a produção, comercialização e uso de algumas substâncias psicoativas. Tal posição se consolidou como política hegemônica, vigorando no cenário mundial sob a política de “*guerra contra as drogas*”, à qual o Brasil aderiu através da sua participação na convenção de Haia em 1911 e das convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos de 1961, 1971 e 1988.

No decorrer do século XX, esta posição do estado brasileiro e a ausência de políticas de saúde específicas para o tratamento dos dependentes de drogas ocasionaram o confinamento dessa população em prisões e sanatórios (Machado & Miranda, 2007). Na década de 1970, o hospital psiquiátrico se estabelece como alternativa de tratamento da dependência, porém, como aponta Bittencourt (1986), a incorporação da tecnologia médico-psiquiátrica pelo Estado permitiu o fortalecimento da repressão sobre o uso de drogas e abriu mais um espaço de exclusão para a população marginalizada de usuários e dependentes.

A lei nº 6368 de 1976, embora reafirmasse a abordagem psiquiátrica, lançou um novo horizonte na atenção à dependência de drogas quando propôs o estabelecimento de serviços públicos especializados, o tratamento extra-hospitalar como alternativa ou complemento ao tratamento hospitalar e o tratamento, e não mais a internação, como medida compulsória (Machado, 2006). Vinte anos depois, a Lei nº 11.343 de 2006 trará novas diretrizes para o tratamento da dependência de drogas, enfatizando a prevenção e a reinserção social dos usuários (Brasil, 2006a).

É apenas na década de 1980, com o aumento significativo do uso de substâncias psicoativas ilícitas, principalmente da cocaína, que surgem os primeiros serviços especializados ligados ao poder público. Em sua grande maioria, esses estabelecimentos não atendiam alcoolistas e isso indica que a criação de tais espaços se vinculava mais às políticas de repressão da oferta e do consumo de drogas ilícitas, na medida em que representavam uma estratégia de controle sobre a parcela marginal de usuários da

população, do que às leis que supostamente defendiam o enfrentamento desse problema no setor da saúde (Carlini-Cotrim, 1998; Machado, 2006).

Os avanços técnicos, políticos e ideológicos viabilizados pela implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), da política de prevenção da síndrome da imunodeficiência adquirida - AIDS (em especial dos programas de redução de danos) e da construção da Política Nacional de Saúde Mental permitiram uma discussão mais ampla acerca da histórica negligência do Estado em relação às necessidades de cuidado das pessoas que usam drogas, que culminou na criação de novas políticas públicas na área.

A Política Nacional Anti Drogas (PNAD), posteriormente denominada Política Nacional Sobre Drogas, de 2002, foi o primeiro desses documentos, seguido da Política para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (Brasil, 2004), lançada em 2003 pelo Ministério da Saúde, que trata especificamente da atenção aos usuários de drogas dentro do contexto do SUS.

Esse documento afirma, dentro de uma abordagem de redução de danos, a responsabilidade do Estado pela prevenção, tratamento e reabilitação da dependência de drogas no âmbito da saúde pública. Além disso, o texto prevê a reinserção social da pessoa que faz uso abusivo de álcool e outras drogas por meio de uma estratégia que articule a rede dos serviços de saúde, incluindo os equipamentos da atenção primária, os equipamentos especializados, os serviços de assistência social e as outras iniciativas comunitárias. Enfatiza que a assistência a usuários de álcool e outras drogas deve ser oferecida em todos os níveis de atenção, “devendo também estar inserida na atuação do Programa de Saúde da Família, Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Programas de Redução de Danos e da Rede Básica de Saúde” (Brasil, 2004, p. 18).

A preocupação com a necessidade de capacitação dos trabalhadores é explicitada, sugerindo que sejam ampliadas as atividades do Programa Permanente de Capacitação de Recursos Humanos para os Serviços de Atenção aos Usuários de Drogas na Rede do

SUS do Ministério da Saúde, incorporando, além dos profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad), trabalhadores da Estratégia de Saúde da Família (ESF e PACS). Essa capacitação deve ocorrer também com relação às ações de prevenção primária do “uso prejudicial do álcool, para o diagnóstico precoce, desenvolvimento de ações de redução de danos, tratamento de casos não complicados e referenciamento para a rede de assistência” (Brasil, 2004, p. 18).

Em 2002, já haviam sido publicadas portarias com o objetivo de estruturação da rede de serviços específicos para a dependência de drogas, que definiram normas para a organização de CAPS ad e criaram, no âmbito do SUS, normas para a integração das ações em saúde mental na Atenção Básica.

Nos anos seguintes, outros dois documentos passam a compor as políticas sobre drogas no Brasil: a Política Nacional Sobre Álcool, de 2007, e o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, decreto n. 7179 de maio de 2010 (Brasil, 2010a), que propõe estratégias de enfrentamento dos danos sociais e individuais causados por estas substâncias, a partir de ações integradas e intersetoriais que incluem os diversos setores do poder público e da sociedade civil, bem como os diversos níveis de atenção à saúde.

A publicação do decreto ocorreu logo após o lançamento do texto preliminar sobre Abordagens Terapêuticas a Usuários de Cocaína/ Crack no SUS, que enfatiza o papel da atenção básica como porta de entrada do usuário de crack e que deve, portanto, estar disponível para realizar seu acolhimento. Estabelece uma classificação para os usuários de crack discernindo entre usuários *funcionais*, que apresentam menos rupturas com sua rede de relações social, de trabalho e familiar, e usuários *disfuncionais*, que se encontram em maior risco de agravos e maior vulnerabilidade. Com base nisso, afirma que “a atenção básica deve realizar ofertas de cuidado a usuários *funcionais*, identificar aqueles com história de ruptura dos laços sociais e articular-se aos

CAPS do município para o desenvolvimento de projetos terapêuticos individuais” (Brasil, 2010b, p. 10).

A ESF foi instituída na década de 1990 como política de atenção básica voltada para a comunidade, com ações programáticas no território, realizadas por equipe multiprofissional e dirigidas à família. Na composição da equipe da USF figuram os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), trabalhadores de nível médio e residentes do território, que devem fazer o mapeamento da área e o cadastramento das famílias que vivem no local. Sua função principal é garantir a ligação entre as famílias e o serviço de saúde, visitando cada domicílio, com o objetivo de desenvolver ações educativas de prevenção de doenças e promoção de saúde (Brasil, 2006b). O ACS deve também informar a equipe de saúde à qual está vinculado sobre as áreas e microáreas de maior vulnerabilidade social, devendo atuar na busca de soluções para os problemas identificados. Nesse sentido, a ESF coloca-se como um recurso com grande potencial para o enfrentamento de agravos vinculados ao uso abusivo de drogas através de ações voltadas para a promoção, prevenção ou tratamento dos dependentes de drogas e seus familiares (Gonçalves, 2002).

Na prática, a integração destas ações de saúde mental na atenção básica enfrenta diversos obstáculos. Gonçalves (2002), em estudo qualitativo realizado em um PSF sobre o cuidado diante do abuso e dependência de drogas, aponta fragilidades nas dimensões organizacionais e técnico-científicas da assistência. Entre elas são citados a falta de capacitação das equipes, a dificuldade de reorganização destas para atuação frente à complexidade da demanda, a inexistência de uma rede de referência para o atendimento dos casos sem resolubilidade no nível primário, o alto grau de verticalização e normatividade do programa e a falta de recursos (Gonçalves, 2002).

Além das fragilidades encontradas nestas duas dimensões da assistência, Lima, Costa, Figueiredo e Schraiber (2007), em estudo realizado com uma equipe de referência para

peças vivendo com HIV que fazem uso de drogas, apontam a importância da dimensão ético-pessoal como aspecto determinante na produção do cuidado a esta população. As autoras colocam que, geralmente, quando há um vazio nas outras duas dimensões da assistência, as crenças, valores e preconceitos dos profissionais passam a ser determinantes na tomada de decisões clínico-assistenciais (Lima et al., 2007).

Barros e Pillon (2006), ao discutirem as possibilidades de atuação dos profissionais da ESF junto aos usuários de drogas, evidenciam que pouco se abordam questões relacionadas às necessidades dessa população, pois os trabalhadores da atenção primária estão pouco preparados para manejar esse problema. No entanto, consideram que “uma vez se investindo, valorizando, capacitando e explorando as potencialidades dos profissionais da atenção primária à saúde, estes podem contribuir efetivamente no âmbito da assistência aos usuários de drogas” (p. 146).

São poucos os trabalhos que abordam a temática na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Sócio-Histórica, compreendendo o homem como multideterminado, sofrendo influências diretas das condições objetivas e relações sociais em que se insere. Nessa perspectiva, entendemos que, ao mesmo tempo, o homem, através da sua atividade, atua contribuindo também para que mudanças e transformações dessas condições e relações ocorram. Nesse processo, sua subjetividade se desenvolve, mantendo relação direta com as condições materiais de produção social.

Desse modo, nossa preocupação é de romper com a visão biologicista e fragmentada do homem, e compreendê-lo como unidade dos processos sociais, psíquicos e fisiológicos (Moraes, 2011). Assim, como explicita Vigotski (2004):

o reconhecimento da unidade deste processo psicofisiológico conduz-nos obrigatoriamente a uma exigência metodológica completamente nova: não devemos estudar os processos psíquicos e fisiológicos de forma separada, visto que,

desgarrados do conjunto, tornam-se totalmente incompreensíveis; devemos, portanto, abordar o processo em sua totalidade; o que implica considerar ao mesmo tempo os aspectos objetivos e subjetivos (pp. 144-145).

Em relação à temática do abuso e da dependência de drogas no território, abordá-la nessa perspectiva significa compreender o problema como fenômeno histórico, entendendo que o modo como se manifesta na atualidade é expressão das condições objetivas e relações sociais que se colocam no mundo contemporâneo capitalista. Portanto, trata-se de um fenômeno complexo que não pode se reduzir à explicação focada no indivíduo que abusa ou é dependente de drogas, mas exige um olhar e análise de várias questões que estão articuladas e presentes na sociedade, que, de algum modo, favorecem ao surgimento ou manutenção de tais condições. Ao mesmo tempo, definem modos de abordar o problema, criando ou estimulando práticas nos diferentes âmbitos e áreas. Na atualidade, por exemplo, percebemos nas políticas públicas ênfase às práticas no campo da saúde e da justiça.

Como desdobramento dessa visão, podemos dizer que não existe o uso abusivo e a dependência de drogas “a não ser como um conjunto de manifestações, os sintomas, que se apresentam materializados num sujeito real, de carne, osso, consciência, vontade e fundamentalmente pertencente a uma sociedade, uma classe social” (Moraes, 2011, p. 169). Assim, se continuarmos a desconsiderar este aspecto e lidarmos com o uso abusivo e a dependência de drogas como algo independente de sua constituição objetiva, histórica e socialmente determinada, será difícil darmos conta do sujeito diretamente envolvido com essa problemática. (Moraes, 2011)

Nesse contexto, tendo como base as políticas públicas e os resultados das pesquisas neste campo, e na tentativa de compreender as determinações psicossociais na produção do cuidado ao usuário abusivo e dependente de

drogas, o presente estudo, de caráter qualitativo, teve por objetivo investigar como os ACS de uma Unidade de Saúde da Família de Botucatu atribuem significado ao uso abusivo e à dependência de drogas e às suas práticas de cuidado à população que sofre com esses problemas.

METODOLOGIA

A coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas, com quatro ACS de uma USF em Botucatu: Juliana, Renata, Kátia e Márcia³. Duas delas atuam na Unidade de Saúde desde 2003, quando a USF foi inaugurada; uma delas atua desde 2005 e outra desde 2006, variando, portanto, de quatro a seis anos de atuação como ACS. Todas são jovens, tendo em média trinta anos, e trabalharam em outras atividades antes de se inserirem nas unidades como ACS, principalmente no comércio local.

Embora a investigação tenha envolvido uma equipe de trabalhadores da USF, totalizando onze entrevistados, neste artigo focamos os dados dos ACS pela peculiaridade de sua atividade e dos resultados obtidos com essa categoria profissional.

O roteiro da entrevista foi elaborado e testado em um sujeito piloto. Após os ajustes necessários, foi elaborado o roteiro final com três eixos que continham perguntas sobre os seguintes temas: 1. Concepção sobre uso abusivo e dependência de drogas, 2. Sobre as práticas profissionais de atenção ao uso abusivo e à dependência de drogas, e 3. Sobre a articulação do serviço com a “Política de Atenção Integral aos Usuários de Alcool e Outras Drogas”.

A organização do roteiro, no que diz respeito aos dois primeiros eixos temáticos, foi estratégica para uma análise dos significados dados pelos profissionais para uso abusivo e dependência de drogas. A separação entre as perguntas relativas à concepção sobre estas categorias e as perguntas sobre a prática de

³ Os nomes atribuídos aos entrevistados são fictícios, para a garantia de sigilo e preservação do anonimato.

atenção a elas direcionada permitiu uma comparação entre o saber e o fazer, através da qual os significados que motivam de fato as ações de atenção puderam emergir. Como base conceitual para esta estratégia metodológica foi utilizada a categoria “atividade”, tal como proposta por Leontiev (1978):

Designamos pelo termo de atividade os processos que são psicologicamente caracterizados pelo fato de aquilo para que tendem no seu conjunto (o seu objeto), coincidir sempre com o elemento objetivo que incita o paciente a uma dada atividade, isto é, com o motivo.

[...]

Um outro traço psicológico importante da atividade é que ela está especificamente associada a uma classe particular de impressões psíquicas: as emoções e os sentimentos (p. 296-297).

As entrevistas foram realizadas individualmente, respeitadas as questões éticas pertinentes, conforme a resolução 196 (Brasil, 1996). Seu conteúdo foi transcrito e analisado tendo como referência a técnica de análise dos “núcleos de significado e sentido” com base na Psicologia Sócio-Histórica. Foram identificados os temas, conteúdos e questões centrais apresentados pelos sujeitos, entendidos menos pela frequência e mais por serem aqueles que motivam, geram emoção e envolvimento. As falas, conteúdos e emoções dos sujeitos foram organizados em um núcleo e articulados à base material sócio-histórica constitutiva da subjetividade, explicitando o modo como o sujeito transforma o social em psicológico (Aguiar & Ozella, 2006).

O fato de a atenção à pessoa com dependência de substâncias psicoativas não constituir ainda um protocolo na unidade e, portanto, não se caracterizar como um conjunto de ações sistematizadas e orientadas por um motivo comum, ou seja, não caracterizar-se como atividade, obriga a análise a voltar-se para as ações espontâneas de cada profissional. Embora não sejam treinados sob um mesmo protocolo, os trabalhadores são

sujeitos sensíveis aos problemas do uso abusivo e dependência de drogas, e sobre eles elaboram significados e diversas formas de ação. De qualquer modo, apesar da inexistência de um protocolo, a Política Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas poderia ser fonte de significações para os profissionais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos relatos dos ACS sobre o significado em relação ao uso abusivo e dependência de drogas, constatamos a falta de informação em relação à categorização desses problemas como quadros patológicos que integram uma totalidade nosográfica, a síndrome de dependência de drogas, e que os configuram como demandas de saúde mental, com etiologia, sintomas e tratamentos definidos.

Além disso, os relatos desses trabalhadores, em geral, expressam descrições estigmatizantes e estereotipadas da pessoa com dependência de drogas e da própria dependência, que reproduzem o senso comum. Juliana descreve sua concepção de uso abusivo de drogas da seguinte forma:

... uma pessoa que já está bem emagrecida... ela já não faz outra coisa na vida dela a não ser usar, né?... e é uma pessoa que não fica dentro de casa... é uma pessoa que você sempre vê na rua...

Márcia, por sua vez, tem a seguinte concepção sobre uso abusivo:

Uso abusivo de drogas, ah... são pessoas que são assim dependentes de drogas ilícitas como lícitas, como álcool... é... cocaína, crack... até de cigarro, né... no geral... Mas assim... quando fala droga, droga... eu penso mais nas outras como maconha, crack... eu não penso tanto no cigarro e no álcool que eu sei que é... mas, quando fala em uso abusivo, o meu primeiro pensamento vem o nome das drogas mais graves assim.

Ao relatar a visita ao lugar onde alguns usuários se reúnem para utilizar as substâncias, Renata expressa sua indignação perante os comportamentos dos usuários e traficantes, aos quais ela atribui um mesmo julgamento de valor:

Então... na minha área tem uma... tipo um... é assim, um rapaz ele fez uma casa grande, ele separou essa casa em vários cômodos e aluga... só que aí só mora drogados, traficantes ... tudo que não presta. Preso que dá saidinha, num volta, fica lá, entendeu. E assim... pra mim é muito difícil pra ir lá... pra estar conversando porque eles não têm respeito... é... mesmo a gente conversando com o dono que fica lá... mesmo assim não tem respeito... a gente vai lá...eles tão passando sabe... na nossa frente... tão fumando na nossa frente... é um caso muito difícil que tem na minha área.

De uma forma geral, os ACS relataram uma convivência intensa com o abuso e dependência de drogas, já que seu trabalho prevê o contato direto, contínuo e ininterrupto com a comunidade e eles sofrem as consequências, positivas e negativas, de morar e trabalhar no mesmo espaço (Jardim & Lancman, 2009; Bornstein&Stotz, 2008). No entanto, os relatos mostram que esta convivência no território onde as determinações e consequências sociais do abuso e dependência de drogas são vivenciadas diretamente ultrapassa a dimensão médica desses problemas, circunscrita ao diagnóstico e tratamento da doença. Tal como já mencionado em outras pesquisas (Ribeiro, 2011; Lancman, Ghirardi, Castro & Tuacek, 2009; Lancetti, 2000), observou-se que o convívio na comunidade, permeado pela presença ameaçadora do tráfico e da violência, oferece obstáculos à atuação profissional dos ACS junto aos usuários da Unidade.

Nesse contexto, foi possível definir um primeiro núcleo de significado, denominado **“a realidade social da droga no território como empecilho às ações de saúde”**, que explicita justamente o sentido que a prática de atenção à demanda do uso abusivo e dependência adquire no cotidiano de trabalho desses profissionais. O uso abusivo e a dependência

foram identificados pelos ACS como demandas de saúde nos relatos referentes à concepção sobre uso de drogas. No entanto, quando abordam as práticas de atenção a essa demanda, relatam principalmente as situações de risco oferecidas pelo contexto social do tráfico e uso de drogas ilícitas, que algumas vezes até lhes impossibilitam realizarem as suas atividades programadas.

O contínuo movimento do tráfico é vivenciado pela ACS Juliana como um obstáculo às visitas domiciliares:

[...] o nosso trabalho é meio complicado... por que? ... é... são pessoas que a gente vai estabelecer contato, né... vai que... ah não sei... por que na minha área chega a ter ponto de tráfico mesmo, ter traficante... então... é um lugar meio complicado pra chegar e fazer visita né... então ao mesmo tempo assim... a gente tem medo né... dessas ações e a gente tem um pouco de medo também de se envolver né... (Juliana)

... porque ela tem um bebê e a gente precisa saber o peso do bebê e... a altura... a gente precisa pegar esses dados. Aí na hora que eu ia chamar ela ali (a mulher do traficante)... entrou um rapaz com o carro com tudo e quase me atropelou... aí eu já fingi que eu estava indo pra casa da Marta e pulei a calçada, entendeu... é essa situação. (Juliana)

Não apenas as situações de convívio com o tráfico são vivenciadas com medo, mas também o encontro com os usuários de drogas. Renata relata a necessidade de visita a uma casa em que os usuários de drogas se reuniam para usá-las:

Já entrei. É um terreno assim... tem um muro, se eu não me engano... fechado. E eu tinha obrigação antigamente de entrar lá... hoje já não tenho mais... mas eu tinha que entrar lá... já veio polícia...já teve de tudo lá. (Renata)

Em diferentes relatos, os ACS citam a atuação dos Agentes Estratégicos de Saúde, profissionais contratados pelo município para a realização das ações territoriais de prevenção

de DST/AIDS e outras doenças infecto-contagiosas e de redução de danos, como a mais adequada e eficiente na abordagem ao abuso e dependência de drogas, e enfatizam a necessidade de que tal demanda seja suprida por estes profissionais. Renata expressa da seguinte maneira essa ideia:

Nesse sentido aqui... pelo menos eu vejo assim... eles (os agentes estratégicos) são assim... os responsáveis... eles são os que mais ajudam estas pessoas... por que eles estão ali, eles já chegam nas pessoas assim... e a pessoa já sabe pra que que ele tá ali... qual que é o trabalho dele... então ele tem mais facilidade. (Renata)

Os relatos das ACS confirmam os achados de Lima et al. (2007) que revelam que o fato de o abuso e a dependência de drogas estarem ligados a fatores socioculturais e, por isso, configurarem uma demanda de saúde complexa e específica faz com que muitos profissionais acreditem que a atenção a esses problemas, embora necessária, fuja às suas atribuições. A mesma profissional relata o medo de se envolver inclusive com as Agentes Estratégicas:

... até assim... eu acho até meio perigoso que a gente fique em contato com as agentes lá da redução de danos do DST AIDS... eu acho que é meio perigoso por que assim [...] lugares que elas entram assim e que elas tiveram que sair por que a polícia já entrou ali atuando sabe... o nosso medo é esse...(Renata)

Esses relatos também estão de acordo com os resultados de Lancmanet al. (2009). As autoras abordam as repercussões da violência na saúde mental de trabalhadores da ESF e apontam a violência interna e indireta⁴ como

⁴ Violência interna: “quando quem a pratica tem algum tipo de ligação com o local de trabalho, seja ele colega, chefe ou subalterno” (Lancmanet. al., 2009, p. 684); violência indireta: “ocorre quando, no exercício de suas atribuições, o trabalhador convive com situações de miséria intensa, associadas à falta de recursos para resolvê-las e à impotência para propor-lhe alternativas. [...] A violência indireta pode decorrer do convívio, da

importante no cotidiano dos mesmos. O contato com áreas de maior risco social, atendimento em ambientes abertos ou a própria residência dos usuários aumentam a vulnerabilidade do trabalhador, principalmente dos ACS, que estão mais expostos à violência. Além disso, os resultados encontrados pelas autoras mostram a presença do medo da violência constante no relato de toda a equipe, provocando intenso sofrimento.

A análise dos relatos permitiu a aglutinação de outro núcleo de significado, denominado “**a inexistência de usuários de drogas no serviço e sua inserção via familiares**”, que se refere ao acesso desta população ao serviço. Se por um lado há a constatação da presença incômoda e ameaçadora dos traficantes no território, por outro, os usuários abusivos ou dependentes de drogas pouco aparecem dentro da unidade de saúde.

Entretanto, são numerosos os relatos dessas profissionais acerca de usuários da unidade procurando ajuda para a solução de problemas relacionados ao abuso ou dependência apresentados por familiares. Em sua entrevista, Kátia pondera sobre este ponto:

...é só mesmo quando as pessoas vêm até aqui querendo tratar... o que é muito difícil. Geralmente quem vem é a mãe, né... desesperada, depressiva... ou é o pai... são os irmãos... essas pessoas que estão ao redor. A pessoa dependente mesmo dificilmente ela vem, é isso que eu observo. (Kátia)

O relato de Juliana reitera esta percepção:

...mas é difícil a pessoa chegar aqui pedindo ajuda... pra mim nunca ninguém chegou falando que precisava.

Na fala de Kátia, em particular, há o relato de uma experiência de enfrentamento do

interação e do testemunho de situações de violência externa, o que significa ter contato, presencial ou indireto, com vítimas da violência ou com os agressores” (idem). A violência externa ocorre quando “quem a pratica não tem relação com o trabalhador ou quando ela é praticada por clientes/usuários, existindo algum tipo de relação profissional entre o autor do ato violento e o trabalhador” (idem).

problema do abuso e dependência de drogas a partir da queixa de um familiar:

...até pouco tempo eu tive uma experiência... eu estava subindo pra fazer uma visita e uma mãe assim desesperada me abordou na rua e falou que o filho estava descontrolado na casa, ameaçando se suicidar, né... falou que ele era usuário, tudo... e eu fiquei assim, né... chocada... e se ele quiser se matar, né... será que ele aceita, né... a gente conversar? Ela falou: 'eu num sei... ele tá muito nervoso', ela falou... aí eu fui até a casa e pedi pra ela chamar ele né... por que o meu intuito era conversar com ele e de repente estar oferecendo ajuda, né... se ele quisesse... só que daí ela foi lá e ele ficou muito bravo... falou 'eu não quero falar com ninguém'... daí não tem o que fazer, né? Porque a pessoa não aceita... é muito difícil... e o familiar continua sofrendo, né?(Kátia)

Esta experiência da ACS, além de ilustrar a principal forma de apresentação da demanda, qual seja através de familiares, nos convida também a uma reflexão acerca da capacitação destas profissionais para o enfrentamento de questões que, embora estejam relacionadas ao abuso e dependência de drogas, fogem às suas qualificações. A necessidade de formação, tal como já apontada na Política para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (Brasil, 2004) e nos documentos posteriores (Brasil, 2010a, 2010b), deve ocorrer em todos os níveis de atenção. Portanto, é fundamental também, com relação às ações de prevenção primária para que se tenha um “diagnóstico precoce, desenvolvimento de ações de redução de danos, tratamento de casos não complicados e referenciamento para a rede de assistência” (Brasil, 2004, p. 18).

A dificuldade de as pessoas que utilizam substâncias psicoativas chegarem à USF é também constatada em pesquisa realizada no mesmo município por Batista (2011). Ao investigar a trajetória que o usuário fez até chegar ao CAPS ad, a autora mostra que a maioria dos usuários chega via serviços terciários de saúde, não respeitando a hierarquização proposta pelo SUS, resultado

que sugere um distanciamento dos usuários de substâncias psicoativas com a USF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois núcleos de significado levantados a partir dos relatos dos ACS nos indicam algumas questões relativas ao papel desses trabalhadores no atendimento à pessoa que faz uso abusivo ou é dependente de drogas e o acesso dessa população ao serviço..

O primeiro núcleo, denominado “**a realidade social da droga no território como empecilho às ações programadas de saúde**”, nos aponta para a não legitimidade desta demanda para os ACS que a entendem como externa e por vezes oposta às suas atribuições. Os seus relatos evidenciam o medo de se envolverem com a violência do tráfico e, simultaneamente, as suas concepções estigmatizantes sobre os usuários de drogas que os identificam como criminosos e não como sujeitos com necessidades especiais em saúde mental.

Apesar disso, não se deve perder de vista que, de fato, há a exposição destes profissionais à violência decorrente do tráfico de drogas ilícitas bem como ao possível envolvimento com traficantes ou com seus familiares. Dado que as políticas públicas na área enfatizam o papel da Atenção Primária no acolhimento, tratamento de usuários funcionais e mapeamento e identificação de casos disfuncionais, há que se questionar o papel dos ACS neste processo, visto que o fato de serem residentes no território os expõe à violência ou a possíveis retaliações de organizações criminosas. Além disso, essa condição vivenciada pelos ACS prejudica também a própria população, visto que muitas ações programadas deixam de ser realizadas devido ao medo de realizarem as visitas em locais críticos.

O modo como os ACS manifestam suas apreensões, medos, significações a respeito do usuário, expressam também a complexidade desse fenômeno no contexto do território, que exige de todos os setores e segmentos

envolvidos um planejamento e o oferecimento de retaguarda cotidiana aos trabalhadores. Ao mesmo tempo, devemos problematizar essas condições, tal como faz Tomaz (2002), quando traz o fato de que há duas tendências sobre o papel dos ACS: a “superheroização” e a “romantização” dos ACS, sobrecarregando-os com uma série de demandas cuja resolução extrapola o seu campo de atuação e, em geral, o próprio campo da saúde.

Já o segundo núcleo de significado, denominado “**a inexistência de usuários de drogas no serviço e sua inserção via familiares**”, nos convida a problematizar o acesso dos usuários abusivos e dependentes de drogas ao serviço. Se por um lado constata-se a falta de procura dessas pessoas por ajuda, ou seja, a pessoa com dependência não chega à unidade solicitando tratamento, por outro, os seus familiares frequentemente apresentam a necessidade de que esses sejam tratados. Embora o atendimento da família também seja fundamental, principalmente no contexto político-assistencial da Estratégia de Saúde da Família, a baixa procura dos usuários abusivos e dependentes de drogas pelo serviço é um problema.

De forma geral, os dois núcleos encontrados são expressões particulares do processo histórico de estigmatização do usuário de drogas, legitimados tanto pela criminalização desta população quanto pela negligência histórica do Estado em compreendê-la como alvo de ações de saúde.

Dado o significativo avanço que as políticas públicas na área conquistaram no SUS, cabe aos gestores, aos profissionais, usuários e familiares a efetivação de programas de educação permanente para capacitação dos profissionais de saúde da rede básica para lidar com a demanda do uso abusivo e dependência de drogas a partir de uma perspectiva de redução de danos, de forma a garantir tanto a liberdade de escolha do usuário quanto a segurança do trabalhador.

Nesse sentido, os resultados e a literatura indicam a necessidade de garantir a existência de espaços coletivos para discussão das problemáticas e sofrimento psíquico

vivenciado e para a definição de práticas e estratégias para abordar usuários, familiares e situações envolvendo o uso abusivo e dependência de drogas pelos ACS e equipe de saúde.

É importante que, para além dos aspectos médicos da dependência, tais programas abordem os aspectos socioculturais do uso de drogas. Acredita-se que a consideração de tais aspectos na discussão sobre as ações de saúde em relação ao abuso e dependência de drogas favorecerá a incorporação da lógica da redução de danos pelas equipes, visto que a compreensão das determinações histórico-sociais do problema conduz ao entendimento de que a dependência de drogas não é apenas uma doença individual, e que a sua ligação com a criminalidade não é fortuita.

Acredita-se também que a compreensão da totalidade do problema pelos gestores, profissionais de saúde e usuários dos serviços favoreça a responsabilização de outros setores como trabalho, educação, assistência social, habitação, lazer etc., os quais são imprescindíveis para um enfrentamento realmente eficaz da dependência de drogas.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, W.M.J. & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(2), 222-245.
- APA (American Psychiatric Association). (2002). *DSM-IV-TR: Manual estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed.
- Barros, M.A. & Pillon, S.C. (2006). Programa Saúde da Família: desafios e potencialidades frente ao uso de drogas. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 8(1), 144-149.
- Batista, K. (2011). *Abordagem em álcool e drogas na Saúde da Família: percepção dos usuários do CAPS ad*. Monografia Residência

- Multiprofissional em Saúde da Família. Botucatu: UNESP/Fac. de Medicina.
- Bittencourt, L. M. (1986). *Do discurso jurídico à ordem médica: os descaminhos do uso de drogas no Brasil*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Bornstein, V.J. & Stotz, E.N. (2008). Concepções que integram a formação e o processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(1), 259-268.
- Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196 de 10 de outubro de 1996. (1996). Diretrizes e Normas Reguladoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. *Bioética.Suplemento*,4(2).
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. (2004). *A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas* (2a ed. rev. ampl.). Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. Câmara dos Deputados. Lei n. 11.343 de 23 de agosto de 2006. (2006a). Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad. Prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados.
- Brasil. Ministério da Saúde. *Portaria n. 648/GM de 28 de março de 2006*. (2006b). Política Nacional de Atenção Básica. Estabelece a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. *Decreto n. 7179 de maio de 2010*. (2010). Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas (PIEC). Propõe estratégias de enfrentamento dos danos sociais e individuais causados por estas substâncias, a partir de ações integradas e intersetoriais, que incluem os diversos setores do poder público e da sociedade civil, bem como os diversos níveis de atenção à saúde. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2010b). *Abordagens Terapêuticas a usuários de cocaína/crack no Sistema Único de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado em 24 maio, 2011, de <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/abordagemus.pdf>
- Carlini-Cotrim, B. (1998). Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In J.R.G. Aquino (Org.). *Drogas na escola: Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.
- Escotado, A. (1998). *Historia de las drogas*. Madrid:Alianza Editorial.
- Gonçalves, A. M. (2002). *Cuidados diante do abuso e da dependência de drogas: desafio da prática do Programa de Saúde da Família*. Tese de doutorado, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Jardim, T.A. & Lancman, S. (2009). Aspectos subjetivos do morar e trabalhar na mesma comunidade: a realidade vivenciada pelo agente comunitário de saúde. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, 13(28), 123-135.
- Lancetti, A. (2000). Saúde mental nas entranhas da metrópole. In: Lancetti A. (Org.). *Saúde mental e saúde da família* (pp. 11-52, 2a ed.). São Paulo: Hucitec. (SaúdeLoucura, 7).

Habimorad, P. H. L. & Martins, S. T. F. O abuso e dependência de drogas no território: desafios e limites dos Agentes Comunitários de Saúde de uma Unidade de Saúde da Família

- Lancman, S. et al. (2009). Repercussões da violência na saúde mental de trabalhadores do Programa Saúde da Família. *Rev Saúde Pública*, 43(4), 682-688.
- Leontiev, A. N. (1978). O desenvolvimento do psiquismo na criança. In A. Leontiev. *O desenvolvimento do psiquismo* (pp. 285-313). Lisboa: Horizonte.
- Lima, M. et al. (2007). Invisibilidade do uso de drogas e a assistência de profissionais dos serviços de Aids. *Rev. Saúde Pública [online]*, 41(supl. 2), 6-13.
- Machado, A.R. (2006). *Uso prejudicial e dependência de álcool e outras drogas na agenda pública: um estudo sobre a constituição da política pública de saúde do Brasil para usuários de álcool e outras drogas*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2006.
- Machado, A. R. & Miranda, P. S. C. (2007). Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 14, 801-821.
- Moraes, R.J.S. (2011). *O alcoolismo e o alcoolista no capitalismo: a psicologia histórico-cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.
- Ribeiro, S.F.R. (2011). *Sofrimento psíquico e privacidade do Agente Comunitário de Saúde*. Tese de doutorado em educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Tomaz, J.B.C. (2002). O agente comunitário de saúde não deve ser um "super-herói". *Interface – Comunic, Saúde, Educ.*, 6(10), 75-94.
- Vigotski, L. S. (2004). O significado histórico da crise da Psicologia: uma investigação metodológica. In L. S. Vigotski. *Teoria e método em psicologia* (pp. 203-417). São Paulo: Martins Fontes.

Recebido: 19/08/2012

Revisado: 28/03/2013

Aprovado: 12/06/2013